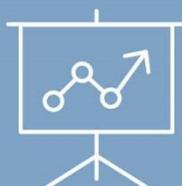


ITAÚSA



Demonstrações Contábeis Completas

31 de Dezembro de 2016



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Apresentamos o Relatório da Administração e as Demonstrações Contábeis da Itaúsa – Investimentos Itaú S.A. (Itaúsa) e de suas controladas relativos ao período de janeiro a dezembro de 2016, elaborados de acordo com as normas estabelecidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovadas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), bem como pelas normas internacionais de relatórios financeiros (IFRS - International Financial Reporting Standards).

Relatório do Auditor Independente

As Demonstrações Contábeis foram examinadas pela BDO RCS Auditores Independentes S/S (BDO) em atendimento aos requerimentos estatutários, inclusive no que se refere às normas emitidas pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM, que na qualidade de auditores independentes emitiram relatório sem ressalva e contam também com o parecer favorável do Conselho Fiscal. Considerando as boas práticas de Governança adotadas pelo Conglomerado, as demonstrações contábeis foram também examinadas pela PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes (PwC), empresa responsável pelos serviços de auditoria do Itaú Unibanco Holding S.A., principal investimento da Itaúsa.

As demonstrações contábeis foram disponibilizadas à CVM e à BM&FBOVESPA.

1) AMBIENTE ECONÔMICO

Os países desenvolvidos apresentaram no 2S16 sinais de melhora do crescimento econômico, que permanece em ritmo moderado.

Nos Estados Unidos, o PIB cresceu 1,9% no 4T16 em relação ao 4T15. A taxa de desemprego média no 4T16 foi de 4,7%, abaixo dos 5,0% registrados no 4T15.

Na zona do euro, o PIB no 4T16 cresceu 1,8% frente ao mesmo período do ano anterior. Os níveis de emprego na região continuam melhorando, com a taxa de desemprego caindo para 9,6% em dezembro de 2016, ante 10,5% em igual período do ano passado. No Reino Unido, o PIB no 4T16 registrou crescimento de 2,2% frente ao mesmo período do ano anterior. A taxa de desemprego caiu de 5,2% no final do ano passado para 4,9% em novembro desse ano. No entanto, a perspectiva de saída do Reino Unido da

União Europeia, cujo processo deve ter início em março desse ano, representa riscos de desaceleração à frente, particularmente para o Reino Unido.

A perspectiva de crescimento nos países emergentes continua favorável. O PIB da China cresceu 6,8% na comparação anual no 4T16, estando praticamente estável desde o início de 2016. Os preços das commodities metálicas e energéticas subiram no 4T16 com demanda acima do esperado e redução da oferta.

No cenário doméstico, o PIB no 3T16 contraiu 0,8% frente ao trimestre anterior (com ajuste sazonal). Com relação ao mesmo trimestre do ano anterior, a contração foi de 2,9%. Indicadores preliminares sugerem uma nova retração no quarto trimestre deste ano. A redução do ritmo de atividade vem impactando o mercado de trabalho. O desemprego, medido pela Pnad Contínua, se elevou para 12,0% no último trimestre de 2016 ante 9,0% no mesmo período do ano anterior.

A indústria vem apresentando sinais de estabilização nos últimos meses. Em dezembro do ano passado, a produção industrial ficou 0,1% abaixo de dezembro de 2015. O ajuste cíclico nos estoques deve impulsionar uma recuperação modesta da indústria à frente.

A variação anual do saldo de crédito do sistema financeiro foi de -9,2% em dezembro de 2016, em termos reais, contra um recuo de 3,6% um ano antes. As concessões acumuladas de 2016 recuaram 15,6%, em termos reais, contra uma queda de 11,2% em 2015. A taxa de inadimplência do crédito para Pessoa Física recuou 0,2 p.p. nos últimos 12 meses para 4,0% em dezembro de 2016. Quanto ao crédito para Pessoa Jurídica, a inadimplência alcançou 3,5% em dezembro de 2016 (2,6% em dezembro de 2015).

A inflação medida pelo IPCA fechou o ano de 2016 em 6,3% – bem abaixo dos 10,7% apurados no ano anterior –, e dentro do intervalo de tolerância da meta para a inflação estabelecido pelo Banco Central. Em termos desagregados, os preços administrados subiram 5,5% no período (ante 18,1% em 2015), enquanto os preços livres, 6,6% (ante 8,5% em 2015).

A inflação corrente em trajetória mais clara de queda e a atividade aquém do esperado permitiram a flexibilização da política monetária. O Banco Central, na reunião de janeiro, cortou em 0,75 p.p. a taxa básica de juros. O déficit nas contas externas caiu de 3,3% do PIB em 2015 para 1,3% do PIB em 2016.

2) DESTAQUES ITAÚSA

ITAÚSA

Sustentabilidade

Pelo décimo terceiro ano, a Itaúsa foi selecionada para compor a carteira do Dow Jones Sustainability World Index (DJSI), principal ranking de sustentabilidade empresarial do mundo. Em sua edição 2016/2017, a carteira é integrada por 316 empresas de 28 países, das quais apenas 7 brasileiras – entre elas a Itaúsa e o Itaú Unibanco Holding S.A.

A Itaúsa obteve a maior nota do setor bancário nos quesitos:

- ➔ Política/Medidas Anticrime;
- ➔ Estabilidade Financeira e Risco Sistêmico;
- ➔ Riscos e Oportunidades do Negócio; e
- ➔ Inclusão Financeira.

Além disso, a Itaúsa e o Itaú Unibanco foram novamente selecionados para compor a carteira Dow Jones Sustainability Emerging Markets Index.

Pelo décimo ano, a Itaúsa foi selecionada para compor a carteira do Índice de Sustentabilidade Empresarial da BM&FBOVESPA (ISE). Também figuram nesta seleta lista o Itaú Unibanco e a Duratex. A nova carteira reúne 38 ações de 34 companhias, representando 15 setores que somavam R\$ 1,31 trilhão em valor de mercado, o equivalente a 52,14% do valor de mercado total das companhias com ações negociadas na BM&FBOVESPA (em 22.11.2016). Esta nova carteira passou a vigorar em 02.01.2017.

Eventos Societários e Retorno aos Acionistas

A exemplo do que ocorreu nos três últimos anos, a Assembleia Geral de 29.04.2016 aprovou bonificação de 10% em ações com capitalização de reservas de lucros no montante de R\$ 4.080 milhões. A bonificação teve por objetivo de aumentar a liquidez das ações em decorrência do ajuste do valor de sua cotação no mercado, uma vez que a negociação a um patamar mais acessível, combinada com uma maior quantidade de ações em circulação, gera potencialmente mais negócios e maior volume financeiro, o que resulta em criação de valor aos Acionistas. Considerando que os dividendos trimestrais foram mantidos em R\$ 0,015 por ação, os valores pagos trimestralmente aos Acionistas foram

incrementados em 10% após a inclusão das novas ações nas posições. O custo atribuído às ações bonificadas foi de R\$ 6,04028937 por ação, impactando o preço médio da carteira dos Acionistas. As novas ações foram creditadas no dia 05.05.2016.

Nessa mesma Assembleia deliberou-se o cancelamento de 4.155.240 ações escriturais de emissão própria existentes na tesouraria, sendo 2.155.240 ordinárias e 2.000.000 preferenciais, mediante absorção de R\$ 33,1 milhões. A aquisição de ações de emissão própria, com seu posterior cancelamento, aumenta o percentual de participação dos Acionistas no capital da Companhia e, se mantido o resultado financeiro e o percentual de distribuição do lucro, possibilita um maior retorno em dividendos e juros sobre o capital próprio aos Acionistas remanescentes.

Reunido em 13.02.2017, o Conselho de Administração deliberou:

JCP obrigatório e adicional de 2016:

- ➔ Declarar JCP adicional ao mínimo obrigatório de 2016 de R\$ 0,16780, tendo como data-base 20.02.2017, conforme segue:
 - (i) a primeira parcela será paga em 03.03.2017 no valor de R\$ 0,04900 por ação (líquido de R\$ 0,04165 por ação); e
 - (ii) a segunda parcela será paga em 06.04.2017 no valor de R\$ 0,11880 por ação (líquido de R\$ 0,10098 por ação).
- ➔ Pagar em 03.03.2017, em parcela única, os juros sobre o capital próprio (JCP) de R\$ 0,2760 por ação (líquido de R\$ 0,23460 por ação) declarados em 19.12.2016, tendo como data-base 22.12.2016.
- ➔ O pagamento antecipado e em parcela única do JCP obrigatório se justifica pelo fato da segunda parcela do JCP adicional ora declarado, ser suficiente para a integralização das ações que vierem a ser subscritas na chamada de capital mencionada a seguir.

Chamada de Capital:

- ➔ Elevar o capital social de R\$ 36.405 milhões para R\$ 37.145 milhões, mediante emissão de 121.311.478 novas ações escriturais sem valor nominal, sendo 46.341.899 ordinárias e

74.969.579 preferenciais, para subscrição particular dentro do limite do capital autorizado:

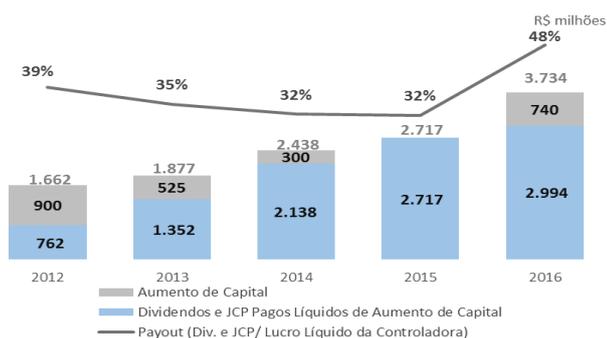
(i) o preço de subscrição: fixado em R\$ 6,10 por ação ordinária ou preferencial, tendo como parâmetro a cotação média ponderada das ações preferenciais na BM&FBOVESPA no período de 14.10.2016 a 10.02.2017, ajustada com deságio de aproximadamente 30%; e

(ii) direito de preferência: os Acionistas poderão subscrever as ações no período de 02.03.2017 a 31.03.2017, na proporção de 1,6386161% sobre as ações da mesma espécie que possuem na posição acionária final do dia 20.02.2017.

Programa de Recompra/Cancelamento de Ações da Companhia:

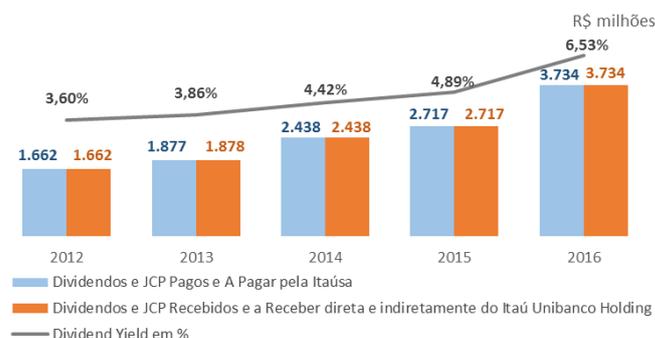
- Cancelar as 26.819.000 ordinárias escriturais de emissão própria existentes na tesouraria, mediante absorção de R\$ 204,1 milhões consignados nas reservas de lucros; e
- Renovar a autorização para aquisição, no período de 18 meses e a preço de mercado, de até 80.000.000 de ações ordinárias e igual quantidade de ações preferenciais de emissão própria para tesouraria.

Por conta do resultado apurado no exercício de 2016, a remuneração aos acionistas totalizará R\$ 3.734 milhões em dividendos/JCP, líquidos de impostos. Este montante representa um crescimento de 37,4% comparando-se ao total relativo ao exercício anterior. O payout (dividendos e JCP / lucro líquido da Controladora, excluída a reserva legal de 5%) de 2016 foi de 48%, aumento de 16p.p. em relação ao exercício de 2015. Nota-se que o total de dividendos/JCP relativo ao exercício de 2016, líquidos da chamada de capital, representa um crescimento de 10,2% sobre o valor líquido do exercício de 2015.



Ao final de dezembro de 2016, o retorno^(a) do investimento em dividendos/JCP (*dividend yield*) ao acionista em relação à cotação média do ano da ação preferencial (ITSA4), líquido de impostos, foi de 6,53%.

(a) Dividendo/JCP Líquido p/ ação relativo ao ano base (x) - ajustada por bonificação, desdobramento e grupamento. Cotação Média Ponderada da ação PN no ano(x) - ajustada por proventos, exceto dividendos. Base competência do exercício.



Registramos que os Acionistas da Itaúsa, também correntistas do Itaú no Brasil e com ações no ambiente escritural, podem investir automaticamente os dividendos na compra de ações por meio de adesão ao Programa de Reinvestimento de Dividendos – PRD. Para aderir ao PRD acesse o Itaú Bankline (www.itaú.com.br) ou ligue (xx11)3003-9285 para Capitais e Regiões Metropolitanas ou 0800-720-985 para Demais Localidades.

Reunião Pública - APIMEC

Em 17.11.2016, a Itaúsa realizou a 16ª reunião pública anual com investidores, analistas e o mercado, em parceria com a Apimec, para apresentar os resultados do Conglomerado. O evento realizado no Hotel Unique em São Paulo – SP foi acompanhado por cerca de 260 participantes no local e também foi transmitido ao vivo pela Internet.

Revisão de Portfólio

A Itaúsa é uma sociedade que tem por objeto participar do capital de outras empresas e está continuamente analisando novos investimentos e avaliando potenciais operações que agreguem valor a seus acionistas. Para realização de estudos que auxiliem na definição de possíveis setores de interesse e apoio na tomada de decisão de investimento, a Itaúsa contratou uma renomada consultoria estratégica.

Nesse contexto a Itaúsa comunicou:

- Em 01.11.2016 que conjuntamente com Brasil Warrant Administração de Bens e

Empresas S.A. e Cambuhy Investimentos Ltda., ingressou formalmente no processo competitivo de aquisição de participação societária na Petrobras Distribuidora S.A. ("BR Distribuidora"). Até o presente momento, não houve qualquer oferta ou celebração de contrato com a Petrobras no que diz respeito à aquisição de participação societária na BR Distribuidora.

- ☞ Em 27.12.2016 que sua controlada Elekeiroz comunicou que na elaboração das suas demonstrações contábeis do exercício de 2016 seria feito o reconhecimento de redução

no valor contábil de determinados ativos (*impairment*), bem como a realização de outros ajustes contábeis. Tal reconhecimento impactou negativamente o resultado e o patrimônio líquido individuais da Itaúsa do último trimestre de 2016 em R\$ 267 milhões.

3) DESEMPENHO ECONÔMICO ITAÚSA

PRINCIPAIS INDICADORES DE RESULTADO DA ITAÚSA INDIVIDUAL

Como *holding* pura a Itaúsa tem seu resultado composto basicamente pelo resultado de equivalência patrimonial, apurado a partir do resultado de suas controladas.

Abaixo apresentamos o resultado da equivalência patrimonial e o resultado próprio da Itaúsa considerando apenas os eventos recorrentes (os itens não recorrentes encontram-se discriminados na pág. 07).

Demonstração do Resultado Individual - Recorrente					Em R\$ Milhões
	01/01 a 31/12/2016	%	01/01 a 31/12/2015	%	Evolução (%)
Área de Serviços Financeiros	8.754	100,9%	8.482	99,8%	3,2%
Área Industrial	(80)	-0,9%	16	0,2%	-600,0%
Duratex	(4)	0,0%	76	0,9%	-105,3%
Elekeiroz	(49)	-0,6%	(29)	-0,3%	69,0%
Itautec	(27)	-0,3%	(31)	-0,4%	-12,9%
Outros	4	0,0%	-	0,0%	na
Total REP Recorrente	8.678	100,0%	8.498	100,0%	2,1%
Resultado Próprio da Itaúsa	(35)		(82)		
Despesas Gerais e Administrativas	(43)		(40)		
Receitas/Despesas Financeiras	67		98		
Despesas Tributárias	(288)		(227)		
Outras Receitas Operacionais	24		12		
IR/CS	205		75		
Lucro Líquido Recorrente	8.643		8.416		2,7%
Resultado não recorrente	(432)		452		
Próprio	-		(142)		
Decorrentes de participação no Itaú Unibanco Holding	(170)		587		
Decorrentes de participação na Duratex	13		(11)		
Decorrentes de participação na Elekeiroz	(283)		18		
Decorrentes de participação na Itautec	7		-		
Decorrentes de participação na Itaúsa Empreendimentos	1		-		
Lucro Líquido	8.211		8.868		-7,4%

Despesas Gerais e Administrativas (DGAs)

As despesas gerais e administrativas totalizaram R\$ 43 milhões em 2016, 7,5% maior que em 2015. Em relação ao lucro líquido, as DGAs representaram 0,5%, mesmo percentual de 2015.

Receitas/Despesas Financeiras

Em 2016, a Itaúsa registrou resultado financeiro líquido positivo de R\$ 67 milhões.

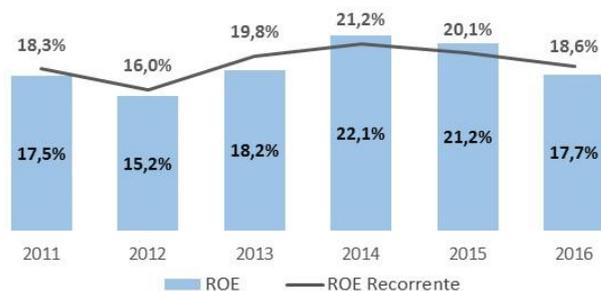
Despesas Tributárias

No acumulado do ano, as despesas tributárias totalizaram R\$ 288 milhões. Essas despesas são compostas basicamente por PIS e COFINS incidentes sobre receitas financeiras e receita de juros sobre o capital próprio recebidos das sociedades investidas.

Lucro Líquido

O lucro líquido recorrente acumulado de janeiro a dezembro de 2016 foi de R\$ 8.643 milhões, aumento de 2,7% em relação ao ano anterior, com rentabilidade recorrente sobre o patrimônio líquido médio (ROE) de 18,6%. O lucro líquido no mesmo período atingiu R\$ 8.211 milhões com rentabilidade de 17,7%.

Retorno sobre o Patrimônio Líquido Médio – ROE



Liquidez

A Itaúsa possui uma sólida posição de liquidez. O total de caixa, equivalentes de caixa e ativos financeiros mantidos para negociação atingiu R\$ 976 milhões ao final de dezembro de 2016.

O endividamento^(a) da Companhia em 31 de dezembro de 2016 era de 6,2%, sendo que das obrigações totais de R\$ 3,1 bilhões, R\$ 2,0 bilhões eram referentes a dividendos e juros sobre o capital próprio a pagar.

(a) $(\text{passivo circulante e não circulante} / \text{total do ativo}) \times 100$

PRINCIPAIS INDICADORES DE RESULTADO DA ITAÚSA CONSOLIDADO

	Em R\$ Milhões					
	Controladora		Não Controladores		Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Lucro Líquido	8.211	8.868	5	126	8.216	8.994
Lucro Líquido Recorrente	8.643	8.416	(9)	145	8.634	8.561
Patrimônio Líquido	47.729	44.847	2.950	3.024	50.679	47.871
Rentabilidade Anualizada sobre o Patrimônio Líquido Médio (%)	17,7%	21,2%	0,2%	4,1%	16,6%	20,0%
Rentabilidade Recorrente Anualizada sobre o Patrimônio Líquido Médio (%)	18,6%	20,1%	-0,3%	4,7%	17,5%	19,1%

PRINCIPAIS INDICADORES FINANCEIROS

Indicadores por Ação

	R\$ por ação		
	31/12/2016	31/12/2015	Evolução (%)
Lucro Líquido da Controladora	1,11	1,20	(7,4)
Lucro Líquido Recorrente da Controladora	1,17	1,13	2,7
Valor Patrimonial da Controladora	6,45	6,04	6,8
Dividendo/Juros sobre Capital Próprio Líquido de IR	0,50	0,37	38,0
Preço da Ação PN ⁽¹⁾	8,22	6,26	31,2
Capitalização de Mercado ⁽²⁾ - em R\$ milhões	60.855	46.539	30,8

(1) Cotação média das ações preferenciais no último dia do período.

(2) Calculado com base na cotação média das ações preferenciais no último dia do período (cotação da ação PN média multiplicada pela quantidade de ações em circulação no final do período).

Obs.: O número de ações em circulação e a cotação da ação foram ajustados para refletir a bonificação de 10% ocorrida em 29 de abril de 2016.

RECONCILIAÇÃO DO LUCRO LÍQUIDO RECORRENTE

A fim de possibilitar adequada análise das demonstrações contábeis do período, apresentamos o lucro líquido com exclusão dos principais efeitos não recorrentes, líquidos dos respectivos efeitos fiscais, conforme segue:

	Em R\$ Milhões					
	Controladora		Não Controladores		Consolidado	
	01/01 a 31/12/2016	01/01 a 31/12/2015	01/01 a 31/12/2016	01/01 a 31/12/2015	01/01 a 31/12/2016	01/01 a 31/12/2015
Lucro Líquido	8.211	8.868	5	126	8.216	8.994
Inclusão / (exclusão) dos efeitos não recorrentes D= (A + B + C)	432	(452)	(14)	19	418	(433)
Próprio (A)	-	142	-	-	-	142
Amortização de Ágios	-	142	-	-	-	142
Decorrentes de participação acionária do Itaú Unibanco Holding (B)	170	(587)	-	-	170	(587)
Movimentação de Ações em Tesouraria	76	477	-	-	76	477
Majoração da Alíquota da CSLL	-	(1.465)	-	-	-	(1.465)
Provisão para Contingências	86	260	-	-	86	260
Outros	8	141	-	-	8	141
Decorrentes de participação acionária das demais empresas controladas (C)	262	(7)	(14)	19	248	12
Duratex	(13)	11	(24)	20	(37)	31
Elekeiroz - <i>Impairment</i> e outros ajustes contábeis ^{(1) (2)}	267	-	9	-	277	-
Elekeiroz - Demais	16	(18)	1	(1)	17	(19)
Itautec	(7)	-	-	-	(7)	-
Itausa Empreendimentos	(1)	-	-	-	(1)	-
Lucro Líquido Recorrente	8.643	8.416	(9)	145	8.634	8.561

(1) *Impairment* - Redução no valor contábil dos ativos

(2) Ver detalhes no item 5) Companhias Controladas Itausa - Elekeiroz - pág. 13

PRINCIPAIS INDICADORES DAS EMPRESAS DO CONGLOMERADO ITAÚSA

	Janeiro a Dezembro	Área de Serviços Financeiros				Área Industrial			CONSOLIDADO ITAÚSA ⁽²⁾		
		Itaú Unibanco		Holding		Duratex ⁽¹⁾	Elekeiroz	Itautec			
		2016	2015	2016	2015	2016	2015	2016	2015	2016	2015
Ativos Totais		1.353.241	1.276.415	9.341	9.008	434	763	136	219	59.020	54.830
Receitas Operacionais ⁽³⁾		208.274	173.428	3.910	3.963	771	894	8	28	13.266	13.942
Lucro Líquido		23.263	25.740	26	192	(344)	(11)	(15)	(19)	8.216	8.994
Patrimônio Líquido (PL)		122.582	112.252	4.571	4.616	111	455	56	77	50.679	47.871
Rentabilidade Anualizada sobre o PL Médio (%) ⁽⁴⁾		20,1%	24,8%	0,6%	4,1%	-93,0%	-2,4%	-23,5%	-21,1%	16,6%	20,0%
Geração Interna de Recursos ⁽⁵⁾		97.507	56.881	932	919	(24)	31	(13)	1	891	974

(1) O Lucro Líquido, o Patrimônio Líquido e o ROE da Duratex correspondem aos valores das Demonstrações Contábeis Consolidadas.

(2) O Consolidado Itaúsa inclui consolidação de 100% das empresas controladas e apresenta valores líquidos das eliminações de consolidações e dos resultados não realizados de operações intercompanhias.

Os valores do Itaú Unibanco não foram consolidados e estão sendo avaliados pelo métodos de equivalência patrimonial.

(3) As Receitas Operacionais por área de atuação foram obtidas conforme segue:

- Itaú Unibanco Holding: Receita de Juros e Rendimentos, Receita de Dividendos, Ganho (Perda) Líquido com Investimento em Títulos e Derivativos, Receita de Prestação de Serviços, Resultados de Operações de Seguros, Previdência e Capitalização antes das Despesas com Sinistros e de Comercialização e Outras Receitas.

- Duratex, Elekeiroz e Itautec: vendas de produtos e serviços.

- Consolidado Itaúsa: Vendas de Produtos e Serviços e Resultado de Participação em Associadas e Entidades Controladoras em Conjunto.

(4) Representa a relação entre o Lucro Líquido do período e o Patrimônio Líquido Médio ((dez + set + jun + mar + dez'15)/5).

(5) Refere-se aos recursos provenientes das operações obtidos pela Demonstrações do Fluxo de Caixa.

Obs.: O Lucro Líquido, o Patrimônio Líquido e o ROE do Itaú Unibanco correspondem aos valores atribuíveis aos acionistas controladores.

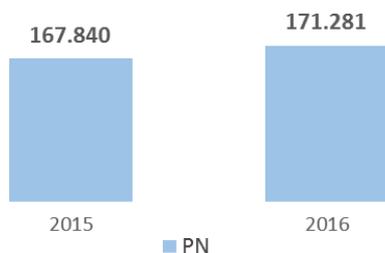
A partir do 2º trimestre de 2016, o Itaú CorpBanca passou a ser consolidado nas demonstrações contábeis do Itaú Unibanco.

4) MERCADO DE CAPITAIS

Negociadas na Bolsa de Valores de São Paulo (BM&FBOVESPA), as ações preferenciais da Itaúsa (código ITSA4) encerraram o ano de 2016 cotadas a R\$ 8,28, valorização de 32,4% em relação à cotação de encerramento do ano anterior, enquanto o principal índice da bolsa paulista, o Ibovespa, registrou valorização de 38,9%.

O volume financeiro médio diário negociado das ações preferenciais (PN) em 2016 foi de R\$ 171,3 milhões, em comparação a R\$ 167,8 milhões no do ano anterior, com 7.264 mil negócios em 2016 (7.325 mil em 2015).

Volume médio financeiro negociado – diário (R\$ mil)



Desconto Itaúsa

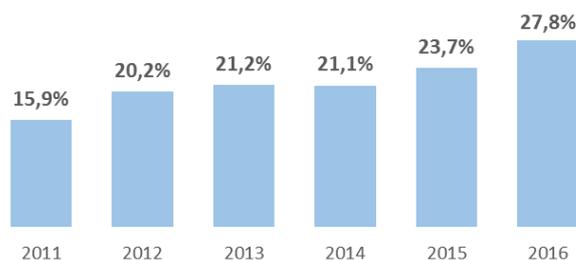
O desconto é um dos indicadores mais utilizados pelos analistas, acionistas e investidores do mercado de capitais para avaliar o investimento na Itaúsa e diz respeito à diferença entre o valor de mercado verificado para a Itaúsa em comparação com o valor de mercado teórico que se obtém por meio da "soma das partes" que a compõem. A Área de Relações com

Investidores divulga mensalmente no site da Companhia informativo sobre o desconto. Para recebê-lo basta se cadastrar em: www.itausa.com.br.

Em 29 de dezembro de 2016, as ações de Itaúsa eram negociadas com desconto de 27,8% em relação ao valor de mercado da soma de suas participações nas Companhias, em comparação a 23,7% observado ao final de 2015.

A capitalização de mercado, com base no valor das ações mais líquidas (ITSA4), ao final do período era de R\$ 60.855 milhões, alta de 30,8% sobre o ano anterior, enquanto o valor total de mercado da soma das participações nas empresas controladas atingiu R\$ 84.317 milhões.

Histórico Desconto Itaúsa



Em 31 de dezembro de 2016, a quantidade de acionistas pessoas físicas na Itaúsa era de 51.717.

5) COMPANHIAS CONTROLADAS ITAÚSA



Mudanças na Administração - No dia 9 de novembro, foi divulgada a sucessão do atual Presidente Executivo (CEO), seguindo o processo de transição planejado e comunicado ao mercado há mais de dois anos. O Itaú Unibanco anunciou também uma série de mudanças em seu Comitê Executivo. Até a próxima Assembleia (em 19/04), Roberto Setubal permanece na presidência da Companhia, sendo que após deverá atuar, em conjunto com Pedro

Moreira Salles, como co-presidente do Conselho de Administração do Itaú. Na sequência, será proposta a eleição de Candido Bracher como Presidente Executivo do Itaú Unibanco Holding.

Bonificação de 10% das ações do Itaú Unibanco - Pelo quarto ano consecutivo, o Itaú Unibanco bonificou as ações em 10%. Se considerar apenas as bonificações nos últimos 4 anos, em função da manutenção do dividendo mensal em R\$ 0,015 por

ação, houve incremento de 46% nos valores recebidos mensalmente pela Itaúsa.

Evento Subsequente – o Conselho de Administração do Itaú Unibanco, reunido em 06.02.2017, alterou a prática de pagamento de dividendos e juros sobre o capital próprio ("JCPs") da Companhia, que passará a ser de 35% a 45% do lucro líquido consolidado recorrente nos próximos exercícios.

Nesse contexto, o Conselho de Administração aprovou:

- a declaração de "JCPs" complementares do exercício de 2016 no valor de R\$ 0,77540 por ação, equivalente a R\$ 4,3 bilhões (líquidos de imposto de renda). Os JCPs complementares serão pagos em 03.03.2017, com base na posição acionária final do dia 20.2.2017 e com retenção de 15% de imposto de renda na fonte, resultando em juros líquidos de R\$ 0,65909 por ação, excetuados dessa retenção os acionistas pessoas jurídicas comprovadamente imunes ou isentos; e
- que os JCPs aprovados e divulgados pelo Conselho de Administração em 09.12.16, no valor bruto de R\$ 0,47140 por ação (líquido de R\$ 0,40069 por ação), também serão pagos em 03.03.2017.

Assim, o total de JCPs a ser pago em 03.03.2017, líquido de imposto de renda, será de R\$ 1,05978 por ação.

Somando o montante já distribuído durante o ano de 2016 com o montante que será distribuído em 03.03.2017, os acionistas do Itaú receberão R\$ 1,5789 por ação (líquido de imposto de renda) que totalizam R\$ 10,0 bilhões de dividendos e JCPs, valor esse que equivale a 45% do lucro líquido consolidado recorrente do exercício de 2016, o que representa um aumento de 36,9% em relação ao exercício de 2015.

Fusões e Aquisições

Aquisição de Controle – Recovery – Em março de 2016, o Itaú Unibanco concluiu a operação de aquisição de 89,08% de participação no capital social da Recovery do Brasil Consultoria S.A., sendo 81,94% do Banco BTG Pactual S.A. (BTG) e 7,14% de outros acionistas, e de aproximadamente 70% de um portfólio de R\$ 38 bilhões em direitos creditórios de titularidade do BTG.

Itaú CorpBanca – Em abril de 2016, o banco concretizou a união das operações do Banco Itaú Chile com o CorpBanca e passou a deter o controle

da entidade resultante – o Itaú CorpBanca – com participação de 33,58% em seu capital social. Nessa mesma data, foi assinado o Acordo de Acionistas do Itaú CorpBanca, que garantiu ao Itaú Unibanco, o direito de indicar, conjuntamente com o Corp Group¹, a maioria dos membros do Conselho de Administração do Itaú CorpBanca. Esses membros são indicados de acordo com a participação societária de cada parte, sendo que o banco tem o direito de eleger a maioria desse bloco.

A partir de 1º de abril de 2016, o Itaú CorpBanca passou a ser consolidado nas demonstrações financeiras do Itaú Unibanco, acrescentando aproximadamente R\$ 115 bilhões de ativos no balanço patrimonial.

Em outubro de 2016, o banco adquiriu 10,9 bilhões de ações do Itaú CorpBanca pelo valor de aproximadamente R\$ 288,1 milhões, sendo esta operação prevista no acordo de acionistas do Itaú CorpBanca celebrado entre Itaú Unibanco e Corp Group em 1º de abril de 2016. Com isso, a participação do Itaú Unibanco no Itaú CorpBanca passou de aproximadamente 33,58% para aproximadamente 35,71%, sem alterações na governança do Itaú CorpBanca.

¹ Corp Group é uma holding diversificada controlada pela família Saieh, com investimentos no setores financeiro, varejo, imobiliário, hoteleiro e de mídia.

Seguro de Vida em Grupo – Em setembro de 2016, o Itaú Unibanco celebrou um contrato de alienação da totalidade de nossas operações de seguros de vida em grupo com a Prudential do Brasil. A alienação desta operação reitera a estratégia, já divulgada, de focar em seguros massificados, tipicamente relacionados ao varejo bancário.

Citibank – Em outubro de 2016, o banco celebrou um contrato (Equity Interest Purchase Agreement) com o Citibank para aquisição dos negócios de varejo do Citibank no Brasil, incluindo empréstimos, depósitos, cartões de crédito, agências, gestão de recursos e corretagem de seguros, assim como as participações societárias detidas pelo Citibank na TECBAN – Tecnologia Bancária S.A. e na CIBRASEC – Companhia Brasileira de Securitização. A conclusão da operação está sujeita ao cumprimento de determinadas condições precedentes, incluindo a obtenção das aprovações do BACEN e do CADE – Conselho Administrativo de Defesa Econômica.

Banco Itaú BMG Consignado – Em dezembro de 2016, após a obtenção das autorizações regulatórias necessárias e o cumprimento de condições precedentes, o Itaú Unibanco concluiu a operação de

aquisição da totalidade da participação detida pelo Banco BMG no Banco Itaú BMG Consignado. Esta participação corresponde a 40% do capital social do Itaú BMG Consignado, o que significa que o Itaú Unibanco passou a deter 100% do capital desta instituição. O valor pago foi de R\$ 1,46 bilhão. Foi mantida a liderança entre os bancos privados neste segmento*. Em 31 de dezembro de 2016, a carteira do Itaú Unibanco era de R\$ 44,6 bilhões, incluindo as operações do Itaú BMG Consignado.

*Dados de dezembro de 2016.

IFRS

Os valores comentados a seguir, quando relacionados às informações contábeis, foram apurados de acordo com o IFRS (International Financial Reporting Standards).

Resultados

No período de janeiro a dezembro de 2016, o lucro líquido recorrente do Itaú Unibanco foi de R\$ 23,5 bilhões, com crescimento de 2,7% em relação ao mesmo período de 2015, e a rentabilidade anualizada recorrente sobre o patrimônio líquido médio foi de

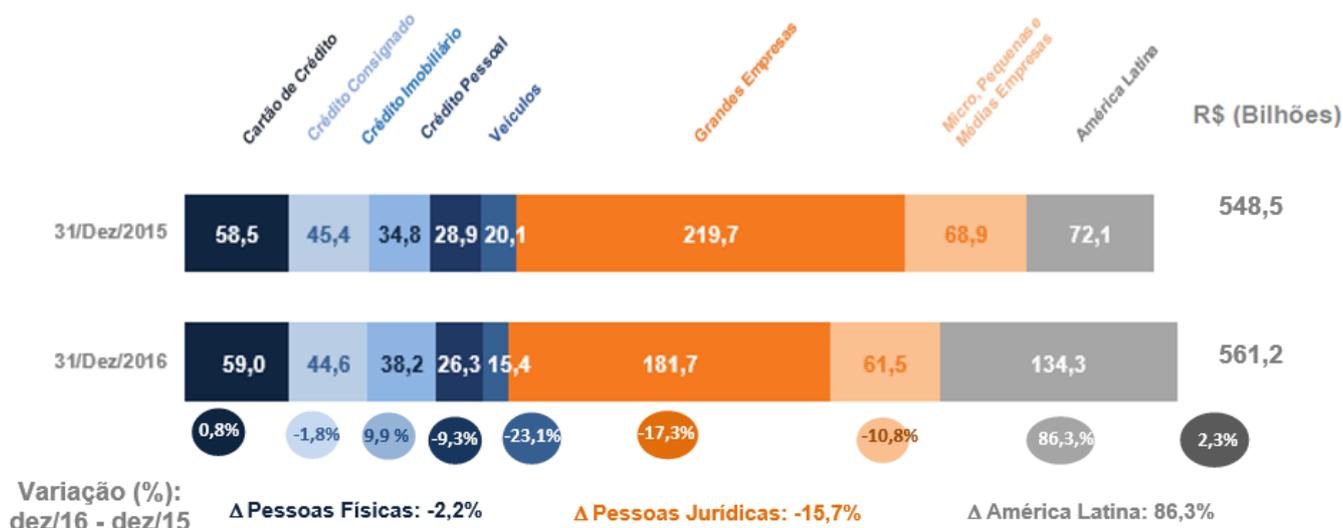
20,3%. O resultado, apurado em um período econômico desafiador, foi alcançado em função da continuidade de uma estratégia focada em linhas de crédito de menor risco, receitas de serviços e seguros, ao mesmo tempo em que a instituição manteve sua disciplina no controle dos custos e foco no cliente.

Ativos

O total de ativos consolidados atingiu R\$ 1,4 trilhão ao final de dezembro de 2016, com aumento de 6,0% em relação ao mesmo período do ano anterior. A diversificação dos negócios reflete-se na mudança da composição da carteira de crédito nos últimos anos, focando a originação em produtos de menor risco e com mais garantias atreladas, e em nosso processo de internacionalização das operações do banco.

Carteira de Crédito

Em 31 de dezembro de 2016, o saldo da carteira de crédito, incluindo avais e fianças, atingiu R\$ 561,2 bilhões, um aumento de 2,3% em relação a 31 de dezembro de 2015, devido, principalmente, ao efeito da consolidação do Itaú CorpBanca nas demonstrações contábeis do Itaú Unibanco, a partir do 2º trimestre de 2016. Se forem considerados também os riscos de crédito que o banco tem na modalidade de títulos privados, esse aumento atinge 2,0%. Abaixo a abertura da carteira, com avais e fianças, em 31 de dezembro de 2016 e de 2015:



Inadimplência

A estratégia de redução de risco na concessão de crédito, iniciada em 2012, influenciou no índice de inadimplência, principalmente pela mudança para um perfil mais conservador da carteira do Itaú Unibanco:

- O índice de inadimplência total (operações em atraso há mais de 90 dias) alcançou 3,4% em 31 de dezembro de 2016, redução de 0,1 p.p. em relação a 31 de dezembro de 2015;
- Na carteira de clientes pessoas físicas, esse índice atingiu 4,9% ao final de dezembro de 2016, redução de 0,5 p.p. em relação ao mesmo período do ano anterior; e
- Na carteira de clientes pessoas jurídicas, atingiu 2,1% ao final de dezembro de 2016, aumento de 0,2 p.p. em relação a 31 de dezembro de 2015.

Captações

Os Recursos Próprios Livres, Captados e Administrados totalizaram R\$ 2,1 trilhões em 31 de dezembro de 2016, aumento de 11,0% em relação ao mesmo período do ano anterior. Os depósitos à vista somados aos de poupança reduziram 1,8% em relação ao mesmo período do ano anterior.

Solidez de Capital

Ao final de dezembro de 2016, o Índice de Basileia atingiu 19,1%, sendo: (i) 15,9% referente ao Capital de Nível I, que consiste no somatório do Capital Principal e do Capital Complementar; (ii) 3,2% referente à Capital de Nível II. Esses indicadores demonstram a capacidade efetiva do banco em absorver possíveis perdas.

Liquidez

A partir do segundo trimestre de 2016, o banco passou a informar a média do período para seu indicador de liquidez de curto prazo (LCR – do inglês “Liquidity Coverage Ratio”), cujo cálculo segue metodologia estabelecida pela Circular BACEN 3.749, alinhada às diretrizes internacionais. O LCR é um índice que relaciona os ativos livres e de alta liquidez e as saídas (líquidas) no horizonte de 30 dias. Para 2016, o índice mínimo exigido pelo Banco Central foi 70%, sendo que, nesse ano, o indicador médio da Companhia foi de 212,8%.

Sustentabilidade e Responsabilidade Corporativa

Índices de Sustentabilidade: Pelo 17º ano consecutivo o Itaú Unibanco foi selecionado para compor o Dow Jones Sustainability World Index (DJSI), principal índice de sustentabilidade no mundo, em sua edição 2016/2017. O Itaú Unibanco é o único banco latino-americano que participa da composição do índice desde sua criação em 1999. Pelo 12º ano consecutivo o banco foi selecionado para compor a carteira do Índice de Sustentabilidade Empresarial da BM&FBOVESPA para 2016.

Investimento Social Privado - Em 2016, o Itaú Unibanco investiu R\$ 473,0 milhões em projetos, sendo que 67,3% foram através de doações e patrocínios realizados pelo próprio Itaú Unibanco e 32,7% foram por meio de verbas incentivadas por leis (Rouanet, Lei de Incentivo ao Esporte), contribuindo em projetos voltados a educação, saúde, cultura, esporte e mobilidade.



Os investimentos no ano de 2016 totalizaram R\$ 473,7 milhões, dos quais R\$ 190,1 milhões destinados a manutenção fabril, R\$ 190,7 milhões utilizados para atividades de reflorestamento e R\$ 92,9 milhões referentes ao aumento de participação na subsidiária Colombiana Tablemac, e o seu consequente fechamento de capital. Em um cenário tão incerto como foi 2016, a Duratex restringiu seu plano de investimentos, com enfoque para manutenção das suas operações, todavia sem prejudicar a estratégia de longo prazo, como por exemplo aumentando a participação na Tablemac.

Resultados

A receita líquida em 2016 totalizou R\$ 3.909,8 milhões, retração de apenas 1,3%, mesmo com retração maior de volume (-5,3% na Deca e -2,6% na Madeira). Isto é reflexo principalmente, dos aumentos de preço praticados em ambas divisões ao longo de 2016.

A Duratex registrou em 2016 EBITDA ajustado e recorrente de R\$ 681,0 milhões retração de 18,6% comparada ao ano anterior, refletindo os impactos de menores volumes apresentados, mix de produtos com menor valor agregado e uma dinâmica de mercado ainda desfavorável. No entanto, o EBITDA ajustado e recorrente do quarto trimestre foi positivamente afetado pela venda de ativos florestais, maiores

volumes na divisão madeira, mix mais nobre na Divisão Deca e das iniciativas de corte de custos adotadas pela Duratex, totalizando R\$ 217,1 milhões, cerca de 17% maior que no mesmo período de 2015.

Ao longo do ano de 2016, a Duratex reverteu o prejuízo acumulado no primeiro semestre. A companhia demonstrou capacidade de reação com as reduções de custos, melhora de preço e vendas de ativos florestais excedentes. Esse conjunto de medidas foi suficiente para a reversão do resultado e o lucro líquido no ano foi de R\$ 26,2 milhões. Vale ressaltar que o lucro líquido recorrente foi negativo em R\$ 12,9 milhões (excluindo a venda de terras).

O endividamento líquido da Duratex apresentou redução de aproximadamente R\$ 87 milhões em relação ao trimestre anterior, acumulando ao final do ano R\$ 2.040,7 milhões. Com isso, a alavancagem que estava em 3,28 vezes a dívida líquida sobre o Ebitda no trimestre anterior reduziu para 2,99 vezes no acumulado anual. Apesar de ainda pequena, essa diminuição do endividamento sinaliza o esforço da Duratex na redução da dívida líquida. Essa melhora ocorreu por conta do aumento de prazo com fornecedores, vendas de ativos florestais, venda de fazendas que apesar de ser um evento extraordinário, tem efeito positivo no caixa. As iniciativas estão em linha com o objetivo da Companhia em redução dos níveis de endividamento, com destaque para os esforços para melhoria de capital de giro.

O ano de 2016 foi de instabilidade e incertezas no setor moveleiro que impactaram a **Divisão Madeira**. Houve queda de volume em 2016 de 2,6% em relação ao ano anterior. A receita líquida da Divisão Madeira totalizou R\$ 2.594,5 milhões no ano, praticamente estável em relação a 2015. No acumulado do ano, a margem EBITDA ajustada e recorrente foi de 19,4% ante 22,9% em 2015. O menor nível de demanda doméstica por painéis de madeira, reflexo da retração do consumo, e um cenário mais competitivo pressionaram os preços ao longo do ano e prejudicaram o resultado desta Divisão.

A **Divisão Deca** consolidou vendas de 24,6 milhões de peças em 2016, queda de 5,3% em relação ao ano anterior. A receita líquida no ano foi de R\$ 1.315,2 milhões, redução de 3,7% quando comparada a 2015. A margem EBITDA ajustada e recorrente foi de 13,4% (17,7% em 2015).

O segmento da construção civil no qual a Deca opera foi duramente afetado pelas condições adversas de mercado, acumulando pelo terceiro ano seguido retração no Índice medido pela Abrammat. Apesar de apresentar piora em seus resultados, a Deca novamente obteve desempenho superior à média do

setor. O índice indicou retração de 11,5% na receita do setor em 2016, porém a receita da Deca retraiu apenas 3,7%, reflexo das iniciativas comerciais adotadas ao longo do ano, da força e reconhecimento da marca Deca perante o consumidor final e da solidez do grupo que continuou investindo na marca mesmo no cenário adverso.

Sustentabilidade e Responsabilidade Corporativa

A Duratex revisou em 2016 a sua Estratégia de Sustentabilidade, construída de forma coletiva pelos colaboradores da companhia.

A Estratégia possui quatro pilares e oito temas relevantes sobre os quais foram estabelecidas metas de desempenho sociais e ambientais a serem alcançadas até 2025.

Esse processo evolutivo e de aprendizado demonstra o compromisso com a melhoria de sua gestão e com a ampliação da geração de valor para toda a sociedade. Exemplo disso é a permanência da Duratex no ISE, Índice de Sustentabilidade Empresarial, da BM&FBOVESPA, na carteira de 2017, e o reconhecimento do Guia Exame de Sustentabilidade como a empresa modelo no setor de Materiais de Construção.

Elekeiroz

Os investimentos alcançaram R\$ 33,0 milhões nos doze meses de 2016, destinados principalmente à manutenção das operações e à aquisição de 50% da Empresa Nexoleum Bioderivados, criando uma joint venture para explorar o mercado de plastificantes com base renovável, complementando, assim, o portfólio de soluções sustentáveis para nossos clientes do setor de PVC flexível.

Resultados

No ano de 2016 as expedições foram 6% inferiores a 2015, sendo que os produtos orgânicos e os produtos inorgânicos apresentaram quedas, respectivamente, de 7% e 6%. Apesar da queda no ano, o último trimestre do ano mostra sinais de recuperação com expedições 24% superiores ao trimestre anterior, impulsionadas pelo aumento de 66% nas expedições de produtos inorgânicos.

A receita líquida de 2016 atingiu R\$ 770,8 milhões, 14% abaixo do mesmo período de 2015. As vendas internas recuaram 10% e as exportações 46%.

O lucro bruto do 4º trimestre foi o maior registrado no ano, 28% superior ao realizado no 3º trimestre e 73%

acima do 2º trimestre. O acumulado de 2016 foi de R\$ 40,0 milhões, 35% abaixo do realizado no ano anterior.

Em 2016 o EBITDA foi de R\$ 56,4 milhões negativos (R\$ 45,5 milhões positivos em 2015). O EBITDA recorrente foi R\$ 1,1 milhão no ano.

No acumulado do ano a Elekeiroz totalizou prejuízo de R\$ 343,7 milhões, sendo R\$ 50,3 milhões recorrente (prejuízo de R\$ 11,0 milhões em 2015).

Ajustes Contábeis Relevantes nas Demonstrações Financeiras da Elekeiroz de 2016

Em 27 de dezembro de 2016, a Elekeiroz fez o reconhecimento de redução no valor contábil de determinados ativos (*impairment*) bem como outros ajustes contábeis, com impactos significativos nas demonstrações financeiras relativas ao exercício de 2016, conforme detalhado a seguir:

- Redução do Valor Contábil de Ativos ao seu Valor Recuperável – Impairment, em montante de R\$ 154,8 milhões;
- Baixa de Ativos e Constituição de Provisões relativas às unidades de Plásticos e Anidrido Ftálico situadas em Camaçari (BA), descontinuadas em definitivo, no montante de R\$ 51,3 milhões;
- Baixa de Ativos relativos a Créditos Fiscais referentes a Imposto de Renda e Contribuição Social, no montante de R\$ 50,5 milhões;
- Complemento de Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa em montante de R\$ 20,3 milhões.

Os ajustes acima referidos impactam negativamente o resultado da Elekeiroz no último trimestre e no exercício de 2016 em R\$ 276,9 milhões, reduzindo o patrimônio líquido da Companhia em 31 de dezembro de 2016 para R\$ 111,4 milhões.

Sustentabilidade e Responsabilidade Corporativa

Gestão da Qualidade e Atuação Responsável: todas as linhas de produção da Elekeiroz são certificadas pela ISO 9001. Além disso, a empresa foi uma das patrocinadoras do Congresso de Atuação Responsável, realizado em outubro de 2016 pela Abiquim.

Itautec

Dissidência de Acionistas: Consoante decisão do Colegiado da CVM proferida em reunião de 09.08.2016, publicada no Diário Oficial da União em 29.09.2016, o processo de dissidência decorrente da mudança do objeto social da Itautec foi concluído e arquivado em razão do cumprimento das cláusulas acordadas no Termo de Compromisso celebrado em 21.01.2016, não havendo qualquer obrigação adicional a ser cumprida pela Companhia.

Parceria com a OKI Electric Industry CO. LTD. (“Oki”): Em 11.01.2017 a Itautec exerceu a opção de venda (put option) das 763.740 ações da Oki Brasil pelo montante de R\$ 53.350 mil, recebidos da Oki na mesma data; em consequência, Itautec passou a deter 1.717.650 ações (11,2% do capital da Oki Brasil).

Gestão operacional: A Itautec continua honrando os contratos de garantia e manutenção de equipamentos relativos à marca Itautec/Infoway, não acarretando qualquer inconveniente a seus Clientes.

6) GESTÃO DE PESSOAS

O Conglomerado Itaúsa contava com cerca de 106,4 mil colaboradores ao final de dezembro de 2016, incluindo aproximadamente 14,4 mil colaboradores em unidades no exterior e 56 pessoas dedicadas à realização das atividades próprias da Itaúsa.

A remuneração fixa do pessoal somada aos seus encargos e benefícios dos colaboradores do Conglomerado totalizou R\$ 15,3 bilhões de janeiro a dezembro de 2016, com crescimento de 10,1% em relação ao ano anterior.

7) AUDITORIA INDEPENDENTE – INSTRUÇÃO CVM nº 381

Procedimentos adotados pela Sociedade

A política de atuação da Itaúsa e empresas controladas na contratação de serviços não relacionados à auditoria externa dos auditores independentes, se fundamenta na regulamentação aplicável e nos princípios internacionalmente aceitos que preservam a independência do auditor. Estes princípios consistem em: (a) o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho, (b) o auditor não deve exercer funções gerenciais no seu cliente e (c) o auditor não deve promover os interesses de seu cliente.

No período de janeiro à dezembro de 2016, não foram contratados junto à BDO e partes a ela relacionadas, serviços não relacionados à auditoria externa em patamar superior a 5% do total dos honorários relativos aos serviços de auditoria externa.

Adicionalmente, decidimos aplicar as determinações desta Instrução às contratações de serviços não relacionados à auditoria externa prestados pela PwC. No período de janeiro à dezembro de 2016, foram prestados os seguintes serviços:

- 06 de janeiro – serviços de *Benchmarking* de Capital Humano 2016;
- 22 de janeiro, 25 de agosto e 22 de dezembro - assessoria fiscal e de preços de transferência;
- 15 de fevereiro, 7 de março, 23 de março, 16 de maio e 23 de maio – aquisição de treinamentos, materiais técnicos e pesquisa;
- 31 de março – revisão da Escrituração Contábil Fiscal;
- 11 de julho – assessoria na revisão da estruturação de venda de carteira de crédito; e
- 24 de outubro – avaliação de disponibilidade referente à regra de custódia SEC 206.

Justificativa dos Auditores Independentes – PwC

A prestação de outros serviços profissionais não relacionados à auditoria externa, acima descritos, não afeta a independência nem a objetividade na condução dos exames de auditoria externa efetuados à Itaúsa e suas controladas. A política de atuação com a Itaúsa na prestação de serviços não relacionados à auditoria externa se substancia nos princípios que preservam a independência do Auditor Independente e todos foram observados na prestação dos referidos serviços.

8) AGRADECIMENTOS

Agradecemos aos acionistas e clientes pela confiança a nós dispensada, a quem procuramos retribuir sempre com a obtenção de resultados diferenciados em relação ao mercado e com a oferta de produtos e serviços de qualidade, e aos nossos colaboradores, pelo talento com que têm contribuído para garantir o crescimento sustentável dos negócios.

ITAÚSA - INVESTIMENTOS ITAÚ S.A.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Presidente

Alfredo Egydio Arruda Villela Filho

Vice-Presidente

Alfredo Egydio Setubal

Conselheiros

Henri Penchas

Paulo Setubal

Rodolfo Villela Marino

Walter Mendes de Oliveira Filho

Conselheiros Suplentes

Henrique Andrade Trinckquel

Ricardo Egydio Setubal

Ricardo Villela Marino

CONSELHO FISCAL

Presidente

Tereza Cristina Grossi Togni

Conselheiros

Alexandre Barenco Ribeiro

Flavio César Maia Luz

José Maria Rabelo

Paulo Ricardo Moraes Amaral

Conselheiros Suplentes respectivos

José Roberto Brant de Carvalho

Paulo Roberto Borges Gomes Da Silva

Felício Cintra do Prado Júnior

Isaac Berensztein

João Costa

DIRETORIA

Diretor Presidente

Alfredo Egydio Setubal (*)

Diretores Vice-Presidentes

Roberto Egydio Setubal

Rodolfo Villela Marino

(*) *Diretor de Relações com Investidores*

Contador

Ricardo Jorge Porto de Sousa

CRC 1SP 185.916/O-8

ITAÚ UNIBANCO HOLDING S.A.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Presidente

Pedro Moreira Salles

Vice-Presidentes

Alfredo Egydio Arruda Villela Filho
Roberto Egydio Setubal

Conselheiros

Alfredo Egydio Setubal
Candido Botelho Bracher
Demosthenes Madureira de Pinho Neto
Fábio Colletti Barbosa
Gustavo Jorge Laboissière Loyola
José Galló
Nildemar Secches
Pedro Luiz Bodin de Moraes
Ricardo Villela Marino

COMITÊ DE AUDITORIA

Presidente

Geraldo Travaglia Filho

Membros

Antônio Francisco de Lima Neto
Diego Fresco Gutierrez
Maria Helena Dos Santos Fernandes de Santana
Rogério Paulo Calderón Peres

CONSELHO FISCAL

Presidente

Alkimar Ribeiro Moura

Conselheiros

Carlos Roberto de Albuquerque Sá
José Caruso Cruz Henriques

DIRETORIA

Diretor Presidente

Roberto Egydio Setubal

Diretores Gerais

Candido Botelho Bracher
Eduardo Mazzilli de Vassimon
Márcio De Andrade Schettini
Marco Ambrogio Crespi Bonomi

Diretores Vice-Presidentes

André Sapoznik (**)
Caio Ibrahim David (**)
Claudia Politanski

Diretores Executivos

Alexsandro Broedel Lopes
Fernando Barçante Tostes Malta
Leila Cristiane Barboza Braga de Melo
Paulo Sergio Miron

Diretores

Adriano Cabral Volpini
Álvaro Felipe Rizzi Rodrigues
Atilio Luiz Magila Albiero Junior
Eduardo Hiroyuki Miyaki
Emerson Macedo Bortoloto
Gilberto Frussa
José Virgílio Vita Neto
Marcelo Kopel (*)
Matias Granata
Rodrigo Luís Rosa Couto
Sergio Mychkis Goldstein
Wagner Bettini Sanches

(*) Diretor de Relações com Investidores

(**) Eleitos em RCA de 09/12/2016, homologada pelo BACEN em 05/01/2017.

DURATEX S.A.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Presidente

Salo Davi Seibel

Vice-Presidentes

Alfredo Egydio Arruda Villela Filho

Ricardo Egydio Setubal

Conselheiros

Alfredo Egydio Setubal

Francisco Amauri Olsen

Helio Seibel

Juliana Rozenbaum Munemori

Raul Calfat

Rodolfo Villela Marino

Conselheiros Suplentes

Andrea Laserna Seibel

Olavo Egydio Setubal Júnior

Ricardo Villela Marino

DIRETORIA

Diretor Presidente

Antonio Joaquim de Oliveira (*)

Vice-Presidente da Unidade de Negócios DECA

Raul Penteado de Oliveira Neto

Vice-Presidente da Unidade de Negócios Madeira

Henrique Guaragna Marcondes

Diretores

Alexandre Coelho Neto do Nascimento

Bruno Basile Antonaccio

Carlos Henrique Pinto Haddad

José Ricardo Paraíso Ferraz

Marco Antonio Milleo

Maria Julieta Pinto Rodrigues Nogueira

Nelson Ricardo Teixeira

Paulo Cesar Maróstica

(*) *Diretor de Relações com Investidores*

ITAUTEC S.A. – GRUPO ITAUTEC

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Presidente

Ricardo Egydio Setubal

Vice-Presidente

Alfredo Egydio Arruda Villela Filho

Conselheiros

Henri Penchas

Olavo Egydio Setubal Júnior

Rodolfo Villela Marino

Conselheiros Suplentes

Alfredo Egydio Setubal

Ricardo Villela Marino

DIRETORIA

Diretor Presidente

João Jacó Hazarabedian

Diretores

Carlos Roberto Zanelato

Maria Fernanda Ribas Caramuru

Rodolfo Latini Neto (*)

(*) *Diretor de Relações com Investidores*

ELEKEIROZ S.A.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Presidente

Rodolfo Villela Marino

Vice-Presidente

Olavo Egydio Setubal Júnior

Conselheiros

Cesar Suaki dos Santos

Henri Penchas

Ricardo Egydio Setubal

Conselheiros Suplentes

Alfredo Egydio Setubal

Ricardo Villela Marino

DIRETORIA

Diretor Presidente

Marcos Antonio de Marchi (*)

Diretores

Elder Antonio Martini

Ricardo Craveiro Massari

(*) *Diretor de Relações com Investidores*

ITAÚSA - INVESTIMENTOS ITAÚ S.A.**Balanco Patrimonial Consolidado**

(Em milhões de Reais)

ATIVO	NOTA	31/12/2016	31/12/2015
Caixa e Equivalentes de Caixa	3	2.434	2.174
Ativos Financeiros Mantidos para Negociação	4	310	282
Clientes	5	934	996
Outros Ativos Financeiros	6a	1.441	1.176
Estoques	7	907	968
Investimentos em Associadas e Entidades Controladas em Conjunto	8 IIa	45.044	41.216
Imobilizado, Líquido	9	3.742	4.146
Ativos Intangíveis, Líquidos	10	997	1.024
Ativos Biológicos	11	1.529	1.442
Ativos Fiscais		1.597	1.322
Imposto de Renda e Contribuição Social a Compensar		550	388
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferido	12b	961	816
Outros		86	118
Outros Ativos Não Financeiros	6a	37	13
Ativo Mantido para Venda	28	20	41
Propriedade para Investimento	29	28	30
TOTAL DO ATIVO		59.020	54.830

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	NOTA	31/12/2016	31/12/2015
Passivo			
Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio		2.032	1.568
Empréstimos e Financiamentos	13	3.712	2.961
Debêntures	14	-	137
Provisões	15	996	743
Obrigações Fiscais		863	789
Imposto de Renda e Contribuição Social Correntes		44	29
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	12b	496	611
Outras		323	149
Outros Passivos	6b	738	761
Total do Passivo		8.341	6.959
Patrimônio Líquido			
Capital Social	16a	36.405	32.325
Ações em Tesouraria		(204)	(33)
Reservas	16c	13.077	13.341
Ajustes de Avaliação Patrimonial		(1.549)	(786)
Total do Patrimônio Líquido dos Acionistas Controladores		47.729	44.847
Participações de Acionistas não Controladores		2.950	3.024
Total do Patrimônio Líquido		50.679	47.871
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		59.020	54.830

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

ITAÚSA - INVESTIMENTOS ITAÚ S.A.**Demonstração Consolidada do Resultado***(Em milhões de Reais, exceto as informações por ação)*

	NOTA	01/01 a 31/12/2016	01/01 a 31/12/2015
Receita Líquida de Vendas de Produtos e Serviços	18	4.687	4.885
Custo dos Produtos e Serviços	19	(3.641)	(3.731)
Despesa com Vendas	19	(629)	(621)
Despesas Gerais e Administrativas	19	(307)	(316)
Outros Resultados Operacionais	20	(171)	23
Despesas Tributárias		(290)	(229)
Resultado Financeiro	21	(191)	(92)
Resultado de Participação sobre o Lucro Líquido em Associadas e Entidades Controladas em Conjunto	8 IIa	8.579	9.057
Lucro Líquido antes do Imposto de Renda e Contribuição Social		8.037	8.976
Imposto de Renda e Contribuição Social Correntes	12a	(75)	(40)
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	12b	254	58
Lucro Líquido		8.216	8.994
Lucro Líquido Atribuível aos Acionistas Controladores		8.211	8.868
Lucro Líquido Atribuível aos Acionistas Não Controladores		5	126
Lucro por Ação - Básico e Diluído	22		
Ordinárias		1,11	1,20
Preferenciais		1,11	1,20
Média ponderada quantidade de ações em circulação - Básica e Diluída			
Ordinárias		2.841.521.554	2.851.347.945
Preferenciais		4.575.176.570	4.568.368.454

*As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.***ITAÚSA - INVESTIMENTOS ITAÚ S.A.****Demonstração Consolidada do Resultado Abrangente***(Em milhões de Reais)*

	01/01 a 31/12/2016	01/01 a 31/12/2015
Lucro Líquido	8.216	8.994
Outros Resultados Abrangentes	(763)	(301)
Itens que serão Reclassificados para o Resultado	(540)	(283)
Participação em Associadas e Entidades Controladas em Conjunto, líquido dos impostos	(520)	(303)
Ativos Financeiros Disponíveis para Venda, Hedge e Variação Cambial de Investimentos no Exterior	(520)	(303)
Participação em Subsidiárias, líquido dos impostos	(20)	20
Variação Cambial de Investimentos no Exterior	(20)	20
Itens que não serão Reclassificados para o Resultado	(223)	(18)
Participação em Associadas e Entidades Controladas em Conjunto, líquido dos impostos	(221)	(18)
Remensurações em Obrigações de Benefícios Pós Emprego	(221)	(18)
Participação em Subsidiárias, líquido dos impostos	(2)	-
Remensurações em Obrigações de Benefícios Pós Emprego	(2)	-
Total do Resultado Abrangente	7.453	8.693
Resultado Abrangente Atribuível à Participação dos Acionistas Controladores	7.448	8.567
Resultado Abrangente Atribuível aos Acionistas não Controladores	5	126

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

ITAÚSA - INVESTIMENTOS ITAÚ S.A.
Demonstração Consolidada dos Fluxos de Caixa
(Em milhões de Reais)

	Nota	01/01 a 31/12/2016	01/01 a 31/12/2015
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais			
Lucro Líquido Ajustado		891	974
Lucro Líquido		8.216	8.994
Ajustes ao Lucro Líquido:		(7.325)	(8.020)
Juros, Variações Cambiais e Monetárias Líquidas		478	422
Depreciação, Amortização e Exaustão	9, 10, 11 e 29	645	638
Resultado de Participação sobre o Lucro Líquido em Associadas e Entidades Controladas em Conjunto	8 IIa	(8.579)	(9.057)
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos		(254)	(58)
Variação do Valor Justo dos Ativos Biológicos	11c	(158)	(125)
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	5	48	18
Provisões para Passivos Contingentes	15b	194	139
Redução ao Valor Recuperável de Imobilizado e Intangível		155	-
Outros		146	3
Variações nos Ativos e Passivos		(70)	276
(Aumento) Redução em Ativos Financeiros Mantidos para Negociação		(28)	8
Redução em Contas a Receber de Clientes		14	55
(Aumento) Redução em Estoques		61	(137)
Aumento em Ativos Fiscais		(21)	(134)
(Aumento) Redução em Demais Ativos		(289)	105
Aumento em Obrigações Fiscais		89	51
Aumento em Demais Passivos		104	328
Outros		(346)	(264)
Pagamento de Imposto de Renda e Contribuição Social		(15)	(13)
Juros Pagos sobre Empréstimos e Financiamentos		(331)	(251)
Caixa Líquido Gerado nas Atividades Operacionais		475	986
Fluxo de Caixa das Atividades de Investimento			
Aquisição de Investimentos		(131)	(1)
Aquisição de Imobilizado de Uso, Intangível e Ativos Biológicos		(404)	(575)
Juros sobre o Capital Próprio e Dividendos Recebidos		2.827	2.550
Caixa Líquido Gerado nas Atividades de Investimento		2.292	1.974
Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamento			
Subscrição e Integralização de Capital		20	3
Aquisição de Ações para Tesouraria		(204)	(38)
Juros sobre o Capital Próprio e Dividendos pagos		(2.900)	(2.545)
Ingresso de Empréstimos e Financiamentos		2.162	719
Amortização de Empréstimos e Financiamentos		(1.406)	(819)
Amortização de Debêntures		(153)	(7)
Pagamento aos Acionistas Dissidentes		(18)	-
Caixa Líquido Aplicado nas Atividades de Financiamento		(2.499)	(2.687)
Aumento Líquido de Caixa e Equivalentes de Caixa		268	273
Caixa e Equivalentes de Caixa no Início do Exercício	3	2.174	1.897
Variação Cambial sobre Caixa e Equivalentes de Caixa		(8)	4
Caixa e Equivalentes de Caixa no Final do Exercício	3	2.434	2.174

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

ITAÚSA - INVESTIMENTOS ITAÚ S.A.**Demonstração Consolidada do Valor Adicionado***(Em milhões de Reais)*

	01/01 a 31/12/2016		01/01 a 31/12/2015	
		%		%
Receitas	5.929		6.190	
Vendas de Produtos e Serviços	5.866		6.165	
Resultado de Créditos de Liquidação Duvidosa	(48)		(18)	
Outras Receitas	111		43	
Insumos Adquiridos de Terceiros	(4.040)		(3.921)	
Custos dos Produtos e Serviços	(3.138)		(3.280)	
Materiais, Energia e Serviços Terceiros	(899)		(638)	
Outras	(3)		(3)	
Valor Adicionado Bruto	1.889		2.269	
Depreciação, Amortização e Exaustão	(645)		(638)	
Valor Adicionado Líquido Produzido	1.244		1.631	
Valor Adicionado Recebido em Transferência	8.990		9.509	
Resultado de Participação sobre o Lucro Líquido em Associadas e Entidades Controladas em Conjunto	8.579		9.057	
Receitas Financeiras	387		446	
Outras Receitas	24		6	
Valor Adicionado Total a Distribuir	10.234		11.140	
Distribuição do Valor Adicionado	10.234	100,00%	11.140	100,00%
Pessoal	791	7,73%	813	7,30%
Remuneração Direta	627		650	
Benefícios	119		117	
F.G.T.S.	43		44	
Outros	2		2	
Impostos, Taxas e Contribuições	674	6,59%	818	7,34%
Federais	522		601	
Estaduais	141		211	
Municipais	11		6	
Remuneração de Capitais de Terceiros - Juros	553	5,40%	515	4,62%
Remuneração de Capital Próprio	8.216	80,28%	8.994	80,74%
Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio Pagos/Provisionados	4.315		3.035	
Lucros Retidos do Período	3.896		5.833	
Participação dos Acionistas Não Controladores nos Lucros Retidos	5		126	

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

ITAÚSA - INVESTIMENTOS ITAÚ S.A.**Balanco Patrimonial Individual***(Em milhões de Reais)*

ATIVO	NOTA	31/12/2016	31/12/2015
Caixa e Equivalentes de Caixa		666	802
Ativos Financeiros Mantidos para Negociação		310	282
Outros Ativos Financeiros		1.040	932
Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio		1.006	888
Depósitos Judiciais em Garantia de Contingências		34	44
Investimentos em Subsidiárias, Associadas e Entidades Controladas em Conjunto	8 Ic	47.138	43.641
Imobilizado, Líquido		85	85
Ativos Intangíveis, Líquidos		460	460
Ativos Fiscais		1.168	804
Imposto de Renda e Contribuição Social a Compensar		483	316
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos		683	486
Outros Tributos a Compensar		2	2
Outros Ativos		6	5
TOTAL DO ATIVO		50.873	47.011

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	NOTA	31/12/2016	31/12/2015
Passivo			
Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio		2.028	1.444
Provisões		821	595
Obrigações Fiscais		290	117
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos		4	6
Outras		286	111
Outros Passivos		5	8
Total do Passivo		3.144	2.164
Patrimônio Líquido			
Capital Social	16a	36.405	32.325
Ações em Tesouraria		(204)	(33)
Reservas	16c	13.077	13.341
Ajustes de Avaliação Patrimonial		(1.549)	(786)
Total do Patrimônio Líquido		47.729	44.847
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		50.873	47.011

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

ITAÚSA - INVESTIMENTOS ITAÚ S.A.**Demonstração do Resultado Individual***(Em milhões de Reais, exceto as informações por ação)*

	NOTA	01/01 a 31/12/2016	01/01 a 31/12/2015
Resultado Financeiro		67	98
Outras Receitas		24	12
Despesas Gerais e Administrativas		(43)	(40)
Despesas Tributárias		(288)	(227)
Resultado de Participação sobre o Lucro Líquido de Subsidiárias, Associadas e Entidades Controladas em Conjunto	8 I c	8.246	9.092
Lucro Líquido antes do Imposto de Renda e Contribuição Social		8.006	8.935
Imposto de Renda e Contribuição Social Correntes		6	-
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos		199	(67)
Lucro Líquido		8.211	8.868
Lucro Por Ação - Básico e Diluído	22		
Ordinárias		1,11	1,20
Preferenciais		1,11	1,20
Média Ponderada da Quantidade de Ações em Circulação - Básica e Diluída			
Ordinárias		2.841.521.554	2.851.347.945
Preferenciais		4.575.176.570	4.568.368.454

*As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.***ITAÚSA - INVESTIMENTOS ITAÚ S.A.****Demonstração do Resultado Abrangente Individual***(Em milhões de Reais)*

	01/01 a 31/12/2016	01/01 a 31/12/2015
Lucro Líquido	8.211	8.868
Outros Resultados Abrangentes	(763)	(301)
Itens que serão Reclassificados para o Resultado	(540)	(283)
Participação em Associadas e Entidades Controladas em Conjunto, líquido dos impostos	(520)	(303)
Ativos Financeiros Disponíveis para Venda, Hedge e Variação Cambial de Investimentos no Exterior	(520)	(303)
Participação em Subsidiárias, líquido dos impostos	(20)	20
Variação Cambial de Investimentos no Exterior	(20)	20
Itens que não serão Reclassificados para o Resultado	(223)	(18)
Participação em Associadas e Entidades Controladas em Conjunto, líquido dos impostos	(221)	(18)
Remensurações em Obrigações de Benefícios Pós Emprego	(221)	(18)
Participação em Subsidiárias, líquido dos impostos	(2)	-
Remensurações em Obrigações de Benefícios Pós Emprego	(2)	-
Total do Resultado Abrangente	7.448	8.567

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

ITAÚSA - INVESTIMENTOS ITAÚ S.A.

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (Nota 16)

(Em milhões de Reais)

	Atribuído à Participação dos Acionistas Controladores							Total do Patrimônio Líquido		Total
	Capital Social	Ações em Tesouraria	Reservas Integralizadas de Capital e de Lucros	Reservas a Integralizar	Proposta de Distribuição de Dividendos Adicionais	Lucros / (Prejuízos) Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Acionistas Controladores	Acionistas não Controladores	
Saldo em 01/01/2015	27.025	(91)	7.249	4.969	559	-	(485)	39.226	3.013	42.239
Transações com os Acionistas	5.300	58	(5.255)	-	159	(3.035)	-	(2.773)	(115)	(2.888)
Subscrição e Integralização de Capital	300	-	-	-	-	-	-	300	-	300
Ações em Tesouraria	-	(38)	-	-	-	-	-	(38)	-	(38)
Cancelamento de Ações em Tesouraria	-	96	(96)	-	-	-	-	-	-	-
Aumento de Capital com Reservas	5.000	-	(5.000)	-	-	-	-	-	-	-
Redução de Participação de Acionistas Não Controladores	-	-	-	-	-	-	-	-	(115)	(115)
Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio	-	-	-	-	-	(2.317)	-	(2.317)	-	(2.317)
Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio (Reserva de Lucros)	-	-	-	-	718	(718)	-	-	-	-
Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio pagos em 2015 - Exercício 2014	-	-	(159)	-	(559)	-	-	(718)	-	(718)
Transações com Subsidiárias e Controladas em Conjunto	-	-	(173)	-	-	-	-	(173)	-	(173)
Integralização de Reservas	-	-	4.969	(4.969)	-	-	-	-	-	-
Total do Resultado Abrangente	-	-	-	-	-	8.868	(301)	8.567	126	8.693
Lucro Líquido	-	-	-	-	-	8.868	-	8.868	126	8.994
Outros Resultados Abrangentes	-	-	-	-	-	-	(301)	(301)	-	(301)
Destinações:										
Reserva Legal	-	-	443	-	-	(443)	-	-	-	-
Reservas a Integralizar	-	-	-	5.390	-	(5.390)	-	-	-	-
Saldo em 31/12/2015	32.325	(33)	7.233	5.390	718	-	(786)	44.847	3.024	47.871
Mutações do Período	5.300	58	(16)	421	159	-	(301)	5.621	11	5.632
Saldo em 01/01/2016	32.325	(33)	7.233	5.390	718	-	(786)	44.847	3.024	47.871
Transações com os Acionistas	4.080	(171)	(4.113)	-	524	(4.315)	-	(3.995)	(79)	(4.074)
Ações em Tesouraria	-	(204)	-	-	-	-	-	(204)	-	(204)
Cancelamento de Ações em Tesouraria	-	33	(33)	-	-	-	-	-	-	-
Aumento de Capital com Reservas	4.080	-	(4.080)	-	-	-	-	-	-	-
Redução de Participação de Acionistas Não Controladores	-	-	-	-	-	-	-	-	(79)	(79)
Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio	-	-	-	-	-	(3.073)	-	(3.073)	-	(3.073)
Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio (Reserva de Lucros)	-	-	-	-	1.242	(1.242)	-	-	-	-
Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio pagos em 2016 - Exercício 2015	-	-	-	-	(718)	-	-	(718)	-	(718)
Transações com Subsidiárias e Controladas em Conjunto	-	-	(571)	-	-	-	-	(571)	-	(571)
Integralização de Reservas	-	-	5.390	(5.390)	-	-	-	-	-	-
Total do Resultado Abrangente	-	-	-	-	-	8.211	(763)	7.448	5	7.453
Lucro Líquido	-	-	-	-	-	8.211	-	8.211	5	8.216
Outros Resultados Abrangentes	-	-	-	-	-	-	(763)	(763)	-	(763)
Destinações:										
Reserva Legal	-	-	411	-	-	(411)	-	-	-	-
Reservas a Integralizar	-	-	-	3.485	-	(3.485)	-	-	-	-
Saldo em 31/12/2016	36.405	(204)	8.350	3.485	1.242	-	(1.549)	47.729	2.950	50.679
Mutações do Período	4.080	(171)	1.117	(1.905)	524	-	(763)	2.882	(74)	2.808

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

ITAÚSA - INVESTIMENTOS ITAÚ S.A.
Demonstração dos Fluxos de Caixa Individual
(Em milhões de Reais)

	01/01 a 31/12/2016	01/01 a 31/12/2015
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais		
Lucro Líquido Ajustado	(10)	21
Lucro Líquido	8.211	8.868
Ajustes ao Lucro Líquido:	(8.221)	(8.847)
Resultado de Participação sobre o Lucro Líquido de Subsidiárias, Associadas e Entidades Controladas em Conjunto	(8.246)	(9.092)
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	(199)	67
Provisão para Passivos Contingentes	169	138
Variações Monetárias Líquidas	52	38
Depreciação e Amortização	3	2
Variações nos Ativos e Passivos	50	251
(Aumento) Redução em Ativos Financeiros	(28)	8
Redução em Outros Ativos	321	280
Redução em Provisões e Demais Passivos	(243)	(37)
Caixa Líquido Gerado nas Atividades Operacionais	40	272
Fluxo de Caixa das Atividades de Investimento		
Aumento de Capital em Subsidiária	(1)	(200)
Aquisição de Imobilizado e Intangível	(4)	(17)
Juros sobre o Capital Próprio e Dividendos Recebidos	2.847	2.591
Caixa Líquido Gerado nas Atividades de Investimento	2.842	2.374
Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamento		
Subscrição e Integralização de Capital	-	3
Aquisição de Ações para Tesouraria	(204)	(38)
Juros sobre o Capital Próprio e Dividendos Pagos	(2.814)	(2.452)
Caixa Líquido Aplicado nas Atividades de Financiamento	(3.018)	(2.487)
Aumento (Redução) do Caixa e Equivalentes de Caixa	(136)	159
Caixa e Equivalentes de Caixa no Início do Exercício	802	643
Caixa e Equivalentes de Caixa no Final do Exercício	666	802

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

ITAÚSA - INVESTIMENTOS ITAÚ S.A.**Demonstração do Valor Adicionado Individual***(Em milhões de Reais)*

	01/01 a 31/12/2016	%	01/01 a 31/12/2015	%
Insumos Adquiridos de Terceiros	(31)		(31)	
Serviços de Terceiros	(21)		(21)	
Outras	(10)		(10)	
Convênio de Rateio de Custo Comum	(3)		(5)	
Outras	(7)		(5)	
Valor Adicionado Bruto	(31)		(31)	
Depreciação e Amortização	(3)		(2)	
Valor Adicionado Líquido Produzido pela Entidade	(34)		(33)	
Valor Adicionado Recebido em Transferência	8.416		9.254	
Resultado de Participação sobre o Lucro Líquido de Subsidiárias, Associadas e Entidades Controladas em Conjunto	8.246		9.092	
Receitas Financeiras	146		150	
Outras Receitas	24		12	
Valor Adicionado Total a Distribuir	8.382		9.221	
Distribuição do Valor Adicionado	8.382	100,00%	9.221	100,00%
Pessoal - Remuneração Direta	8	0,10%	7	0,08%
Impostos, Taxas e Contribuições Federais	84	1,00%	294	3,19%
Remuneração de Capitais de Terceiros - Juros	79	0,94%	52	0,56%
Remuneração do Capital Próprio	8.211	97,96%	8.868	96,17%
Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio	4.315		3.035	
Lucros Retidos do Período	3.896		5.833	

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

ITAÚSA – INVESTIMENTOS ITAÚ S.A.
Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis
Em 31 de dezembro de 2016

(Em milhões de Reais, exceto quando divulgado de outra forma)

NOTA 1 – INFORMAÇÕES GERAIS

A Itaúsa – Investimentos Itaú S.A. (“ITAÚSA”) é uma sociedade anônima de capital aberto, constituída e existente segundo as leis brasileiras e está localizada na Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, nº 100 Jabaquara, Torre Olavo Setubal, na cidade de São Paulo, Brasil.

A ITAÚSA tem por objeto apoiar as empresas de cujo capital participa, através de estudos, análises e sugestões sobre a política operacional e os projetos de expansão das aludidas empresas, mobilizando recursos para o atendimento das respectivas necessidades adicionais de capital de risco mediante subscrição ou aquisição de valores mobiliários que emitirem, objetivando o fortalecimento da posição no mercado de capitais e atividades correlatas ou subsidiárias de interesse das mencionadas sociedades, excetuadas as privativas de instituições financeiras.

Por intermédio de suas controladas e controladas em conjunto, a ITAÚSA participa dos mercados de serviços financeiros (Itaú Unibanco Holding), painéis de madeira, louças, metais sanitários e chuveiros elétricos (Duratex), tecnologia da informação (Itautec) e produtos químicos (Elekeiroz) – conforme demonstrado na Nota 25 “Informações por Segmento”.

A ITAÚSA é uma holding controlada pela família Egydio de Souza Aranha que detém 62,02% das ações ordinárias e 16,93% das ações preferenciais, 34,16% do total.

O responsável pela supervisão do processo de elaboração das Demonstrações Contábeis Individuais e Consolidadas da ITAÚSA é o Conselho Fiscal.

Estas Demonstrações Contábeis Individuais e Consolidadas foram aprovadas pelo Conselho de Administração da ITAÚSA – Investimentos Itaú S.A. em 13 de fevereiro de 2017.

NOTA 2 - POLÍTICAS CONTÁBEIS SIGNIFICATIVAS

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, estão descritas abaixo.

2.1 BASE DE PREPARAÇÃO

Demonstrações contábeis consolidadas

As demonstrações contábeis consolidadas da Itaúsa e suas controladas (ITAÚSA CONSOLIDADO) foram elaboradas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), bem como pelas normas internacionais de relatórios financeiros (International Financial Reporting Standards – IFRS) emitidos pelo International Accounting Standards Board (IASB), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

Demonstrações contábeis individuais

As demonstrações contábeis individuais foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo CPC e são apresentadas em conjunto com as demonstrações contábeis consolidadas e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

A preparação das demonstrações contábeis requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da Administração no processo da aplicação das políticas contábeis da ITAÚSA e de suas controladas. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e tem maior complexidade, bem como as áreas nas quais as premissas e estimativas são significativas para as demonstrações contábeis consolidadas estão divulgadas na Nota 2.3.

A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA), individual e consolidada, é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a companhias abertas. As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações contábeis.

Todas as referências aos Pronunciamentos do CPC devem ser entendidas também como referências aos correspondentes Pronunciamentos dos IFRS e vice-versa, observando que, em geral, a adoção antecipada de revisões ou novos IFRSs não estão disponíveis no Brasil.

2.2 NOVOS PRONUNCIAMENTOS E ALTERAÇÕES E INTERPRETAÇÕES DE PRONUNCIAMENTOS EXISTENTES

a) Pronunciamentos contábeis aplicáveis para o exercício findo em 31 de dezembro de 2016

- Ciclo Anual de Melhorias (2012-2014) – Anualmente o IASB faz pequenas alterações em uma série de pronunciamentos, com objetivo de esclarecer as normas atuais e evitar dupla interpretação. Nesse ciclo foram revisados o IAS 19 Benefícios aos Empregados, IFRS 5 – Ativo Não Circulante Mantidos para Venda e Operações Descontinuadas, IFRS 7 – Instrumentos Financeiros: Divulgações, IAS 34 – Relatório Financeiro Intermediário. Não foram identificados impactos relevantes para as demonstrações contábeis da ITAÚSA.
- Alteração da IFRS 11 – Negócios em Conjunto – alteração estabelece critérios de contabilização para aquisição de operações em conjunto em que a atividade constitui um negócio, conforme metodologia estabelecida na IFRS 3 – Combinações de Negócios. Os impactos dessa alteração serão devidos somente se houver aquisição de operação em conjunto que constitui um negócio.
- Alteração da IAS 16 - Imobilizado e IAS 38 Ativos Intangíveis – A alteração esclarece o princípio base para depreciação e amortização como sendo o padrão esperado de consumo dos benefícios econômicos futuros do ativo. Não foram identificados impactos relevantes para as demonstrações contábeis da ITAÚSA.
- Alteração da IAS 1 – Apresentação das Demonstrações Financeiras: As alterações têm o objetivo de incentivar as empresas a identificar quais informações são suficientemente relevantes para serem divulgadas nas demonstrações contábeis. Também é esclarecido que a materialidade se aplica ao conjunto completo de demonstrações contábeis, incluindo suas notas explicativas e que é aplicável a todo e qualquer requerimento de

divulgação das normas IFRS. Os principais impactos identificados nas demonstrações contábeis da ITAÚSA, estão relacionados à divulgação das políticas contábeis e julgamento de materialidade nas notas explicativas.

- Alterações na IAS 28, IFRS 10 e na IFRS 12 Aplicando a Exceção à Consolidação: o documento contém orientações de aplicação do conceito de Entidades para Investimento. Não foram identificados impactos relevantes para as demonstrações contábeis da ITAÚSA.

b) Pronunciamentos contábeis emitidos recentemente e aplicáveis em períodos futuros

Os pronunciamentos a seguir entrarão em vigor para períodos após a data destas Demonstrações Contábeis e não foram adotados antecipadamente:

- IFRS 9 – Instrumentos Financeiros – o pronunciamento visa a substituir o IAS 39 – Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração. A IFRS 9 é aplicável a instrumentos financeiros e será adotada de forma retrospectiva na data de entrada em vigor da norma em 1º de janeiro de 2018. O novo normativo está estruturado para abranger os pilares (I) classificação e mensuração de ativos financeiros, (II) redução ao valor recuperável (*impairment*) e (III) contabilização de cobertura (*hedge accounting*). Dentre as diversas alterações, consideramos que os itens abaixo podem apresentar maiores impactos:

(I) Classificação e mensuração de ativos financeiros: dois critérios devem ser considerados para determinar a classificação dos ativos financeiros, sendo o primeiro o modelo de negócios da entidade na gestão de seus ativos financeiros e o segundo as características do fluxo de caixa contratual dos ativos financeiros;

(II) Redução ao valor recuperável (*impairment*): A nova norma traz o conceito de perda esperada e classificação em três estágios;

(III) Contabilização de cobertura (*hedge accounting*): Os requisitos para contabilização de cobertura (*hedge accounting*) estão diretamente relacionados com a gestão de risco e têm aplicação prospectiva.

A Itaúsa e suas controladas, bem como suas controladas em conjunto, estão em processo de implantação da IFRS 9 e os possíveis impactos decorrentes de sua adoção estão sendo avaliados e serão concluídos até a data de entrada em vigor da norma. Cabe destacar que a adoção do conceito de perda esperada frente ao conceito de perda incorrida deve apresentar incremento na provisão de crédito de liquidação duvidosa em decorrência da antecipação do reconhecimento de perdas.

- IFRS 15 – Receitas de Contratos com Clientes: O pronunciamento substitui a IAS 18 e IAS 11, bem como interpretações relacionadas (IFRICs 13, 15 e 18). Requer que o reconhecimento de receita seja feito de modo a retratar a transferência de bens ou serviços para o cliente por um montante que reflita a expectativa da empresa de ter em troca os direitos desses bens ou serviços. Esta norma é efetiva para exercícios iniciados em 1º de janeiro de 2018. Não foram identificados impactos relevantes na adoção dessa norma para as demonstrações contábeis da ITAÚSA até o presente momento.

- Alteração da IFRS 10 - Demonstrações Financeiras Consolidadas e IAS 28 – Investimentos em coligada e empreendimentos controlado em conjunto (*joint venture*) - As alterações referem a uma inconsistência entre as exigências do IFRS 10 e IAS 28 (2011), ao tratar de venda ou contribuição de ativos entre um investidor e sua coligada ou empreendimentos controlados em conjunto (*joint venture*). Data de vigência ainda não definida pelo IASB. Não foram identificados impactos relevantes dessa alteração para as demonstrações contábeis da ITAÚSA.

- IFRS 16 – Arrendamentos: O pronunciamento substitui a IAS 17 - Arrendamentos, bem como interpretações relacionadas (IFRIC 4, SIC 15 e SIC 27). Elimina a contabilização de arrendamento operacional para o arrendatário, apresentando um único modelo de arrendamento que consiste em: (a) reconhecer os arrendamentos com prazo maior que 12 meses e de valores substanciais; (b) reconhecer inicialmente o arrendamento no ativo e passivo a valor presente; e (c) reconhecer a depreciação e os juros do arrendamento separadamente no resultado. Para o arrendador, a contabilização continuará segregada entre operacional e financeiro. Esta norma é efetiva para exercícios iniciados em 1º de janeiro de 2019. Os possíveis impactos decorrentes da adoção desta norma para as demonstrações contábeis da ITAÚSA estão sendo avaliados e serão concluídos até a data de entrada em vigor da norma.

Não há outras normas IFRS ou interpretações IFRIC que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre a ITAÚSA e suas controladas.

2.3 ESTIMATIVAS CONTÁBEIS CRÍTICAS E JULGAMENTOS

A preparação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas em conformidade com os CPCs exige que a Administração realize estimativas e utilize premissas que afetam os saldos de ativos e passivos e passivos contingentes divulgados na data das demonstrações contábeis consolidadas, bem como os montantes divulgados de receitas, despesas, ganhos e perdas durante os períodos apresentados e em períodos subsequentes, pois os resultados efetivos podem ser diferentes daqueles apurados de acordo com tais estimativas e premissas.

Todas as estimativas e as premissas utilizadas pela Administração estão em conformidade com os CPCs e são as melhores estimativas atuais realizadas em conformidade com a norma aplicável. As estimativas e os julgamentos são avaliados em base contínua e consideram a experiência passada e outros fatores.

As demonstrações contábeis incluem diversas estimativas e premissas utilizadas. As estimativas contábeis e premissas críticas que apresentam impacto mais significativo nos valores contábeis de ativos e passivos, estão descritas abaixo:

a) Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos

Conforme explicado na Nota 2.4m, ativos fiscais diferidos são reconhecidos somente em relação às diferenças temporárias e prejuízos fiscais a compensar na medida em que se considera provável que a ITAÚSA e suas controladas irão gerar lucro tributável futuro para sua realização. A realização esperada do crédito tributário da ITAÚSA e de suas controladas é baseada na projeção de receitas futuras e outros estudos técnicos, conforme divulgado na Nota 12. O montante de ativo fiscal diferido em 31/12/2016 era de R\$ 961 (R\$ 816 em 31/12/2015).

b) Valor justo de instrumentos financeiros, incluindo derivativos

O Valor Justo de Instrumentos Financeiros, incluindo Derivativos, é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação. Esse cálculo é baseado em premissas, que levam em consideração o julgamento da administração da ITAÚSA e suas controladas com base em informações e condições de mercado existentes na data do balanço.

A ITAÚSA e suas controladas classificam as mensurações de valor justo usando a hierarquia de valor justo que reflete a significância por relevância dos *inputs* usados no processo de mensuração. Há três níveis referentes à hierarquia de valor justo que estão detalhados na Nota 27.

A ITAÚSA e suas controladas acreditam que todas as metodologias adotadas são apropriadas e consistentes com os participantes do mercado e que independentemente disso, a adoção de outras metodologias ou o uso de pressupostos diferentes para apurar o valor justo pode resultar em estimativas diferentes dos valores justos.

As metodologias utilizadas para avaliar o valor justo de determinados instrumentos financeiros também são descritas em detalhes na Nota 27.

c) Provisões, Ativos e Passivos contingentes

A ITAÚSA e suas controladas revisam periodicamente suas contingências. Essas contingências são avaliadas com base nas melhores estimativas da Administração, levando em consideração o parecer de assessores legais quando houver probabilidade que recursos financeiros sejam exigidos para liquidar as obrigações e que o montante das obrigações possa ser razoavelmente estimado.

As contingências classificadas como Perdas Prováveis são reconhecidas no Balanço Patrimonial na rubrica Provisões.

Os valores das contingências são quantificados utilizando-se modelos e critérios que permitam a sua mensuração de forma adequada, apesar da incerteza inerente aos prazos e valores, conforme detalhado na Nota 15.

O valor contábil dessas provisões em 31/12/2016 era de R\$ 1.041 (R\$ 771 em 31/12/2015).

d) Risco de variação do valor justo dos ativos biológicos

Foram adotadas várias estimativas para avaliar as reservas florestais de acordo com a metodologia estabelecida pelo CPC 29 / IAS 41 – “Ativo biológico e produto agrícola”. Essas estimativas foram baseadas em referências de mercado, as quais estão sujeitas a mudanças de cenário que poderão impactar as informações contábeis consolidadas. Nesse sentido, uma queda de 5% nos preços de mercado da madeira em pé provocaria uma redução do valor justo dos ativos biológicos da ordem de R\$ 50, líquido dos efeitos tributários. Caso a taxa de desconto apresentasse uma elevação de 0,5%, provocaria uma redução no valor justo dos ativos biológicos da ordem de R\$ 10, líquido dos efeitos tributários.

As metodologias utilizadas para avaliar o valor justo de ativos biológicos também são descritas em detalhes na Nota 11.

e) Benefícios de planos de previdência

O valor atual dos ativos relacionados a planos de previdência depende de uma série de fatores que são determinados com base em cálculos atuariais, que utilizam uma série de premissas (Nota 24b). Entre essas premissas usadas na determinação dos valores está a taxa de desconto e condições atuais de mercado. Quaisquer mudanças nessas premissas afetarão os correspondentes valores contábeis.

f) Perda (impairment) estimada do ágio

A ITAÚSA e suas controladas testam anualmente ou se houver algum indicador a qualquer tempo, eventuais perdas no ágio, de acordo com a política contábil apresentada na nota 2.4j. O saldo poderá ser impactado por mudanças no cenário econômico ou mercadológico.

2.4 RESUMO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

a) CONSOLIDAÇÃO

I. Subsidiárias

De acordo com o CPC 36 / IAS 27 – “Demonstrações Consolidadas”, as subsidiárias são entidades nas quais a ITAÚSA possui controle. A ITAÚSA controla uma entidade quando está exposta a, ou possui direitos a, seus retornos variáveis oriundos do envolvimento com a entidade e possui a habilidade de afetar tais retornos.

A tabela a seguir apresenta as entidades sob controle conjunto da ITAÚSA que são avaliadas pelo método de equivalência patrimonial nestas demonstrações contábeis e as subsidiárias consolidadas integralmente.

	País de constituição	Atividade	Porcentagem do capital em 31/12/2016	Porcentagem do capital em 31/12/2015
Joint Ventures				
IUPAR - Itaú Unibanco Participações S.A.	Brasil	Holding	66,53%	66,53%
Itaú Unibanco Holding S.A.	Brasil	Holding/Instituição Financeira	37,36%	37,36%
Consolidação Integral				
Duratex S.A.	Brasil	Madeira, Louças e Metais Sanitários	35,57%	35,53%
Elekeiroz S.A.	Brasil	Produtos Químicos	96,60%	96,60%
Itaúsa Empreendimentos S.A.	Brasil	Prestação de Serviços	100,00%	100,00%
Itautec S.A.	Brasil	Tecnologia da Informação	98,93%	97,80%
ITH Zux Cayman Ltd.	Ilhas Cayman	Holding	100,00%	100,00%
RT Diamond Multimercado Crédito Privado Fundo de Investimento	Brasil	Fundo de Investimentos Exclusivo	100,00%	100,00%

II. Combinação de Negócios

A contabilização de combinações de negócios de acordo com o CPC 15 / IFRS 3 – “Combinação de Negócios” somente é aplicável quando um negócio é adquirido. De acordo com o CPC 15 / IFRS 3, um negócio é definido como um conjunto integrado de atividades e de ativos conduzidos e administrados com o propósito de fornecer retorno aos investidores ou redução de custos ou ainda outros benefícios econômicos. Um negócio geralmente consiste em *inputs*, processos aplicados a tais *inputs* e *outputs*, que são, ou irão ser, usados para gerar renda. Se existe ágio em um conjunto de atividades e ativos transferidos, presume-se que este é um negócio. Para as aquisições que atendem a definição de negócio, a contabilização pelo método da compra é requerida.

O custo de uma aquisição é mensurado como o valor justo dos ativos entregues, instrumentos de patrimônio emitidos e passivos incorridos ou assumidos na data da troca, adicionados os custos diretamente atribuíveis à aquisição. Os ativos adquiridos e os passivos e passivos contingentes assumidos identificáveis em uma combinação de negócios são mensurados inicialmente a valor justo na data de aquisição, independentemente da existência de participação de não controladores. O excesso do custo de aquisição sobre o valor justo dos ativos líquidos identificáveis adquiridos é reconhecido como ágio.

O tratamento do ágio é descrito na Nota 2.4 j. Se o custo de aquisição for menor que o valor justo dos ativos líquidos identificáveis adquiridos, a diferença é reconhecida diretamente no resultado.

Para cada combinação de negócios o adquirente deve mensurar qualquer participação não controladora na adquirida pelo valor justo ou pelo valor proporcional de sua participação nos ativos líquidos da adquirida.

III. Transações junto a acionistas não controladores

O CPC 36 / IAS 27 – “Demonstrações Consolidadas” determina que alterações de participação em uma subsidiária, que não resultam em alteração de controle, são contabilizadas como transações de capital e qualquer diferença entre o valor pago e o valor correspondente aos acionistas não controladores é reconhecida diretamente no patrimônio líquido consolidado.

b) CONVERSÃO DE MOEDAS ESTRANGEIRAS

I. Moeda funcional e moeda de apresentação

As Demonstrações Contábeis Consolidadas da ITAÚSA e suas controladas estão apresentadas em Reais, que é sua moeda funcional e de apresentação. Para cada investimento detido, a ITAÚSA e suas controladas definiram a moeda funcional, conforme previsto no CPC 02 / IAS 21 - “Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis”.

Os ativos e passivos de subsidiárias com moeda funcional diferente ao Real são convertidos como segue:

- Ativos e passivos são convertidos pela taxa de câmbio da data do balanço;
- Receitas e despesas são convertidas pela taxa de câmbio média mensal;
- Ganhos e perdas de conversão são registrados na rubrica Outros resultados abrangentes.

II. Transações em moeda estrangeira

As operações em moedas estrangeiras são convertidas utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio do final do período, referentes a ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras são reconhecidos na Demonstração Consolidada do Resultado como receita ou despesa financeira.

No caso de ativos monetários classificados como disponíveis para venda, as diferenças cambiais que resultam de uma mudança no custo amortizado do instrumento são reconhecidas no resultado enquanto as diferenças cambiais que resultam de outras mudanças no valor contábil, exceto perda por redução ao valor recuperável, são reconhecidas em Outros resultados abrangentes até o desreconhecimento ou redução ao valor recuperável.

c) CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

A ITAÚSA e suas controladas definem como Caixa e Equivalentes de Caixa as Disponibilidades (que compreendem o caixa e contas correntes em bancos), Aplicações e Ativos Financeiros com prazo original igual ou inferior a 90 dias, conforme demonstrado na Nota 3.

d) ATIVOS FINANCEIROS

I. Classificação

A ITAÚSA e suas controladas classificam seus ativos financeiros, no reconhecimento inicial, dependendo da finalidade para o qual foram adquiridos. As classificações utilizadas são: mensurados ao valor justo por meio do resultado, mantidos até o vencimento, empréstimos e recebíveis e disponíveis para venda.

(a) Ativos financeiros mensurados ao valor Justo Através do Resultado

Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são ativos financeiros mantidos para negociação.

Um ativo financeiro é classificado nessa categoria se foi adquirido, principalmente, para fins de venda no curto prazo e são classificados no ativo circulante.

(b) Ativos financeiros mantidos até o vencimento

Investimentos mantidos até o vencimento são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis com vencimentos definidos para os quais a entidade tem a intenção positiva e a capacidade de manter até o vencimento, exceto quando designados, no reconhecimento inicial, pelo valor justo através do resultado.

(c) Empréstimos e Recebíveis

São ativos financeiros não derivativos que não são cotados em um mercado ativo e que possuem pagamentos fixos ou determináveis. Os ativos financeiros reconhecidos pela ITAÚSA e suas controladas nessa categoria de instrumentos financeiros são principalmente: caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes e títulos e valores mobiliários.

(d) Ativos financeiros disponíveis para venda

Os ativos financeiros disponíveis para venda são não derivativos, que são designados nessa categoria ou que não são classificados em nenhuma das categorias anteriores.

I. Reconhecimento e Mensuração

As compras e as vendas de ativos financeiros são normalmente reconhecidas na data da negociação. Os investimentos são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo acrescidos dos custos da transação para todos os ativos financeiros não classificados como ao valor justo por meio do resultado. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa tenham vencido ou tenham sido transferidos. Neste último caso, desde que a ITAÚSA e suas controladas tenham transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios de propriedade. Os ativos financeiros disponíveis para venda são, subsequentemente, contabilizados pelo valor justo. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros.

As variações cambiais de ativos e passivos financeiros não monetários, como os investimentos em ações classificadas como disponíveis para venda, são reconhecidas na conta "Outros Resultados Abrangentes" no patrimônio líquido.

Quando os títulos classificados como disponíveis para venda são vendidos ou sofrem perda (*impairment*), os ajustes acumulados do valor justo reconhecidos no patrimônio, são incluídos na demonstração do resultado como "Resultado Financeiro".

Os dividendos de ativos financeiros disponíveis para venda, como os investimentos em ações, são reconhecidos na demonstração do resultado como parte de outras receitas, quando é estabelecido o direito da ITAÚSA e suas controladas de receber dividendos.

Os valores justos dos investimentos com cotação pública são baseados nos preços atuais de compra. Se o mercado de um ativo financeiro (e de títulos não listados em Bolsa) não estiver ativo, a ITAÚSA e suas controladas estabelecem o valor justo através de técnicas de avaliação. Essas técnicas incluem o uso de operações recentes contratadas com terceiros, referência a outros instrumentos que são substancialmente similares, análise de fluxos de caixa descontados e modelos de precificação de opções que fazem o maior uso possível de informações geradas pelo mercado e contam o mínimo possível com informações geradas pela administração da própria da ITAÚSA e suas controladas.

II. Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial unicamente quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há uma intenção de liquidá-los ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

III. *Impairment* de ativos financeiros

(i) Ativos mensurados ao custo amortizado

A ITAÚSA e suas controladas avaliam na data de cada período do relatório se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e as perdas por *impairment* são incorridas somente se há evidência objetiva de *impairment* como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um "evento de perda") e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável.

Os critérios utilizados para determinar se há evidência objetiva de uma perda por *impairment* incluem:

- (i) dificuldade financeira relevante do emissor ou devedor;
- (ii) uma quebra de contrato, como inadimplência ou mora no pagamento dos juros ou principal;
- (iii) o Grupo, por razões econômicas ou jurídicas relativas à dificuldade financeira do devedor, estende ao tomador uma concessão que um credor normalmente não consideraria;
- (iv) torna-se provável que o devedor declare falência ou outra reorganização financeira;
- (v) o desaparecimento de um mercado ativo para aquele ativo financeiro devido às dificuldades financeiras; ou
- (vi) dados observáveis indicando que há uma redução mensurável nos futuros fluxos de caixa estimados a partir de uma carteira de ativos financeiros desde o reconhecimento inicial daqueles ativos, embora a diminuição não possa ainda ser identificada com os ativos financeiros individuais na carteira, incluindo:

- mudanças adversas na situação do pagamento dos devedores na carteira;
- condições econômicas nacionais ou locais que se correlacionam com as inadimplências sobre os ativos na carteira.

O montante da perda por *impairment* é mensurado como a diferença entre o valor contábil dos ativos e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo os prejuízos de crédito futuro que não foram incorridos) descontados à taxa de juros em vigor original dos ativos financeiros. O valor contábil do ativo é reduzido e o valor do prejuízo é reconhecido na demonstração do resultado. Se uma conta a receber ou investimento mantido até o vencimento tiver uma taxa de juros variável, a taxa de desconto para medir uma perda por *impairment* é a atual taxa efetiva de juros determinada de acordo com o contrato. Como um expediente prático, a ITAÚSA e suas controladas podem mensurar o *impairment* com base no valor justo de um instrumento utilizando um preço de mercado observável.

Se, num período subsequente, o valor da perda por *impairment* diminuir e a diminuição puder ser relacionada objetivamente com um evento que ocorreu após o *impairment* ser reconhecido (como uma melhoria na classificação de crédito do devedor), a reversão dessa perda reconhecida anteriormente será reconhecida na demonstração do resultado.

(ii) Ativos Classificados como Disponíveis para Venda

A ITAÚSA e suas controladas avaliam na data de cada balanço se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou um grupo de ativos financeiros está deteriorado. Para os títulos da dívida, a Itaúsa e suas controladas utiliza os critérios mencionados em (I) acima.

No caso de investimentos de capital classificados como disponíveis para venda, uma queda relevante ou prolongada no valor justo do título abaixo de seu custo também é uma evidência de que o ativo está deteriorado. Se qualquer evidência desse tipo existir para ativos financeiros disponíveis para venda, o prejuízo cumulativo - medido como a diferença entre o custo de aquisição e o valor justo atual, menos qualquer perda por *impairment* sobre o ativo financeiro reconhecido anteriormente no resultado - será retirado do patrimônio e reconhecido na demonstração do resultado.

Se, em um período subsequente, o valor da perda por *impairment* diminuir e a diminuição puder ser relacionada objetivamente com um evento que ocorreu após o *impairment* ser reconhecido, a reversão dessa perda é reconhecida na demonstração de resultado.

e) INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS E ATIVIDADES DE HEDGE

Os derivativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo na data em que um contrato de derivativos é celebrado e são subsequentemente, remensurados ao seu valor justo por meio de resultado.

Os derivativos são contratados como uma forma de administração de riscos financeiros, sendo que a política da ITAÚSA é a de não contratar operações com derivativos alavancados.

Embora não tenha como política a contabilidade de *hedge* (*hedge accounting*), a ITAÚSA designou determinadas dívidas ao valor justo por meio do resultado, dada a existência de ativos financeiros derivativos diretamente relacionados a empréstimos, como forma de eliminar o reconhecimento de ganhos e perdas em diferentes períodos.

f) CLIENTES

São registradas e mantidas pelo valor nominal dos títulos decorrentes das vendas de produtos, acrescidos de variações cambiais, quando aplicável. As contas a receber de clientes referem-se na sua totalidade a operações de curto prazo e assim não são trazidas a valor presente por não representar ajustes relevantes nas demonstrações contábeis. As perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa (*impairment*) são constituídas com base na análise dos riscos de realização dos créditos em montante considerado suficiente pela Administração para cobrir eventuais perdas na realização desses ativos.

As recuperações subsequentes de valores previamente baixados são creditadas contra "Outros Resultados Operacionais", na demonstração do resultado.

g) ESTOQUES

Os estoques são demonstrados ao custo médio das compras ou da produção, inferior aos custos de reposição ou aos valores líquidos de realização, dos dois o menor. As importações em andamento são demonstradas ao custo de cada importação.

O custo dos produtos acabados e dos produtos em elaboração compreende os custos de matérias-primas, mão de obra direta e outros custos diretos e as respectivas despesas diretas de produção (com base na capacidade normal).

O valor líquido de realização é o preço de venda estimado no curso normal dos negócios, menos os custos estimados de conclusão e os custos estimados para efetuar a venda.

h) INVESTIMENTOS EM ASSOCIADAS E ENTIDADES CONTROLADAS EM CONJUNTO

I. Associadas

De acordo com CPC 18 / IAS 28 – “Investimento em Coligada, em Controlada e em Empreendimento Controlado em Conjunto”, associadas são aquelas empresas nas quais o investidor tem influência significativa, porém não detém o controle. Os investimentos nessas empresas são reconhecidos inicialmente ao custo de aquisição e avaliados subsequentemente pelo método de equivalência patrimonial. O investimento em associadas e entidades controladas em conjunto inclui o ágio identificado na aquisição, líquido de qualquer perda por redução ao valor recuperável acumulada.

II. Entidades Controladas em Conjunto (*Joint Ventures*)

De acordo com o CPC 19 / IAS 31 – “Negócios em Conjunto”, investimentos em negócios em conjunto são classificados como operações em conjunto ou empreendimentos controlados em conjunto (“*Joint Ventures*”).

A classificação depende dos direitos e obrigações contratuais que cada investidor possui ao invés da estrutura legal do negócio em conjunto.

A participação da ITAÚSA e de suas controladas nos lucros ou prejuízos de suas empresas não consolidadas pós-aquisição é reconhecida na Demonstração Consolidada do Resultado. A participação na movimentação em reservas do Patrimônio Líquido de suas empresas não consolidadas é reconhecida em suas reservas correspondentes do Patrimônio Líquido. As movimentações cumulativas pós-aquisição são ajustadas contra o valor contábil do investimento. Quando a participação da ITAÚSA e de suas controladas nas perdas de uma empresa não consolidada for igual ou superior à sua participação em empresas não consolidadas, incluindo quaisquer outros recebíveis, a ITAÚSA e suas controladas não reconhecem perdas adicionais, a menos que tenha incorrido em obrigações ou efetuado pagamentos em nome da empresa não consolidada.

Os ganhos não realizados das operações entre a ITAÚSA e suas controladas e suas empresas não consolidadas são eliminados na proporção da participação da ITAÚSA e suas controladas. As perdas não realizadas também são eliminadas, a menos que a operação forneça evidências de uma perda por redução ao valor recuperável do ativo transferido. As políticas contábeis das empresas não consolidadas foram alteradas, quando necessário, para assegurar consistência com as políticas adotadas pela ITAÚSA e suas controladas.

Se a participação acionária na empresa não consolidada for reduzida, mas a ITAÚSA e suas controladas mantiverem influência significativa ou controle compartilhado, somente uma parte proporcional dos valores anteriormente reconhecidos em outros Resultados Abrangentes será reclassificada no resultado, quando apropriado.

Os ganhos e as perdas de diluição ocorridos em participações em empresas não consolidadas, são reconhecidos na Demonstração Consolidada do Resultado, na rubrica “Resultado de Participação sobre o Lucro Líquido em Associadas e Entidades Controladas em Conjunto”.

i) IMOBILIZADO

De acordo com o CPC 27 / IAS 16 – “Ativo Imobilizado”, o imobilizado é contabilizado pelo seu custo de aquisição menos depreciação acumulada, que é calculada pelo método linear com a utilização de taxas baseadas na vida útil estimada desses ativos. Tais taxas são apresentadas na Nota 9.

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada período.

A ITAÚSA e suas controladas avaliam os ativos a fim de identificar indicações de redução em seus valores recuperáveis. Se tais indicações forem identificadas, os ativos imobilizados são testados a fim de avaliar se seus valores contábeis são plenamente recuperáveis. De acordo com o CPC 01 / IAS 36 – “Redução ao Valor Recuperável de Ativos”, perdas por reduções ao valor recuperável são reconhecidas pelo montante no qual o valor contábil do ativo (ou grupo de ativos) excede seu valor recuperável e são contabilizadas na Demonstração Consolidada do Resultado. O valor recuperável do ativo é definido como o maior valor entre o valor justo menos seu custo de venda e o valor em uso. Para fins de avaliar eventual redução no valor recuperável, os ativos são agrupados ao nível mínimo para o qual podem ser identificados fluxos de caixa independentes (unidades geradoras de caixa). A avaliação pode ser feita ao nível de um ativo individual quando o valor justo menos seu custo de venda pode ser determinado de forma confiável.

Os ganhos e perdas na alienação de ativos imobilizados são registrados na Demonstração Consolidada do Resultado na rubrica “Outros Resultados Operacionais”.

j) ATIVO INTANGÍVEL - ÁGIO

De acordo com o CPC 15 / IFRS 3 – “Combinação de Negócios”, ágio é o excesso entre o custo de uma aquisição e o valor justo da participação do comprador nos ativos e passivos identificáveis da entidade adquirida na data de aquisição. O ágio não é amortizado, mas seu valor recuperável é avaliado anualmente ou quando exista indicação de uma situação de perda por redução ao valor recuperável, com a utilização de uma abordagem que envolve a identificação das unidades geradoras de caixa e a estimativa de seu valor justo menos seu custo de venda e/ou seu valor em uso.

Conforme definido no CPC 01 / IAS 36 - “Redução ao Valor Recuperável de Ativos”, uma unidade geradora de caixa é o menor agrupamento de ativos capazes de gerar fluxos de caixas independentemente das entradas de caixa atribuídas a outros ativos e outros grupos de ativos. O ágio é alocado para as unidades geradoras de fluxo de caixa para propósito do teste do valor recuperável. A alocação é efetuada para aquelas unidades geradoras de caixa em que são esperados benefícios em decorrência da combinação de negócio.

O CPC 01 / IAS 36 determina que uma perda por redução ao valor recuperável deve ser reconhecida para a unidade geradora de caixa se o valor recuperável da unidade geradora de caixa for menor que seu valor contábil. A perda deve ser alocada para reduzir, primeiramente o valor contábil de qualquer ágio alocado à unidade geradora de caixa e, em seguida, dos outros ativos da unidade em uma base pro-rata do valor contábil de cada ativo. A perda não pode reduzir o valor contábil de um ativo abaixo do maior valor entre o valor justo menos os custos de venda e seu valor em uso. A perda por redução ao valor recuperável do ágio não pode ser revertida.

Os ágios das empresas não consolidadas são apresentados como parte do investimento no Balanço Patrimonial consolidado na rubrica Investimentos em associadas e entidades controladas em conjunto e a análise do valor recuperável é realizada em relação ao saldo total dos investimentos (incluindo o ágio).

k) ATIVO INTANGÍVEL – OUTROS ATIVOS INTANGÍVEIS

Os ativos intangíveis compreendem bens incorpóreos, incluem softwares e outros ativos e são reconhecidos inicialmente ao custo. Os ativos intangíveis são reconhecidos quando provem de direitos legais ou contratuais, seu custo pode ser mensurável confiavelmente e, no caso de intangíveis não oriundos de aquisições separadas ou combinações de negócios, é provável que existam benefícios econômicos futuros oriundo do seu uso. O saldo de ativos intangíveis refere-se a ativos adquiridos ou produzidos internamente.

Os ativos intangíveis podem ser de vida útil definida ou indefinida. Os ativos intangíveis de vida útil definida são amortizados de forma linear pelo prazo de sua vida útil estimada. Ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, mas testados anualmente para identificar eventuais perdas por redução ao valor recuperável.

A ITAÚSA e suas controladas avaliam, no mínimo anualmente, seus ativos intangíveis a fim de identificar indicações de redução em seus valores recuperáveis, bem como uma possível reversão nas perdas por redução de valores recuperáveis. Se tais indicações forem identificadas, os ativos intangíveis são testados a fim de avaliar se seus valores contábeis são plenamente recuperáveis. De acordo com o CPC 01 / IAS 36, perdas por reduções ao valor recuperável são reconhecidas pelo montante no qual o valor contábil do ativo (ou grupos de ativos) excede seu valor recuperável e são contabilizadas na Demonstração Consolidada do Resultado. O valor recuperável do ativo é definido como o maior valor entre o valor justo menos seu custo de venda e o valor em uso. Para fins de avaliar eventual redução no valor recuperável os ativos são grupados ao nível mínimo para o qual podem ser identificados fluxos de caixa (unidades geradoras de caixa). A avaliação pode ser feita ao nível de um ativo individual quando o valor justo menos seu custo de venda pode ser determinado de forma confiável.

Conforme previsto pelo CPC 04 / IAS 38 – “Ativo Intangível”, a ITAÚSA e suas controladas elegeram o modelo de custo para mensurar seus ativos intangíveis após seu reconhecimento inicial.

I) ATIVOS BIOLÓGICOS

As reservas florestais são reconhecidas ao seu valor justo, deduzidos dos custos estimados de venda no momento da colheita conforme Nota 11. Para plantações imaturas (até um ano de vida), considera-se que o seu custo se aproxima ao seu valor justo. Os ganhos ou perdas surgidos do reconhecimento de um ativo biológico ao valor justo, menos os custos de venda, são reconhecidos na demonstração de resultado. A exaustão apropriada na demonstração do resultado é formada pela parcela do custo de formação e da parcela referente ao diferencial do valor justo.

Os custos na formação desses ativos são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Os efeitos da variação do valor justo do ativo biológico são apresentados em conta própria da demonstração de resultado.

m) IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

Existem dois componentes na provisão para imposto de renda e contribuição social: corrente e diferido.

O componente corrente aproxima-se dos impostos a serem pagos ou recuperados no período aplicável. O ativo corrente e o passivo corrente são registrados no Balanço Patrimonial nas rubricas Ativos Fiscais – Imposto de Renda e Contribuição Social a Compensar e Obrigações Fiscais – Imposto Renda e Contribuição Social Correntes, respectivamente.

O componente diferido representado pelos créditos tributários e as obrigações fiscais diferidas é obtido pelas diferenças entre as bases de cálculo contábil e tributárias dos ativos e passivos no final de cada exercício. Os créditos tributários, incluindo os decorrentes de prejuízos fiscais, somente são reconhecidos quando é provável que lucros tributáveis futuros estarão à disposição para sua compensação. Os créditos tributários e as obrigações fiscais diferidas são reconhecidos no Balanço Patrimonial na rubrica Ativos fiscais – Imposto de renda e Contribuição Social Diferidos e Obrigações Fiscais – Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos, respectivamente.

A despesa de imposto de renda e contribuição social é reconhecida na Demonstração Consolidada do Resultado na rubrica Imposto de Renda e Contribuição Social, exceto quando se refere a itens reconhecidos diretamente no Resultado abrangente acumulado, tal como: o imposto diferido sobre a mensuração ao valor justo de ativos financeiros disponíveis para venda e o imposto sobre *hedges* de fluxo de caixa. Os impostos diferidos destes itens são inicialmente reconhecidos em Outros resultados abrangentes e posteriormente reconhecidos no resultado conjuntamente com o reconhecimento do ganho/perda originalmente diferido.

Alterações na legislação fiscal e nas alíquotas tributárias são reconhecidas na Demonstração Consolidada do Resultado na rubrica Imposto de Renda e Contribuição Social no período em que entram em vigor. Os juros e multas são reconhecidos na Demonstração Consolidada do Resultado na rubrica de Despesas Gerais e Administrativas. O imposto de renda e a contribuição social são calculados às alíquotas abaixo apresentadas e consideram, para efeito de cálculo as respectivas bases, a legislação vigente pertinente a cada encargo, que no caso das operações no Brasil são iguais para todos os períodos apresentados:

Imposto de Renda	15%
Adicional de Imposto de Renda	10%
Contribuição Social	9%

Para determinar o nível adequado de provisões para impostos a serem mantidas para posições tributárias incertas é usada uma abordagem de duas etapas segundo a qual um benefício fiscal é reconhecido se uma posição tiver mais probabilidade de ser sustentada do que de não o ser. O montante do benefício é então mensurado para ser o maior benefício fiscal que tenha mais de 50% de probabilidade de ser realizado.

n) BENEFÍCIOS A FUNCIONÁRIOS

Planos de pensão - contribuição definida

As controladas da ITAÚSA oferecem Plano de Contribuição Definida a todos os colaboradores, administrados pela Fundação Itaúsa Industrial. O regulamento do plano prevê a contribuição das patrocinadoras entre 50% e 100% do montante aportado pelos colaboradores. A ITAÚSA e suas controladas já ofereceram Plano de Benefício Definido a seus colaboradores, mas esse plano está em extinção com acesso vedado a novos participantes.

Em relação ao Plano de Contribuição Definida, não há obrigação adicional de pagamento depois que a contribuição é efetuada. As contribuições são reconhecidas como despesa de benefícios a empregados, quando devidas. As contribuições feitas antecipadamente são reconhecidas como um ativo na proporção em que essas contribuições levarem a uma redução efetiva dos pagamentos futuros.

o) PLANO DE OUTORGA DE OPÇÕES DE AÇÕES

Os planos de outorga de ações são contabilizados de acordo com o CPC 10 / IFRS 2 – “Pagamento baseado em ações” que determina que a entidade calcule o valor dos instrumentos patrimoniais outorgados com base no valor justo dos mesmos na data da outorga das opções. Esse custo é reconhecido durante o período de carência para aquisição do direito de exercício dos instrumentos.

O montante total a ser lançado como despesa é determinado pelo valor justo das opções outorgadas excluindo o impacto de qualquer prestação de serviços e condições de carência para performance que não de mercado (especialmente empregados que permaneçam na entidade durante um período de tempo específico). O cumprimento de condições de carência que não de mercado estão incluídos nos pressupostos referentes ao número de opções que se espera que sejam exercidas. No final de cada período, a entidade revisa suas estimativas sobre o número de opções que se espera que sejam exercidas baseados nas condições de carência que não de mercado. É reconhecido o impacto da revisão de estimativas originais, se for o caso, na demonstração do resultado, com um ajuste correspondente no Patrimônio Líquido.

Quando as opções são exercidas, as controladas geralmente entregam ações em tesouraria para os beneficiários.

O valor justo das opções de ações é estimado utilizando-se modelos de precificação de opções que levam em conta o preço de exercício da opção, a cotação atual, a taxa de juros livre de risco e a volatilidade esperada do preço da ação sobre a vida da opção.

Todos os planos para outorga de opções de ações estabelecidos pelas controladas correspondem a planos que podem ser liquidados exclusivamente com a entrega de ações – Nota 17.

p) EMPRÉSTIMOS

Os empréstimos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, no recebimento dos recursos, líquidos dos custos de transação. Em seguida, os empréstimos tomados são apresentados pelo custo amortizado, isto é, acrescidos de encargos e juros proporcionais ao período incorrido ("pro rata temporis"), utilizando o método a taxa de juros efetiva, exceto aqueles que têm instrumentos derivativos de proteção, os quais serão avaliados ao seu valor justo.

Os custos de empréstimos que são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável, que é um ativo que, necessariamente, demanda um período de tempo substancial para ficar pronto para seu uso ou venda pretendidos, são capitalizados como parte do custo do ativo quando for provável que eles irão resultar em benefícios econômicos futuros para a entidade e que tais custos possam ser mensurados com confiança. Demais custos de empréstimos são reconhecidos como despesa no exercício em que são incorridos.

q) CAPITAL SOCIAL E AÇÕES EM TESOURARIA

Capital Social

As ações ordinárias e as preferenciais são classificadas no patrimônio líquido. Os custos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de novas ações são demonstrados no patrimônio líquido como uma dedução do valor captado, líquido de impostos.

Ações em Tesouraria

As ações preferenciais e ordinárias recompradas são registradas no Patrimônio Líquido em Ações em tesouraria pelo seu preço médio de aquisição.

As ações em tesouraria que venham a ser vendidas posteriormente, por exemplo, as vendidas aos beneficiários do Plano de Outorga de Opções de Ações, são registradas como uma redução das ações em tesouraria pelo preço médio das ações mantidas em tesouraria naquela data.

A diferença entre o preço de venda e o preço médio das ações em tesouraria é contabilizada como uma redução ou um aumento em Reservas Integralizadas. O cancelamento de ações mantidas em tesouraria é contabilizado como uma redução nas ações em tesouraria contra Reservas integralizadas, pelo preço médio das ações em tesouraria na data do cancelamento.

r) DIVIDENDOS E JUROS SOBRE O CAPITAL PRÓPRIO

Estatutariamente, estão assegurados aos acionistas dividendos mínimos obrigatórios de 25% do lucro líquido de cada ano com pagamentos trimestrais, ajustado de acordo com a legislação vigente. Os valores de dividendo mínimo estabelecido no estatuto social são contabilizados como passivo no final de cada trimestre. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é reconhecido como passivo quando aprovados pelos acionistas em Assembleia Geral. Desde 1º de janeiro de 1996, as empresas brasileiras têm a permissão para atribuir uma despesa nominal de juros, dedutível para fins fiscais, sobre seu capital próprio.

Os juros sobre o capital próprio são tratados, para fins contábeis, como dividendos e são apresentados nas Demonstrações Contábeis como uma redução do patrimônio líquido. O benefício fiscal relacionado é registrado na Demonstração do Resultado do período.

s) LUCRO POR AÇÃO

O lucro por ação é calculado pela divisão do lucro líquido atribuído aos controladores da ITAÚSA pela média ponderada do número de ações ordinárias e preferenciais em circulação em cada exercício. A média ponderada do número de ações é calculada com base nos períodos nos quais as ações estavam em circulação.

O lucro por ação é apresentado com base nas duas classes de ações emitidas pela ITAÚSA. Ambas as classes, ordinárias e preferenciais, participam nos dividendos praticamente na mesma base, exceto pelo fato de as ações preferenciais terem direito à prioridade no recebimento de um dividendo mínimo anual, não cumulativo, de R\$ 0,01 por ação. O lucro por ação é calculado com base nos lucros distribuídos (dividendos e juros sobre o capital próprio) e não distribuídos da ITAÚSA após o reconhecimento do efeito da preferência acima indicada, independentemente de os lucros serem ou não totalmente distribuídos. O montante do lucro por ação foi determinado como se todos os lucros fossem distribuídos e calculados de acordo com os requerimentos do CPC 41 / IAS 33 – “Resultado por Ação”.

t) RECEITAS

Receita de Vendas de produtos e serviços

A receita de venda de produtos é reconhecida no resultado quando os riscos e benefícios inerentes ao produto são transferidos para o comprador. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa quanto à sua realização.

u) INFORMAÇÕES POR SEGMENTO

O CPC 22 / IFRS 8 – “Informações por segmento” determina que os segmentos operacionais sejam divulgados de maneira consistente com as informações fornecidas ao tomador de decisões operacionais, que é a pessoa ou grupo de pessoas que aloca os recursos aos segmentos e que avalia sua performance. A ITAUSA considera que seu Comitê Executivo é o tomador de decisões operacionais.

A ITAÚSA possui os seguintes segmentos de negócios: área de serviços financeiros e área industrial subdividida em Duratex, Itautec e Elekeiroz.

As Informações por Segmento estão apresentadas na Nota 25.

NOTA 3 – CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Para os fins da demonstração consolidada de fluxos de caixa, o valor de Caixa e Equivalentes de Caixa é composto pelos seguintes itens (montantes com prazos originais de vencimento igual ou inferior a 90 dias):

	31/12/2016	31/12/2015
Disponibilidades	50	80
Aplicações em Renda Fixa e Fundos de Investimentos	319	348
Certificado de Depósitos Bancários	1.399	944
Operações Compromissadas	666	802
Total	2.434	2.174

Destacamos que no período não ocorreram transações de investimento e financiamento que não afetaram o caixa ou equivalentes de caixa.

NOTA 4 – ATIVOS FINANCEIROS MANTIDOS PARA NEGOCIAÇÃO

	31/12/2016	31/12/2015
Letra Financeira Subordinada	61	61
Letra Financeira do Tesouro	249	221
Total	310	282

NOTA 5 - CLIENTES

Contas a receber	31/12/2016	31/12/2015
Clientes no país	892	864
Clientes no exterior	105	148
Partes Relacionadas	37	43
<i>Impairment</i>	(100)	(59)
Total	934	996

A seguir, são demonstrados os saldos de contas a receber por idade de vencimento:

Vencimentos	31/12/2016	31/12/2015
A vencer	897	931
Vencidos até 30 dias	22	29
Vencidos de 31 a 60 dias	7	10
Vencidos de 61 a 90 dias	5	4
Vencidos de 91 a 180 dias	12	8
Vencidos há mais de 180 dias	91	73
Total	1.034	1.055

Apresentamos a seguir a movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa:

	31/12/2016	31/12/2015
Saldo Inicial	(59)	(43)
Constituição	(49)	(19)
Reversão	1	1
Baixa de títulos	7	6
Aquisição DuchaCorona	-	(4)
Saldo Final	(100)	(59)

NOTA 6 – OUTROS ATIVOS E PASSIVOS

a) Outros Ativos

	31/12/2016			31/12/2015		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Outros Ativos Financeiros						
Depósitos Judiciais em Garantia de Contingências	-	99	99	-	104	104
Dividendos e Juros sobre Capital Próprio a Receber	1.004	-	1.004	835	-	835
Valores a Receber da Venda de Imobilizado	31	37	68	19	9	28
Ativos de Planos de Aposentadoria (Nota 24)	5	126	131	3	122	125
Créditos com Precatório	-	10	10	-	10	10
Retenção de Valores na Aquisição de Empresas	3	20	23	5	12	17
Fomento nas Operações Florestais	-	14	14	-	13	13
Venda de Energia Elétrica	9	-	9	10	-	10
Valores a Receber Parceria Oki Electric Industry Co. Ltd.	55	-	55	6	-	6
Outros	20	8	28	28	-	28
Total	1.127	314	1.441	906	270	1.176
Outros Ativos Não Financeiros						
Despesas Antecipadas	14	-	14	6	-	6
Outros	-	23	23	7	-	7
Total	14	23	37	13	-	13

b) Outros Passivos

	31/12/2016			31/12/2015		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Fornecedores	246	-	246	271	-	271
Provisão de Pessoal	115	-	115	147	-	147
Sociedade em Conta de Participação ⁽¹⁾	38	94	132	108	-	108
Adiantamento de Clientes	8	5	13	22	6	28
Aquisição de Empresas	20	32	52	24	33	57
Frete e Seguros a Pagar	15	-	15	17	-	17
Comissões a Pagar	8	-	8	8	-	8
Aquisição Áreas Reflorestamento	12	-	12	8	-	8
Garantia de Produtos, Assistência Técnica e Manutenção	15	4	19	17	28	45
Arrendamento Mercantil	-	10	10	-	10	10
Passivos Provisionados com Parceiros <i>Joint Operation</i>	-	22	22	-	11	11
Outras Contas a Pagar	55	39	94	39	12	51
Total	532	206	738	661	100	761

(1) Valor da participação dos sócios terceiros em projetos de reflorestamento, onde a Duratex, através de sua controlada Duratex Florestal, contribuiu com ativos florestais, basicamente florestas e os sócios investidores contribuíram com recursos em espécie.

NOTA 7 – ESTOQUES

	31/12/2016	31/12/2015
Matéria-Prima, Auxiliares e Embalagens	279	381
Produtos Acabados	391	366
Produtos em Elaboração	121	117
Almoxarifado Geral	121	107
Adiantamento a Fornecedores	2	3
Provisão para Perdas nos Estoques	(7)	(6)
Total	907	968

O custo dos estoques reconhecido no resultado é incluído em "Custo dos Produtos e Serviços" e totalizou em 31 de dezembro de 2016 R\$ 3.641 (R\$ 3.731 em 31 de dezembro de 2015).

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015 as controladas da ITAÚSA não possuíam estoques dados em garantia.

NOTA 8 – INVESTIMENTOS

I) ITAÚSA

a) Patrimônio Líquido das Subsidiárias e Empresas Controladas em Conjunto

Patrimônio Líquido	Controladas em Conjunto		Subsidiárias				
	Itaú Unibanco Holding S.A.	IUPAR - Itaú Unibanco Participações S.A.	Duratex S.A.	Elekeiroz S.A.	Itautec S.A.	Itaúsa Empreend. S.A.	ITH Zux Cayman company Ltd.
Patrimônio Líquido em 01/01/2015							
Capital Social	75.000	7.430	1.868	321	272	52	32
Ações em Tesouraria	(1.328)	-	(28)	-	-	-	-
Ajustes de Avaliação Patrimonial	(431)	(332)	405	(1)	-	2	-
Reservas	24.511	17.320	2.298	145	-	52	-
Outros	1.508	-	-	-	(163)	-	(31)
Saldo Contábil em 01/01/2015	99.260	24.418	4.543	465	109	106	1
Movimentações de 01/01 a 31/12/2015	12.992	3.839	(11)	(10)	(32)	199	1
Resultado Líquido	25.740	4.465	183	(11)	(19)	(1)	-
Ações em Tesouraria	(2.924)	-	-	-	-	-	-
Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio	(8.440)	(277)	(254)	-	-	-	-
Outros Resultados Abrangentes	(859)	(225)	55	1	-	-	-
Outras Movimentações	(525)	(124)	5	-	(13)	200	1
Patrimônio Líquido em 31/12/2015							
Capital Social	85.148	12.430	1.868	322	272	262	47
Ações em Tesouraria	(4.353)	-	(28)	-	-	-	-
Ajustes de Avaliação Patrimonial	(1.290)	(557)	459	-	-	-	-
Reservas	31.014	16.384	2.233	133	-	43	-
Outros	1.733	-	-	-	(195)	-	(45)
Saldo Contábil em 31/12/2015	112.252	28.257	4.532	455	77	305	2
Movimentações de 01/01 a 31/12/2016	10.330	2.681	38	(344)	(21)	5	-
Resultado Líquido	23.263	3.916	24	(344)	(15)	5	-
Ações em Tesouraria	(160)	-	-	-	-	-	-
Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio	(9.221)	(317)	(6)	-	-	-	-
Outros Resultados Abrangentes	(1.984)	(521)	(61)	-	-	-	-
Outras Movimentações	(1.568)	(397)	81	-	(6)	-	-
Patrimônio Líquido em 31/12/2016							
Capital Social	97.148	12.430	1.962	322	272	262	45
Ações em Tesouraria	(1.882)	-	(28)	-	-	-	-
Ajustes de Avaliação Patrimonial	(3.274)	(1.078)	398	-	-	-	-
Reservas	28.805	19.586	2.238	8	-	48	-
Outros	1.785	-	-	(219)	(216)	-	(43)
Saldo Contábil em 31/12/2016	122.582	30.938	4.570	111	56	310	2

b) Participações Societárias nas Subsidiárias e Empresas Controladas em Conjunto

Abaixo apresentamos a composição do capital social das subsidiárias e das empresas controladas em conjunto, bem como as quantidades detidas pela ITAUSA:

Participações Societárias	Controladas em Conjunto		Subsidiárias				
	Itaú Unibanco Holding S.A.	IUPAR - Itaú Unibanco Participações S.A.	Duratex S.A.	Elekeiroz S.A.	Itautec S.A.	Itaúsa Empreend. S.A.	ITH Zux Cayman company Ltd.
Ações Ordinárias em Circulação em 31/12/2015	3.047.037.403	710.454.184	663.079.679	14.518.150	11.199.367	2.186.700	12.200.000
Ações do Capital Social	3.047.040.198	710.454.184	665.565.438	14.518.150	11.199.367	2.186.700	12.200.000
Ações em Tesouraria	(2.795)	-	(2.485.759)	-	-	-	-
Ações Preferenciais em Circulação em 31/12/2015	2.874.313.101	350.942.273	-	16.967.020	-	-	-
Ações do Capital Social	3.036.875.751	350.942.273	-	16.967.020	-	-	-
Ações em Tesouraria	(162.562.650)	-	-	-	-	-	-
Total das Ações em Circulação em 31/12/2015	5.921.350.504	1.061.396.457	663.079.679	31.485.170	11.199.367	2.186.700	12.200.000
Ações de Propriedade da Itaúsa em 31/12/2015	1.178.227.819	706.169.365	235.621.037	30.379.121	10.953.371	2.186.700	12.200.000
Ações Ordinárias	1.178.125.199	355.227.092	235.621.037	14.261.761	10.953.371	2.186.700	12.200.000
Ações Preferenciais	102.620	350.942.273	-	16.117.360	-	-	-
Participação Societária Direta em 31/12/2015							
No Capital Social	19,90%	66,53%	35,53%	96,49%	97,80%	100,00%	100,00%
No Capital Votante	38,66%	50,00%	35,53%	98,23%	97,80%	100,00%	100,00%
Ações Ordinárias em Circulação em 31/12/2016	3.351.741.143	710.454.184	689.298.742	14.518.150	11.072.186	2.186.700	12.200.000
Ações do Capital Social	3.351.744.217	710.454.184	691.784.501	14.518.150	11.199.367	2.186.700	12.200.000
Ações em Tesouraria	(3.074)	-	(2.485.759)	-	(127.181)	-	-
Ações Preferenciais em Circulação em 31/12/2016	3.160.958.864	350.942.273	-	16.967.020	-	-	-
Ações do Capital Social	3.230.563.326	350.942.273	-	16.967.020	-	-	-
Ações em Tesouraria	(69.604.462)	-	-	-	-	-	-
Total das Ações em Circulação em 31/12/2016	6.512.700.007	1.061.396.457	689.298.742	31.485.170	11.072.186	2.186.700	12.200.000
Ações de Propriedade da Itaúsa em 31/12/2016	1.296.050.600	706.169.365	245.169.699	30.379.121	10.953.371	2.186.700	12.200.000
Ações Ordinárias	1.295.937.718	355.227.092	245.169.699	14.261.761	10.953.371	2.186.700	12.200.000
Ações Preferenciais	112.882	350.942.273	-	16.117.360	-	-	-
Participação Societária Direta em 31/12/2016							
No Capital Social	(1) 19,90%	66,53%	35,57%	96,49%	98,93%	100,00%	100,00%
No Capital Votante	(2) 38,66%	50,00%	35,57%	(3) 98,23%	98,93%	100,00%	100,00%

(1) A Itaúsa detém participação direta no Itaú Unibanco Holding S.A. de 19,9% e indireta de 17,46%, através do investimento na Controlada em Conjunto IUPAR - Itaú Unibanco Participações S.A., que detém 26,25% de participação direta no Itaú Unibanco Holding S.A., totalizando 37,36% de participação no capital social.

(2) A participação direta nas ações ordinárias do Itaú Unibanco Holding S.A. é de 38,66% e indireta de 25,5%, através do investimento na Controlada em Conjunto IUPAR - Itaú Unibanco Participações S.A., que detém 51% de participação direta nas ações ordinárias do Itaú Unibanco Holding S.A., totalizando 64,16% de participação no capital votante.

(3) A Itaúsa detém participação direta na Elekeiroz S.A. de 96,49% e indireta de 0,11%, através do investimento na subsidiária Itaúsa Empreendimentos S.A., que detém 0,11% de participação direta na Elekeiroz S.A., totalizando 96,6% de participação no capital social.

c) Movimentação dos Investimentos

Investimentos	Controladas em Conjunto		Subsidiárias					Total
	Itaú Unibanco Holding S.A.	IUPAR - Itaú Unibanco Participações S.A.	Duratex S.A.	Elekeiroz S.A.	Itautec S.A.	Itaúsa Empreend. S.A.	ITH Zux Cayman company Ltd.	
Saldo do Investimento em 01/01/2015								
Participação Societária	19.413	16.246	1.607	449	106	106	1	37.928
Resultados Não Realizados	(14)	-	-	-	-	-	-	(14)
Valor Justo Ativos/Passivos Identificáveis	121	-	-	-	-	-	-	121
Saldo Contábil em 01/01/2015	19.520	16.246	1.607	449	106	106	1	38.035
Movimentações de 01/01 a 31/12/2015	2.896	2.554	(4)	(9)	(31)	199	1	5.606
Resultado de Participação Societária	6.098	2.971	65	(11)	(31)	(1)	1	9.092
Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio	(2.938)	(184)	(90)	-	-	-	-	(3.212)
Aumento de Capital em Subsidiárias	-	-	-	-	-	200	-	200
Outros Resultados Abrangentes	(171)	(150)	19	1	-	-	-	(301)
Outras Movimentações	(93)	(83)	2	1	-	-	-	(173)
Saldo do Investimento em 31/12/2015								
Participação Societária	22.336	18.800	1.603	440	75	305	2	43.561
Resultados Não Realizados	(13)	-	-	-	-	-	-	(13)
Valor Justo Ativos/Passivos Identificáveis (Nota 23)	93	-	-	-	-	-	-	93
Saldo Contábil em 31/12/2015	22.416	18.800	1.603	440	75	305	2	43.641
Valor de Mercado em 31/12/2015 ^(*)	58.179	-	1.395	184	164	-	-	59.922
Movimentações de 01/01 a 31/12/2016	2.045	1.783	16	(332)	(20)	5	-	3.497
Resultado de Participação Societária	5.979	2.605	9	(332)	(20)	5	-	8.246
Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio	(3.237)	(210)	(2)	-	-	-	-	(3.449)
Aumento de Capital em Subsidiária	-	-	34	-	-	-	-	34
Outros Resultados Abrangentes	(395)	(346)	(22)	-	-	-	-	(763)
Outras Movimentações	(302)	(266)	(3)	-	-	-	-	(571)
Saldo do Investimento em 31/12/2016								
Participação Societária	24.394	20.583	1.619	108	55	310	2	47.071
Resultados Não Realizados	(12)	-	-	-	-	-	-	(12)
Valor Justo Ativos/Passivos Identificáveis (Nota 23)	79	-	-	-	-	-	-	79
Saldo Contábil em 31/12/2016	24.461	20.583	1.619	108	55	310	2	47.138
Valor de Mercado em 31/12/2016 ^(*)	81.955	-	1.623	129	166	-	-	83.873

(*) Divulgado apenas para as Cias abertas.

II - ITÁUSA CONSOLIDADO

a) Composição dos Investimentos em Associadas e Entidades Controladas em Conjunto

	% de participação em 31/12/2015		31/12/2015			01/01 a 31/12/2015	
	Total	Votante	Patrimônio Líquido	Investimento	Valor de Mercado	Resultado Líquido	Resultado de Participações
Itaú Unibanco Holding	37,36	64,16	112.252	22.416	58.179	25.740	6.098
IUPAR - Itaú Unibanco Participações	66,53	50,00	28.257	18.800	-	4.465	2.971
Outros	-	-	-	-	-	-	(12)
Total				41.216			9.057

	% de participação em 31/12/2016		31/12/2016			01/01 a 31/12/2016	
	Total	Votante	Patrimônio Líquido	Investimento	Valor de Mercado	Resultado Líquido	Resultado de Participações
Itaú Unibanco Holding	37,36	64,16	122.582	24.461	81.955	23.263	5.979
IUPAR - Itaú Unibanco Participações	66,53	50,00	30.938	20.583	-	3.916	2.605
Outros	-	-	-	-	-	-	(*) (5)
Total				45.044			8.579

(*) Resultado não decorrente de lucro de empresas controladas.

b) Outras Informações

A tabela abaixo apresenta o resumo das informações das investidas contabilizadas pelo método de equivalência patrimonial.

Ativos e Passivos (*)	31/12/2016	31/12/2015
Ativos	1.353.261	1.276.424
Caixa e Equivalente de Caixa	96.121	91.649
Ativos Financeiros	708.625	651.824
Operações de Crédito e Arrendamento Mercantil Financeiro	463.394	447.404
Ativos Fiscais	44.292	52.158
Demais Ativos	40.829	33.389
Passivos	1.219.668	1.163.629
Depósitos	329.414	292.610
Captações no Mercado Aberto	349.164	336.643
Outros Passivos Financeiros	331.918	354.046
Provisão de Seguros e Previdência Privada	154.076	129.305
Provisões Cíveis, Trabalhistas, Fiscais e Previdenciárias	20.909	18.994
Demais Passivos	34.187	32.031

(*) Representado substancialmente pelo Itaú Unibanco Holding.

Outras Informações Financeiras - Itaú Unibanco Holding	01/01 a 31/12/2016	01/01 a 31/12/2015
Receita de Juros e Rendimentos	161.495	147.789
Despesa de Juros e Rendimentos	(95.126)	(75.064)
Lucro Líquido Antes dos Impostos	38.192	18.265
Imposto de Renda e Contribuição Social (*)	(14.610)	7.891
Lucro Líquido	23.582	26.156
Lucro Líquido Atribuível aos Acionistas Controladores	23.263	25.740
Outros Resultados Abrangentes	(1.984)	(859)
Resultado Abrangente	21.279	24.881

(*) Considerando os efeitos temporários trazidos pela Lei 13.169/15, que elevou a alíquota da CSLL para 20%, os créditos tributários foram contabilizados com base na expectativa de sua realização. Em 31/12/2016 e 31/12/2015 não existem Créditos Tributários não contabilizados.

NOTA 9 – IMOBILIZADO

Ativos Imobilizados	Terrenos	Construções e Benfeitorias	Máquinas, Equipamentos e Instalações	Móveis e Utensílios	Veículos	Imobilizações em Andamento	Outros Ativos	Total
Saldo em 31/12/2014								
Custo	727	1.115	4.169	52	56	318	145	6.582
Depreciação Acumulada	-	(399)	(1.920)	(34)	(46)	-	(98)	(2.497)
Saldo Contábil, líquido	727	716	2.249	18	10	318	47	4.085
Movimentações de 01/01 a 31/12/2015	48	9	102	5	-	(123)	20	61
Aquisições	13	15	51	5	2	248	18	352
Baixas	(1)	(1)	(4)	-	(1)	(1)	(1)	(9)
Depreciação	-	(40)	(296)	(3)	(2)	-	(13)	(354)
Transferências	2	46	304	2	1	(370)	15	-
Transferências para Propriedades para Investimentos	(2)	(28)	-	-	-	-	-	(30)
Outros	36	17	47	1	-	-	1	102
Saldo em 31/12/2015								
Custo	775	1.138	4.568	60	60	195	174	6.970
Depreciação Acumulada	-	(413)	(2.217)	(37)	(50)	-	(107)	(2.824)
Saldo Contábil, líquido	775	725	2.351	23	10	195	67	4.146
<i>Taxas Médias Anuais de Depreciação</i>	-	4%	5% a 20%	10%	10%	-	4% a 20%	
Saldo em 31/12/2015								
Custo	775	1.138	4.568	60	60	195	174	6.970
Depreciação Acumulada	-	(413)	(2.217)	(37)	(50)	-	(107)	(2.824)
Saldo Contábil, líquido	775	725	2.351	23	10	195	67	4.146
Movimentações de 01/01 a 31/12/2016	(20)	(60)	(253)	(3)	(1)	(78)	11	(404)
Aquisições	1	3	35	1	-	145	15	200
Baixas ⁽¹⁾	(5)	(1)	(37)	-	-	-	(1)	(44)
Depreciação	-	(36)	(296)	(3)	(2)	-	(15)	(352)
Transferências	-	15	182	1	1	(215)	13	(3)
Impairment ⁽²⁾	-	(9)	(133)	(1)	-	(8)	-	(151)
Outros	(16)	(32)	(4)	(1)	-	-	(1)	(54)
Saldo em 31/12/2016								
Custo	755	1.119	4.675	61	60	125	200	6.995
Depreciação Acumulada	-	(445)	(2.444)	(40)	(51)	-	(122)	(3.102)
Impairment	-	(9)	(133)	(1)	-	(8)	-	(151)
Saldo Contábil, líquido	755	665	2.098	20	9	117	78	3.742
<i>Taxas Médias Anuais de Depreciação</i>	-	4%	5% a 20%	10%	10%	-	4% a 20%	

(1) Refere-se basicamente a baixa dos ativos das unidades de Plásticos e Fático de Camaçari da Elekeiroz S.A., num total de R\$ 30, após finalizar estudos de aproveitamento que mostraram ser inviável reativa-las, considerando o atual cenário de crescimento projetado.

(2) Refere-se a constituição de impairment das Unidades Geradoras de Caixa de Alcoois, Anidrido Maleico e Resinas de Poliéster da Elekeiroz S.A., que apresentaram valores contábeis superiores aos seus valores recuperáveis. O montante de R\$ 151 foi reconhecido no resultado na rubrica "Outros Resultados Operacionais" (Nota 20).

NOTA 10 – INTANGÍVEL

Ativos Intangíveis	Software	Marcas e Patentes	Ágio por Rentabilidade Futura	Carteira de Clientes	Total
Saldo em 31/12/2014					
Custo	74	11	714	412	1.211
Amortização Acumulada	(48)	(1)	-	(133)	(182)
Saldo Contábil, líquido	26	10	714	279	1.029
Movimentações de 01/01 a 31/12/2015					
Aquisições	18	1	-	-	19
Amortização	(8)	(1)	-	(27)	(36)
Baixas	(4)	-	-	-	(4)
Outros	1	14	-	1	16
Saldo em 31/12/2015					
Custo	85	26	714	414	1.239
Amortização Acumulada	(52)	(2)	-	(161)	(215)
Saldo Contábil, líquido	33	24	714	253	1.024
<i>Taxas Médias Anuais de Amortização</i>	20%	-	-	6,67%	
Saldo em 31/12/2015					
Custo	85	26	714	414	1.239
Amortização Acumulada	(52)	(2)	-	(161)	(215)
Saldo Contábil, líquido	33	24	714	253	1.024
Movimentações de 01/01 a 31/12/2016					
Aquisições	12	1	-	-	13
Amortização	(7)	(1)	-	(28)	(36)
<i>Impairment</i> ⁽¹⁾	(1)	(3)	-	-	(4)
Outros	1	(4)	5	(2)	-
Saldo em 31/12/2016					
Custo	98	23	719	412	1.252
Amortização Acumulada	(59)	(3)	-	(189)	(251)
<i>Impairment</i>	(1)	(3)	-	-	(4)
Saldo Contábil, líquido	38	17	719	223	997
<i>Taxas Médias Anuais de Amortização</i>	20%	-	-	6,67%	

(1) Reconhecimento de *impairment* sobre o direito de exclusividade de uma nova tecnologia para a produção de álcoois, adquirida da empresa Coskata Inc., em maio de 2014, que apresentou valores recuperáveis abaixo dos valores contábeis. O montante de R\$ 4 foi reconhecido no resultado na rubrica "Outros Resultados Operacionais" (Nota 20).

O Ágio por Rentabilidade Futura (*Goodwill*) é decorrente das seguintes aquisições:

	31/12/2016	31/12/2015
Aquisições		
Itaú Unibanco Holding (nota 23)	437	437
Satipel	188	188
Thermosystem	26	26
Cerâmica Monte Carlo	22	22
Deca Nordeste	17	17
DuchaCorona	5	-
Metalúrgica Jacareí	2	2
Outras Aquisições	22	22
Saldo Contábil, líquido	719	714

NOTA 11 – ATIVOS BIOLÓGICOS (Reservas Florestais)

A ITAÚSA CONSOLIDADO, detém através de suas controladas indiretas Duratex Florestal Ltda., Tablemac S.A. e Caetex Florestal S.A., reservas florestais de eucalipto e de pinus e que são utilizadas preponderantemente como matéria prima na produção de painéis de madeira, pisos e componentes, e complementarmente para venda a terceiros.

As reservas funcionam como garantia de suprimento das fábricas, bem como na proteção de riscos quanto a futuros aumentos no preço da madeira. Trata-se de uma operação sustentável e integrada aos seus complexos industriais, que aliada a uma rede de abastecimento, proporciona elevado grau de autossuficiência no suprimento de madeira.

Em 31 de dezembro de 2016, essas empresas possuíam aproximadamente 176,7 mil hectares em áreas de efetivo plantio (170,3 mil hectares em 31 de dezembro de 2015) que são cultivadas nos Estados de São Paulo, Minas Gerais, Rio Grande do Sul, Alagoas e na Colômbia.

a) Estimativa do Valor Justo

O valor justo é determinado em função da estimativa de volume de madeira em ponto de colheita, aos preços atuais da madeira em pé, exceto para (i) florestas de Eucalipto com até um ano de vida e de Pinus até 4 anos de vida, que são mantidas a custo, em decorrência do julgamento que esses valores se aproximam de seu valor justo; e (ii) florestas em formação onde utiliza-se o método de fluxo de caixa descontado.

Os ativos biológicos estão mensurados ao seu valor justo, deduzidos os custos de venda no momento da colheita.

O valor justo foi determinado pela valoração dos volumes previstos em ponto de colheita pelos preços atuais de mercado em função das estimativas de volumes. As premissas utilizadas foram:

i. Fluxo de caixa descontado – volume de madeira previsto em ponto de colheita, considerando os preços de mercado atuais, líquidos dos custos de plantio a realizar e dos custos de capital das terras utilizadas no plantio (trazidos a valor presente) pela taxa de desconto de 10,1% a.a. em 31 de dezembro de 2016 e 2015. A taxa de desconto utilizada nos fluxos de caixa corresponde ao custo médio ponderado de capital da Duratex S.A., o qual é revisado anualmente pela sua Administração.

ii. Preços – são obtidos preços em R\$/metro cúbico através de pesquisas de preço de mercado, divulgados por empresas especializadas em regiões e produtos similares aos da Duratex, além dos preços praticados em operações com terceiros, também em mercados ativos.

iii. Diferenciação - os volumes de colheita foram segregados e valorados conforme espécie (a) pinus e eucalipto, (b) região, (c) destinação: serraria e processo.

iv. Volumes – estimativa dos volumes a serem colhidos (6º ano para o eucalipto e 12º ano para o pinus), com base na produtividade média projetada para cada região e espécie. A produtividade média poderá variar em função de idade, rotação, condições climáticas, qualidade das mudas, incêndios e outros riscos naturais. Para as florestas formadas utilizam-se os volumes atuais de madeira. As estimativas de volume são corroboradas por inventários rotativos realizados por técnicos especialistas a partir do segundo ano de vida das florestas e seus efeitos incorporados nas demonstrações contábeis.

v. Periodicidade – as expectativas em relação ao preço e volumes futuros da madeira são revistos no mínimo trimestralmente ou na medida em que são concluídos os inventários rotativos.

b) Composição dos Saldos

O saldo dos ativos biológicos é composto pelo custo de formação das florestas e do diferencial do valor justo sobre o custo de formação, conforme demonstrado abaixo:

	31/12/2016	31/12/2015
Custo de Formação dos Ativos Biológicos	966	895
Diferencial entre o Custo e o Valor Justo	563	547
Valor Justo dos Ativos Biológicos	1.529	1.442

As florestas estão desoneradas de qualquer ônus ou garantias a terceiros, inclusive instituições financeiras. Além disso, não existem florestas cuja titularidade legal seja restrita.

c) Movimentação

A movimentação dos saldos contábeis no início e no final do período é a seguinte:

	31/12/2016	31/12/2015
Saldo inicial	1.442	1.355
Variação do Valor Justo		
Preço Volume	158	124
Exaustão	(142)	(146)
Variação do Valor Histórico		
Formação	178	204
Exaustão	(107)	(95)
Saldo final	1.529	1.442
	01/01 a	01/01 a
	31/12/2016	31/12/2015
Efeitos no resultado do valor justo do ativo biológico	16	(21)
Variação do Valor Justo	158	125
Exaustão do Valor Justo	(142)	(146)

d) Análise de Sensibilidade

Dentre as variáveis que afetam o cálculo do valor justo dos ativos biológicos, destacam-se a variação no preço da madeira e a taxa de desconto utilizada no fluxo de caixa. O preço médio em 31/12/2016 era de R\$ 43,32/m³ (em 31/12/2015 era de R\$ 43,33/m³). Aumentos no preço acarretam aumento no valor justo das florestas. A cada 5% de variação no preço, o impacto sobre o valor justo das florestas seria da ordem de R\$ 75 (R\$ 50, líquido dos efeitos tributários). Em relação à taxa de desconto, foi utilizada 10,1% a.a. em 31/12/2015 e em 31/12/2016. Aumentos na taxa acarretam em queda no valor justo da floresta. Cada 0,5% a.a. de variação na taxa afetariam o valor justo em cerca de R\$ 15 (R\$ 10, líquido dos efeitos tributários).

NOTA 12 - IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

A ITAÚSA e cada uma de suas subsidiárias apuram separadamente, em cada exercício, o imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro líquido.

a) Composição das Despesas com Imposto de Renda e Contribuição Social

Os montantes registrados como despesa de Imposto de Renda e Contribuição Social nas demonstrações contábeis consolidadas são reconciliados com as alíquotas legais, como segue:

Imposto de Renda e Contribuição Social	01/01 a 31/12/2016	01/01 a 31/12/2015
Lucro Líquido Antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	8.037	8.976
Encargos (Imposto de Renda e Contribuição Social) às Alíquotas Vigentes	(2.733)	(3.052)
Acréscimos/Decréscimos aos Encargos de Imposto de Renda e Contribuição Social Decorrentes de:		
(Inclusões) Exclusões	2.912	3.070
Resultado de Participação sobre o Lucro Líquido de Associadas e Entidades Controladas em Conjunto	2.917	3.079
Resultado de Investimentos no Exterior	7	(2)
Juros Sobre o Capital Próprio	111	113
Reversão de Crédito Fiscal Diferido (*)	(50)	(142)
Adições Temporárias sem Constituição de Crédito Tributário	(84)	-
Outras	11	22
Total de Imposto de Renda e Contribuição Social	179	18

(*) Em 2016, referem-se aos ajustes na Elekeiroz S.A decorrentes da baixa de créditos de Imposto de Renda e Contribuição Social com expectativa de recuperação superior a 10 anos. Em 2015, refere-se à reversão da Contribuição Social sobre Amortização de Ágios na ITAÚSA.

b) Imposto de Renda e Contribuição Social Diferido

I – O saldo e a movimentação do Imposto de Renda e Contribuição Social Diferido é representado por:

	31/12/2014	Realização / Reversão	Constituição	31/12/2015
Ativo Fiscal Diferido				
Prejuízo Fiscal e Base Negativa de Contribuição Social	369	(49)	183	503
Créditos de Liquidação Duvidosa	6	-	2	8
Ajustes Valor de Mercado TVM e Instrumentos Financeiros Derivativos	3	-	-	3
Ágio na Aquisição do Investimento	142	(142)	-	-
Provisões para Passivos Contingentes	189	(13)	72	248
Outros	35	(16)	35	54
Total do Ativo Fiscal Diferido	744	(220)	292	816
Passivo Fiscal Diferido				
Reserva de Reavaliação	(54)	3	-	(51)
Valor Presente de Financiamento	(5)	-	-	(5)
Resultado do Swap	(44)	-	(85)	(129)
Depreciação	(105)	96	(1)	(10)
Planos de Pensão	(4)	1	(2)	(5)
Venda de Imóvel	(4)	2	-	(2)
Outras Obrigações	(31)	3	(22)	(50)
Ajustes CPCs / IFRS	(376)	17	-	(359)
Total do Passivo Fiscal Diferido	(623)	122	(110)	(611)
Ativo Fiscal Diferido Líquido	121	(98)	182	205

	31/12/2015	Realização / Reversão	Constituição	31/12/2016
Ativo Fiscal Diferido				
Prejuízo Fiscal e Base Negativa de Contribuição Social	503	(66)	141	578
Créditos de Liquidação Duvidosa	8	(2)	5	11
Ajustes Valor de Mercado TVM e Instrumentos Financeiros Derivativos	3	(1)	-	2
Provisões para Passivos Contingentes	248	(19)	94	323
Outros	54	(24)	17	47
Total do Ativo Fiscal Diferido	816	(112)	257	961
Passivo Fiscal Diferido				
Reserva de Reavaliação	(51)	3	-	(48)
Valor Presente de Financiamento	(5)	-	(1)	(6)
Resultado do Swap	(129)	97	-	(32)
Depreciação	(10)	-	(3)	(13)
Planos de Pensão	(5)	4	(1)	(2)
Venda de Imóvel	(2)	-	(16)	(18)
Outras Obrigações	(50)	32	(1)	(19)
Ajustes CPCs / IFRS	(359)	1	-	(358)
Total do Passivo Fiscal Diferido	(611)	137	(22)	(496)
Ativo Fiscal Diferido Líquido	205	25	235	465

II - A estimativa de realização do Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos, de acordo com a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, com base no histórico de rentabilidade e em estudo técnico de viabilidade, são:

	31/12/2016	31/12/2015
Ativo Fiscal Diferido:	961	816
Ativo Fiscal Diferido a ser recuperado até 12 meses	29	55
Ativo Fiscal Diferido a ser recuperado após 12 meses	932	761
Passivo Fiscal Diferido	(496)	(611)
Passivo Fiscal Diferido a ser recuperado após 12 meses	(496)	(611)
Ativo Fiscal Diferido Líquido	465	205

NOTA 13 – EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

Modalidade ⁽¹⁾	Encargos	Garantias	31/12/2016		31/12/2015	
			Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Duratex						
BNDES	TJLP + 2,2 % a.a.	Aval - Itaúsa	6	-	64	5
BNDES	TJLP + 2,7 % a.a.	Fiança - Cia Ligna de Investimentos	-	1	-	1
BNDES	TJLP + 2,8 % a.a.	Aval - 70% Itaúsa e 30% Pessoa Física	84	65	64	146
BNDES	4,6 % a.a.	Aval - 70% Itaúsa e 30% Pessoa Física	4	2	5	7
BNDES	Selic + 2,16 % a.a.	Aval - 70% Itaúsa e 30% Pessoa Física	1	1	1	2
FINAME	TJLP + 2,3 % a.a./ Prê 6 % a.a.	Alienação Fiduciária e Nota Promissória	10	36	8	43
FINAME	6,0 % a.a.	Alienação Fiduciária e Fiança	1	5	-	6
FUNDIEST	30 % do IGP-M a.m.	Fiança - Cia Ligna de Investimentos	28	74	20	97
FUNDOPEM	IPCA + 3 % a.a.	Aval - 70% Itaúsa e 30% Pessoa Física	3	48	2	36
PROINVEST / PRO FLORESTA	IGP-M + 4 % a.a./IPCA + 6 % a.a.	Fiança - Cia Ligna e Hipoteca de bens	1	-	4	1
CREDITO EXPORTAÇÃO COM SWAP	8,0 % a.a.	-	39	20	1	56
CREDITO EXPORTAÇÃO	104,8 % a 107,5 % CDI	-	14	693	14	645
DESCONTO NPR	9,5 % a.a.	-	40	-	20	-
EXIM TJLP	TJLP + 3,3 % a.a.	Nota Promissória	1	115	-	-
EXIM SELIC	Selic + 3,6 % a.a.	Nota Promissória	-	51	-	-
Total moeda nacional			232	1.111	203	1.045
BNDES	Cesta de moedas + 2,2 % a 2,4% a.a.	Aval - Itaúsa	1	-	14	1
BNDES	US\$ + <i>Libor</i> + 1,6 % a.a.	Aval - Itaúsa	1	-	2	1
BNDES	US\$ + <i>Libor</i> + 2,1 % a.a.	Aval - 70% Itaúsa e 30% Pessoa Física	-	-	1	-
ACC	US\$ + 3,8 % a.a.	Nota Promissória	66	-	-	-
RESOLUÇÃO 4131 COM SWAP	US\$ + <i>Libor</i> + 1,35 % e 1,50 % a.a.	Nota Promissória	1	180	110	180
RESOLUÇÃO 4131 COM SWAP	US\$ + 2,11 % a 3,66 % a.a.	Nota Promissória	340	387	6	723
Total moeda estrangeira			409	567	133	905
Total Duratex			641	1.678	336	1.950
Duratex - Controladas						
BNDES	3,5 % e 5,5 % a.a.	Aval - 70% Itaúsa e 30% Pessoa Física	1	26	1	27
BNDES	TJLP + 2,8 % a.a.	Aval - 70% Itaúsa e 30% Pessoa Física	2	52	3	53
FINAME	Prê 5,6 % e 9 % a.a.	Alienação Fiduciária e Aval Duratex	2	6	1	3
NOTA CREDITO EXPORTAÇÃO	104,9 % CDI	Aval - Duratex S.A.	7	141	7	141
NOTA DE CREDITO RURAL	12,75 % a.a.	Aval - Duratex S.A.	-	177	127	-
NOTA DE CREDITO RURAL	12,75 % a.a.	-	13	-	-	-
CRA	98% CDI	Fiança - Duratex S.A	1	693	-	-
Total moeda nacional			26	1.095	139	224
SANTANDER-HERMES	4,59 % a.a.	Apólice de Seguro emitida por 95%	-	-	3	5
CII	<i>Libor</i> + 3,95 % a.a.	Penhor e hipoteca de equipamentos	3	-	2	5
DEG/CII	5,4 % a.a.	Penhor e hipoteca de equipamentos	10	2	10	11
LEASING	DTF + 2,0 %	Nota Promissória	1	2	-	2
Total moeda estrangeira			14	4	15	23
Total Duratex Controladas			40	1.099	154	247
Elekeiroz						
BNDES	TJLP + 1,72 % a 4,32 % a.a.	Aval - Itaúsa	15	32	23	46
BNDES	IPCA + 1,96 % a 2,26 % a.a.	Aval - Itaúsa	5	7	-	6
BNDES	3,0 % a 6,0 % a.a.	Aval - Itaúsa	1	2	2	3
FINEP	3,5 % a.a.	Aval - Itaúsa	2	7	2	10
CESSÃO DE CRÉDITO	17,33 % a.a.	-	-	-	23	-
NCE SAFRA	17,31% a.a.	-	-	54	25	-
NCE BRASIL	CDI + 1,32 % a.a.	-	-	-	15	-
VENDOR	-	-	-	-	2	-
BNB	11,18 % a.a.	Aval - Itaúsa	-	28	-	-
Total moeda nacional			23	130	92	65
BNDES	Variação cambial + 2,03 % a 2,16 % a.a.	Aval - Itaúsa	4	7	7	12
NCE - ABC COM SWAP	Variação cambial + 5,60 % a.a.	-	7	13	-	-
PRÊ PAGTO. EXP. COM SWAP	CDI + 5,22 % a.a.	-	5	1	20	-
4131 - ABC COM SWAP	Variação Cambial + 5,23% a.a.	Aval - Itaúsa	30	-	-	-
Total moeda estrangeira			46	21	27	12
Total Elekeiroz			69	151	119	77
Itautec						
BNDES	TJLP 1,1 % a.a. e 3,1% a.a. / 5.6% a.a.	Fiança Bancária	-	-	3	-
FINEP	4,0 % a.a.	Aval - Itaúsa	14	4	15	19
BB 4131	105,6 % CDI	-	-	-	11	-
ALFA CG	114,8 % a 115 % CDI	-	16	-	30	-
Total moeda nacional			30	4	59	19
Total Itautec			30	4	59	19
Total Itaúsa Consolidado			780	2.932	668	2.293

(1) Determinados empréstimos e financiamentos (que podem ser identificados como Com Swap) foram designados ao valor justo por meio do resultado

Vencimento	31/12/2016	31/12/2015
2017	-	552
2018	869	483
2019	765	732
2020	483	423
2021	82	79
2022	711	10
2023	9	7
2024	7	7
Demais	6	-
Total	2.932	2.293

NOTA 14 – DEBÊNTURES

Em 26 de setembro de 2016, a Duratex efetuou o pagamento no montante de R\$ 145 aos detentores dessas Debêntures, por ter sido declarado seu vencimento antecipado na Assembleia Geral dos Debenturistas, ocorrida em 23 de setembro de 2016 e comunicada em aviso aos debenturistas no mesmo dia.

NOTA 15 – PROVISÕES, ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES

A ITAÚSA e suas controladas, na execução de suas atividades normais, encontram-se envolvidas em provisões para contingências tributárias, trabalhistas e cíveis.

As respectivas provisões foram constituídas considerando a avaliação de probabilidade de perda pelos consultores jurídicos do grupo.

A Administração, com base na opinião de seus consultores jurídicos, acredita que as provisões para contingências constituídas são suficientes para cobrir as eventuais perdas com processos judiciais e administrativos.

a) Ativos Contingentes:

A ITAÚSA e suas controladas estão discutindo judicialmente o ressarcimento de tributos e contribuições, bem como é parte em processos cíveis, nos quais possuem direitos ou expectativas de direitos a receber.

O quadro abaixo apresenta os principais processos que, de acordo com a avaliação dos assessores jurídicos, têm probabilidade de êxito considerada provável, sendo que os valores respectivos a esses processos não estão reconhecidos nas demonstrações contábeis.

	31/12/2016	31/12/2015
Tributário	230	226
Crédito Prêmio de IPI de 1960 a 1985	136	135
Correção Monetária dos Créditos com a Eletrobrás	14	13
Restituição do ILL Pago na Distribuição de Dividendos de 1989 a 1992	-	14
INSS - SAT, Alteração da Alíquota Rural, Vale Transporte e Seguro Saúde	47	33
PIS e COFINS	4	4
Compensação de PIS Decretos-Lei 2445 e 2449 de 1988	-	18
IRPJ Pedido de Revisão	18	-
Outros	11	9
Cível	17	16
Cobrança/Execução de Títulos Extrajudicial	14	13
Outros	3	3
Total	247	242

b) Provisões:

- **Tributárias:** As provisões equivalem ao valor principal dos tributos envolvidos em discussões administrativas ou judiciais, objeto de autolancamento ou lançamento de ofício, acrescido de juros e, quando aplicável, multa e encargos. Tal valor é objeto de provisão contábil independentemente da probabilidade de perda, quando se trata de obrigação legal, ou seja, o êxito na ação depende de ser reconhecida a inconstitucionalidade de lei vigente. Nos demais casos, a provisão é constituída sempre que a perda for considerada provável.
- **Trabalhistas:** têm relação com processos em que se discutem pretensos direitos trabalhistas, relativos à horas extras, doença ocupacional, equiparação salarial e em relação a responsabilidade subsidiária.
- **Cíveis:** os processos cíveis referem-se principalmente a ações por danos morais e materiais.

Segue abaixo a movimentação das provisões e os saldos dos depósitos judiciais vinculados:

Provisões	Tributárias	Trabalhistas	Cíveis	Total
Saldo em 31/12/2014	484	76	19	579
Atualização Monetária	56	18	2	76
Constituição	148	37	1	186
Reversão	(18)	(25)	(4)	(47)
Pagamentos	(6)	(25)	(1)	(32)
Aquisição DuchaCorona	-	6	3	9
Saldo Final	664	87	20	771
(-) Depósitos Judiciais	(14)	(14)	-	(28)
Saldo em 31/12/2015 após compensação Depósitos Judiciais	650	73	20	743

Provisões	Tributárias	Trabalhistas	Cíveis	Total
Saldo em 31/12/2015	664	87	20	771
Atualização Monetária	83	21	3	107
Constituição	189	34	3	226
Reversão	(17)	(12)	(3)	(32)
Pagamentos	-	(30)	(1)	(31)
Saldo Final	919	100	22	1.041
(-) Depósitos Judiciais	(30)	(15)	-	(45)
Saldo em 31/12/2016 após compensação Depósitos Judiciais	889	85	22	996

A principal discussão relativa às provisões tributárias está descrita a seguir:

- PIS e COFINS – Base de Cálculo – R\$ 821: Discute-se o direito de calcular e recolher as contribuições ao PIS e COFINS sem a inclusão na base de cálculo dos valores recebidos a título de Juros sobre o Capital Próprio.

c) Passivos Contingentes

A ITAÚSA e suas controladas possuem processos de natureza tributária, trabalhista e cível que apresentam, na opinião de seus assessores jurídicos, probabilidade de perda possível e não têm provisão constituída.

Em 31 de dezembro de 2016, esses processos totalizavam R\$ 864 para causas tributárias, R\$ 40 para causas trabalhistas e R\$ 7 para causas cíveis.

As principais discussões de causas tributárias de probabilidade de perda possível são relacionadas pelos seguintes temas:

- IRRF, IRPJ, CSLL, PIS e COFINS - Indeferimento de pedido de compensação – R\$ 354: Casos em que são apreciadas a liquidez e a certeza do crédito compensado;
- Tributação de Reserva de Reavaliação – R\$ 260: Discussão relativa à tributação de Reserva de Reavaliação nas operações societárias de cisão realizadas no período de 2006 e 2009;
- PIS e COFINS – Glosa de Créditos – R\$ 97: Discussão sobre restrição do direito ao crédito de certos insumos relacionados a estas contribuições;
- Divergências de Obrigações Acessórias – R\$ 19: Discussão sobre eventuais divergências entre as informações contidas nas obrigações acessórias;
- IRPJ e CSLL – Lucros Disponibilizados no Exterior - R\$ 14: Discussão sobre a base de cálculo para incidência desses tributos sobre os lucros auferidos no exterior;
- IRPJ e CSLL – Glosa de Créditos – R\$ 12: Discussão relativa à dedução do imposto pago no exterior pela controlada.

NOTA 16 – PATRIMÔNIO LÍQUIDO ITAÚSA**a) Capital Social**

Em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária ocorrida em 29/04/2016, foram aprovadas as seguintes propostas do Conselho de Administração:

- Cancelamento de 4.155.240 ações escriturais de emissão própria existentes na tesouraria, sendo 2.155.240 ordinárias e 2.000.000 preferenciais, sem redução do valor do capital social, mediante absorção de R\$ 33 das Reservas Estatutárias.
- Aumento do capital social em R\$ 4.080, mediante capitalização de recursos consignados nas Reservas de Lucros, sendo R\$ 580 da Reserva Legal, R\$ 285 da Reserva para Equalização de Dividendos, R\$ 1.724 da Reserva para Reforço de Capital de Giro e R\$ 1.491 da Reserva para Aumento de Capital de Empresas Participadas;
- Emissão de 675.464.328 novas ações escriturais, sem valor nominal, sendo 259.539.186 ordinárias e 415.925.142 preferenciais, que foram atribuídas gratuitamente aos acionistas, a título de bonificação, na proporção de 1 (uma) ação nova para cada lote de 10 (dez) ações da mesma espécie que possuíam no final do dia 29/04/2016;
- Aumento do limite do capital autorizado na mesma proporção da bonificação em ações prevista no item anterior, elevando-o de 9.075.000.000 para 12.000.000.000 em ações escriturais, sem valor nominal, sendo até 4.000.000.000 em ações ordinárias e até 8.000.000.000 em ações preferenciais.

Após esses eventos, o Capital Social passou a ser de R\$ 36.405, representado por 7.430.107.624 ações escriturais, sem valor nominal, sendo 2.854.931.054 ordinárias e 4.575.176.570 preferenciais sem direito a voto, mas com as seguintes vantagens:

- Prioridade no recebimento de dividendo mínimo anual de R\$ 0,01 por ação, não cumulativo;
- Direito de, em eventual alienação de controle, ser incluídas em oferta pública de aquisição de ações, de modo a lhes assegurar o preço igual a 80% (oitenta por cento) do valor pago por ação com direito a voto, integrante do bloco de controle, assegurando-se dividendo igual ao das ações ordinárias.

Abaixo segue a composição e a movimentação das classes das ações do capital integralizado e conciliação dos saldos no final do exercício de 2015 e 2016:

	Quantidade			Valor
	Ordinárias	Preferenciais	Total	
Em Circulação em 31/12/2014	2.344.705.507	3.755.390.279	6.100.095.786	27.025
Movimentações ações do capital integralizado de 01/01 a 31/12/2015	245.123.401	403.541.149	648.664.550	5.300
Aumento de Capital Mediante Capitalização de Reservas	-	-	-	5.000
Cancelamento de Ações em Tesouraria	(8.227.800)	(2.320.000)	(10.547.800)	-
Bonificação de 10% em Ações	236.140.646	378.295.584	614.436.230	-
Subscrição de Ações	17.210.555	27.565.565	44.776.120	300
Ações Representativas do Capital Social em 31/12/2015	2.597.547.108	4.161.251.428	6.758.798.536	32.325
Residentes no País	2.596.527.796	2.755.241.873	5.351.769.669	25.596
Residentes no Exterior	1.019.312	1.406.009.555	1.407.028.867	6.729
Ações em Tesouraria em 31/12/2015 (*)	(2.155.240)	(2.000.000)	(4.155.240)	-
Ações em Tesouraria em 31/12/2014	(7.718.200)	(2.320.000)	(10.038.200)	-
Ações Adquiridas	(2.635.200)	(2.000.000)	(4.635.200)	-
Bonificação de 10% em Ações	(29.640)	-	(29.640)	-
Cancelamento de Ações	8.227.800	2.320.000	10.547.800	-
Em Circulação em 31/12/2015	2.595.391.868	4.159.251.428	6.754.643.296	32.325
Movimentações ações do capital integralizado de 01/01 a 31/12/2016	257.383.946	413.925.142	671.309.088	4.080
Aumento de Capital Mediante Capitalização de Reservas	-	-	-	4.080
Cancelamento de Ações em Tesouraria	(2.155.240)	(2.000.000)	(4.155.240)	-
Bonificação de 10% em Ações	259.539.186	415.925.142	675.464.328	-
Ações Representativas do Capital Social em 31/12/2016	2.854.931.054	4.575.176.570	7.430.107.624	36.405
Residentes no País	2.854.100.005	2.735.820.552	5.589.920.557	27.389
Residentes no Exterior	831.049	1.839.356.018	1.840.187.067	9.016
Ações em Tesouraria em 31/12/2016 (*)	(26.819.000)	-	(26.819.000)	-
Ações em Tesouraria em 31/12/2015	(2.155.240)	(2.000.000)	(4.155.240)	-
Ações Adquiridas	(26.819.000)	-	(26.819.000)	-
Cancelamento de Ações	2.155.240	2.000.000	4.155.240	-
Em Circulação em 31/12/2016	2.828.112.054	4.575.176.570	7.403.288.624	36.405

(*) Ações de própria emissão adquiridas com base em autorizações do Conselho de Administração para manutenção em Tesouraria, posterior cancelamento ou recolocação no mercado, ao custo médio unitário de R\$ 7,61 (R\$ 8,53 em 31/12/2015) para as ações ordinárias e R\$ 7,38 em 31/12/2015 para as ações preferenciais.

b) Dividendos

Os acionistas têm direito de receber como dividendo obrigatório, em cada exercício, importância não inferior a 25% do lucro líquido, ajustado conforme disposto na Lei das Sociedades por Ações. As ações de ambas as espécies participam dos lucros distribuídos em igualdade de condições, depois de assegurado às ordinárias, dividendo igual ao mínimo prioritário anual de R\$ 0,01 por ação a ser pago às ações preferenciais. O dividendo mínimo pode ser pago em quatro parcelas ou mais, no mínimo trimestralmente ou com intervalos menores.

A antecipação trimestral do dividendo mínimo obrigatório, utiliza a posição acionária do último dia do mês anterior como base de cálculo, sendo o pagamento efetuado no primeiro dia útil do mês seguinte no valor de R\$ 0,015 por ação.

I. Cálculo

Lucro Líquido	8.211	
(-) Reserva Legal	(411)	
Base de Cálculo do Dividendo	7.800	
Dividendo Mínimo Obrigatório	1.950	25,00%
Dividendos/Juros sobre o Capital Próprio Proposto	3.734	47,87%

II. Provisionamento de Juros sobre o Capital Próprio e Dividendos

	Bruto	IRF	Líquido
Pagos	807	(88)	719
Dividendos	222	-	222
1 parcela trimestral de R\$ 0,015 por ação paga em 01/07/2016	111	-	111
1 parcela trimestral de R\$ 0,015 por ação paga em 03/10/2016	111	-	111
Juros sobre o Capital Próprio	585	(88)	497
1 parcela de R\$ 0,0790 por ação paga em 25/08/2016	585	(88)	497
Provisionado / Declarado	2.155	(306)	1.849
Dividendos	111	-	111
1 parcela trimestral de R\$ 0,015 por ação paga em 02/01/2017	111	-	111
Juros sobre o Capital Próprio	2.044	(306)	1.738
1 parcela de R\$ 0,2280 por ação a ser paga em 03/03/2017	1.688	(253)	1.435
1 parcela de R\$ 0,0480 por ação a ser paga em 03/03/2017	356	(53)	303
Provisionado / A ser Declarado	1.353	(187)	1.166
Dividendos	111	-	111
1 parcela trimestral de R\$ 0,015 por ação a ser paga em 03/04/2017	111	-	111
Juros sobre o Capital Próprio Complementar (Registrados em Reservas de Lucros)	1.242	(187)	1.055
1 parcela de R\$ 0,0490 por ação a ser paga em 03/03/2017	363	(55)	308
1 parcela de R\$ 0,1188 por ação a ser paga em 06/04/2017	879	(132)	747
Total em 31/12/2016 - R\$ 0,5044 líquido por ação	4.315	(581)	3.734
Total em 31/12/2015 - R\$ 0,3655 líquido por ação ⁽¹⁾	3.035	(318)	2.717

(1) Para melhor comparabilidade considerou-se as Bonificações

c) Reservas Integralizadas

- Reserva legal**

É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do art. 193 da Lei 6.404/76, alterada pela Lei 11.638/07 e Lei 11.941/09, até o limite de 20% do Capital Social.

- Reservas estatutárias**

São constituídas visando:

- a equalização de dividendos com a finalidade de garantir recursos para o pagamento de dividendos, inclusive na forma de juros sobre o capital próprio, ou suas antecipações, visando manter o fluxo de remuneração aos acionistas;
- reforçar o de Capital de Giro garantindo meios financeiros para a operação da companhia; e
- o aumento de Capital de Empresas Participadas de modo a garantir o direito preferencial de subscrição em aumentos de capital das empresas participadas.

	31/12/2016	31/12/2015
Reservas de Lucros	12.370	12.654
Legal	954	1.123
Estatutárias	11.416	11.531
Equalização de Dividendos	5.402	4.535
Reforço do Capital de Giro	2.110	3.170
Aumento de Capital de Empresas Participadas	2.662	3.108
Proposta de Distribuição de Dividendos Adicionais (*)	1.242	718
Outras Reservas	707	687
Total das Reservas na Controladora	13.077	13.341

(*) Refere-se aos Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio declarados após 31 de dezembro de cada período.

Detalhamento das Reservas	Reserva de Lucros		Outras Reservas	Total das Reservas
	Reserva Legal	Reservas Estatutárias		
Saldo em 31/12/2015	1.123	11.531	687	13.341
Constituição de Reservas	411	3.485	-	3.896
Cancelamento de Ações	-	(33)	-	(33)
Aumento de Capital com Reservas	(580)	(3.500)	-	(4.080)
Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio (Reserva de Lucros)	-	1.242	-	1.242
Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio pagos em 2016 - Exercício 2015	-	(718)	-	(718)
Transações com Subsidiárias e Controladas em Conjunto	-	(591)	20	(571)
Saldo em 31/12/2016	954	11.416	707	13.077

d) Reservas a Integralizar

Refere-se ao saldo do lucro líquido remanescente após a distribuição de dividendos e da apropriação para a reserva legal. A integralização total desta reserva ocorre após a deliberação do conselho de administração, na Assembleia Geral Ordinária, no exercício seguinte ao das demonstrações contábeis.

NOTA 17 – PAGAMENTO BASEADO EM AÇÕES**Plano para Outorga de Opções de Ações de Controladas****a) Duratex S.A.**

Conforme previsão Estatutária, a Duratex S.A. possui plano para outorga de opções de ações que tem por objetivo integrar executivos no processo de desenvolvimento da Duratex a médio e longo prazo, facultando participarem das valorizações que seu trabalho e dedicação trouxeram para as ações representativas do capital da Duratex.

As opções conferirão aos seus titulares o direito de, observadas as condições estabelecidas no Plano, subscrever ações ordinárias do capital autorizado da Duratex.

As regras e procedimentos operacionais relativos ao Plano são propostos pelo Comitê de Pessoas, designado pelo Conselho de Administração da Duratex. Periodicamente, esse comitê submete à aprovação do Conselho de Administração propostas relativas à aplicação do Plano.

Só haverá outorga de opções com relação aos exercícios em que tenham sido apurados lucros suficientes para permitir a distribuição do dividendo obrigatório aos acionistas. A quantidade total de opções a serem outorgadas em cada exercício não ultrapassará o limite de 0,5% (meio por cento) da totalidade das ações da Duratex que os acionistas controladores e não controladores possuem na data do balanço de encerramento do mesmo exercício.

O preço de exercício, a ser pago à Duratex, é fixado pelo Comitê de Pessoas na outorga da opção. Para fixação do preço de exercício das opções o Comitê de Pessoas considera a média dos preços das ações ordinárias da Duratex nos pregões da BM&FBOVESPA, no período de, no mínimo, cinco e, no máximo, noventa pregões anteriores à data da emissão das opções, a critério desse comitê, facultado ainda, ajuste de até 30%, para mais ou para menos. Os preços estabelecidos são reajustados até o mês anterior ao do exercício da opção pelo IGP-M ou, na sua falta, pelo índice que o Comitê de Pessoas designar.

Premissas	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2016
Total de opções de ações outorgadas	2.659.180	2.787.050	2.678.901	2.517.951	1.333.914	1.875.322	1.315.360	1.561.061	1.966.869	1.002.550
Preço de exercício na data da outorga	11,16	11,82	15,34	9,86	16,33	13,02	10,21	14,45	11,44	5,74
Valor justo na data da outorga	9,79	8,88	7,26	3,98	7,04	5,11	5,69	6,54	4,48	4,00
Prazo limite para exercício	10 anos	10 anos	10 anos	8 anos	8 anos	8,5 anos	8,8 anos	8,9 anos	8,1 anos	8,9 anos
Prazo de carência	1,5 anos	1,5 anos	1,5 anos	3 anos	3 anos	3,5 anos	3,8 anos	3,9 anos	3,10 anos	3,9 anos

Para determinação desse valor foram utilizadas as seguintes premissas econômicas:

	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2016
Volatilidade do preço da ação	34,80%	36,60%	36,60%	46,20%	38,50%	32,81%	37,91%	34,13%	28,41%	39,82%
Dividend Yield	2,00%	2,00%	2,00%	2,00%	2,00%	2,00%	2,00%	2,00%	2,00%	2,00%
Taxa de retorno livre de risco ⁽¹⁾	8,90%	7,60%	7,20%	6,20%	7,10%	5,59%	4,38%	3,58%	6,39%	6,95%
Taxa efetiva de exercício	96,63%	96,63%	96,63%	96,63%	96,63%	96,63%	96,63%	96,63%	96,63%	96,63%

(1) cupom IGP-M

A Duratex efetua a liquidação desse plano de benefícios entregando ações de sua própria emissão que são mantidas em tesouraria até o efetivo exercício das opções por parte dos executivos.

No ano de 2015 não houve outorga de opção de ações.

Demonstrativo do valor e da apropriação das opções outorgadas:

Data da Outorga	Qtde. Outorgada	Data da Carência	Prazo para Vencimento	Preço Outorga	Saldo a Exercer		Preço Opção	Valor Total	Competência			Demais Períodos
					Dez/15	Dez/16			2007 a 2014	2015	2016	
08/02/2006	2.659.180	30/06/2007	até 31/12/2016	11,16	59.113	-	9,79	1	1	-	-	-
31/01/2007	2.787.034	30/06/2008	até 31/12/2017	11,82	1.469.581	1.294.078	8,88	25	25	-	-	-
13/02/2008	2.678.887	30/06/2009	até 31/12/2018	15,34	1.543.474	1.340.260	7,26	19	19	-	-	-
30/06/2009	2.517.937	30/06/2012	até 31/12/2017	9,86	867.236	839.525	3,98	9	9	-	-	-
14/04/2010	1.333.914	31/12/2013	até 31/12/2018	16,33	1.471.579	808.763	7,04	9	9	-	-	-
29/06/2011	1.875.322	31/12/2014	até 31/12/2019	13,02	2.014.061	1.523.797	5,11	9	9	-	-	-
09/04/2012	1.290.994	31/12/2015	até 31/12/2020	10,21	1.010.991	780.997	5,69	6	5	1	-	-
17/04/2013	1.561.061	31/12/2016	até 31/12/2021	14,45	1.648.699	1.222.907	6,54	8	5	3	2	-
11/02/2014	1.966.869	31/12/2017	até 31/12/2022	11,44	2.154.616	2.144.813	4,48	9	2	2	2	2
09/03/2016	1.002.550	31/12/2019	até 31/12/2024	5,74	-	1.002.550	4,00	6	-	-	1	5
Soma	19.673.748				12.239.350	10.957.690		101	84	6	5	7
Efetividade de exercício								96,63%	96,63%	96,63%	96,63%	96,63%
Valor apurado								98	81⁽¹⁾	6⁽²⁾	5⁽³⁾	6⁽⁴⁾

(1) Valor contabilizado contra o resultado no período de 2007 a 2014.

(2) Valor contabilizado contra o resultado em 2015.

(3) Valor contabilizado contra o resultado em 2016.

(4) Valor a ser contabilizado contra o resultado nos demais períodos.

Em 31 de dezembro de 2016, a Duratex S.A. possuía 2.485.759 ações em tesouraria, que poderão ser utilizadas para fazer face a um eventual exercício de opção.

b) Itautec S.A.

A Itautec S.A., até o ano de 2006, possuía Plano para Outorga de Opções de Ações conforme previsto no Estatuto Social com objetivo de integrar seus executivos no processo de desenvolvimento da Itautec a médio e longo prazo, facultando participarem das valorizações que seu trabalho e dedicação trariam para as ações representativas do capital da Itautec.

Esse plano era administrado por um Comitê e as opções outorgadas eram aprovadas pelo Conselho de Administração. Os participantes do plano eram selecionados a exclusivo critério do Comitê dentre os executivos da Itautec.

O preço de período fixado na outorga da opção tinha como base a cotação média dos preços das ações da Itautec nos pregões da BM&FBOVESPA, compreendendo o período de no mínimo 1 (um) e no máximo 12 (doze) meses anteriores à data de emissão das opções. A critério do Comitê, era facultado, ainda, um ajuste no preço médio de até 50% para mais ou para menos.

c) Elekeiroz S.A.

Plano de outorga de opções

Com o objetivo de integrar os administradores e funcionários no processo de desenvolvimento da Elekeiroz S.A. a médio e longo prazo, a AGE realizada em 31 de julho de 2003 deliberou instituir um plano de outorga de opções de ações, facultando aos mesmos participarem das valorizações que seu trabalho e dedicação trouxeram para as ações representativas do capital da Elekeiroz. Não ocorreram outorgas no referido plano, não produzindo quaisquer efeitos a serem reconhecidos nas demonstrações contábeis da Elekeiroz.

NOTA 18 – RECEITA LÍQUIDA DE VENDAS DE PRODUTOS E SERVIÇOS

	01/01 a 31/12/2016	01/01 a 31/12/2015
Receita Bruta de Vendas e Serviços	5.866	6.165
Mercado Interno	5.005	5.410
Mercado Externo	861	755
Impostos e Contribuições sobre Vendas	(1.179)	(1.280)
Receita Líquida de Vendas de Produtos e Serviços	4.687	4.885

NOTA 19 – DESPESAS POR NATUREZA

	01/01 a 31/12/2016	01/01 a 31/12/2015
Variação do valor justo dos ativos biológicos	158	125
Variação nos estoques de produtos acabados	358	484
Matérias-primas e materiais de consumo	(2.677)	(2.853)
Remunerações, encargos e benefícios a empregados	(956)	(937)
Encargos de depreciação, amortização e exaustão	(607)	(598)
Despesas de transporte	(321)	(298)
Despesas de publicidade	(145)	(145)
Outras despesas	(387)	(446)
Total	(4.577)	(4.668)

As despesas por natureza acima descritas representam as seguintes rubricas da demonstração de resultado:

	01/01 a 31/12/2016	01/01 a 31/12/2015
Custo dos produtos e serviços	(3.641)	(3.731)
Despesas com vendas	(629)	(621)
Despesas gerais e administrativas	(307)	(316)
Total	(4.577)	(4.668)

NOTA 20 – OUTROS RESULTADOS OPERACIONAIS

	01/01 a 31/12/2016	01/01 a 31/12/2015
Reversões (provisões) para Contingências	(24)	(12)
Resultado de Plano Benefício	14	(12)
Amortização Intangível	(31)	(31)
Opções Outorgadas e Reconhecidas	(5)	(18)
Resultado na Venda de Investimento / Imobilizado	84	45
Créditos de Pis e Cofins sobre aquisição de matérias-primas	20	27
Receita de Aluguel	10	11
Ganho por Compra Vantajosa Aquisição Nexoleum S.A.	5	-
Desativação Linhas de Produtos ⁽¹⁾	(62)	-
Provisão para créditos de liquidação duvidosa ⁽²⁾	(22)	-
Perda de valor recuperável dos ativos do imobilizado e intangível ⁽³⁾	(155)	-
Outros	(5)	13
Total	(171)	23

(1) Despesas com desativação de linhas de produtos da Elekeiroz S.A., sendo: R\$ 30 baixa de ativo imobilizado, R\$ 15 de constituição de provisão para desmontagem das linhas, R\$ 11 indenizações por paralização das linhas e R\$ 6 baixa de estoques.

(2) Complemento de provisão para créditos de liquidação duvidosa de clientes em recuperação judicial, e outros, incluindo o ajuste adicional de R\$ 20 realizado em dezembro, na Elekeiroz S.A.

(3) A Elekeiroz S.A. reconheceu redução do valor contábil de seus ativos (impairment) das unidades produtoras de Oxo-Álcoois no valor de R\$ 135 e das unidades produtoras de Maleico, no montante de R\$ 11 e Resinas, no montante de R\$ 9.

NOTA 21 – RESULTADO FINANCEIRO

	01/01 a 31/12/2016	01/01 a 31/12/2015
Receitas Financeiras		
Rendimentos de aplicações financeiras	301	285
Variação cambial ativa	7	61
Atualizações monetárias	49	58
Juros e descontos obtidos	14	34
Outras	14	8
Total	385	446
Despesas Financeiras		
Encargos sobre financiamentos	(106)	(685)
Variação cambial passiva	(28)	(65)
Atualizações monetárias	(91)	(63)
Operações com derivativos	(312)	320
Taxas bancárias	(10)	(9)
Outras	(29)	(35)
Total	(576)	(538)
Total do resultado financeiro	(191)	(92)

NOTA 22 – LUCRO POR AÇÃO

O lucro por ação básico e diluído foi calculado conforme tabela a seguir, para os exercícios indicados.

O lucro por ação básico é calculado dividindo-se o lucro líquido atribuível ao acionista da ITAÚSA pelo número médio de ações durante os períodos, excluindo-se o número de ações compradas pela empresa e mantidas como ações em tesouraria.

O lucro por ação diluído, por sua vez, é calculado de forma similar, mas com o ajuste realizado ao assumir a conversão de todas as ações potencialmente diluíveis no denominador.

Lucro Líquido Atribuível aos Acionistas Controladores	01/01 a 31/12/2016	01/01 a 31/12/2015
Lucro Líquido	8.211	8.868
Dividendo Mínimo Não Cumulativo sobre as Ações Preferenciais	(46)	(46)
Subtotal	8.165	8.822
Lucro Acumulado a Ser Distribuído aos Detentores de Ações Ordinárias em um Valor por Ação Igual ao Dividendo Mínimo Pagável aos Acionistas Preferenciais	(28)	(29)
Subtotal	8.137	8.793
Lucro Acumulado a Ser Distribuído aos Detentores de Ações Ordinárias e Preferenciais em Bases Proporcionais:		
Aos Detentores de Ações Ordinárias	3.117	3.379
Aos Detentores de Ações Preferenciais	5.020	5.414
Total do Lucro Líquido Disponível para os Detentores de Ações Ordinárias	3.145	3.408
Total do Lucro Líquido Disponível para os Detentores de Ações Preferenciais	5.066	5.460
Média Ponderada das Ações em Circulação		
Ações Ordinárias	2.841.521.554	2.851.347.945
Ações Preferenciais	4.575.176.570	4.568.368.454
Lucro por Ação - Básico e Diluído - R\$		
Ações Ordinárias	1,11	1,20
Ações Preferenciais	1,11	1,20

O impacto da diluição do lucro por ação é menor que R\$ 0,01.

NOTA 23 – COMBINAÇÕES DE NEGÓCIOS**a) Bank of America Corporation**

Em maio de 2010, o Bank of America Corporation vendeu sua participação no capital social do Itaú Unibanco Holding. As ações preferenciais foram negociadas no mercado e as ações ordinárias foram adquiridas pela ITAÚSA, que elevou sua participação direta e indireta no capital social do Itaú Unibanco Holding de 35,46% para 36,57%.

A data de 30 de junho de 2010 foi determinada para a aplicação do método de aquisição previsto no CPC 15 / IFRS 3 – “Combinação de Negócios”. A aplicação do método de aquisição consiste em efetuar o reconhecimento e mensuração dos ativos identificáveis adquiridos, dos passivos assumidos e de quaisquer participações societárias de não-controladores na adquirida e efetuar o reconhecimento e mensuração do ágio por rentabilidade futura (*goodwill*) ou do ganho proveniente de uma compra vantajosa.

Na data de aquisição a ITAÚSA registrou um ágio de R\$ 809 que foi alocado, considerando:

- (i) os ativos identificáveis adquiridos, os passivos assumidos e a participação de não-controladores;
- (ii) a contraprestação pelo controle da adquirida; e
- (iii) ágio por rentabilidade futura (*goodwill*).

O quadro a seguir demonstra o saldo dos ativos e passivos identificáveis e o valor do ágio apurado, na proporção da aquisição de 1,22%:

	31/12/2015	Amortizações/ Realizações	31/12/2016
Intangíveis Amortizáveis			
Relacionamento com Cliente	32	(5)	27
Acesso exclusivo aos clientes de Varejo e Corretoras Imobiliárias	55	(18)	37
Outros	1	-	1
Total de Ativos Intangíveis amortizáveis (I)	88	(23)	65
Ativos Intangíveis não amortizáveis			
Marca Hipercard	2	-	2
Marca Itaú	65	-	65
Total Ativos Intangíveis não Amortizáveis (II)	67	-	67
Total alocado como Intangíveis (III = I + II)	155	(23)	132
Passivo fiscal Diferido (IV)	(62)	9	(53)
Total ágio alocado (V = III + IV)	93	(14)	79
Agio - Goodwill	437	-	437

Ativos intangíveis identificáveis e amortizáveis estão sendo reconhecidos no resultado no prazo de 2 a 16 anos de acordo com a vida útil definida com base na expectativa de benefício econômico futuro gerado pelo ativo.

Os ativos intangíveis não amortizáveis e o ágio residual que também representam expectativas de benefícios econômicos futuros, não possuem vida útil definida, e terão sua recuperação testada no mínimo anualmente pela administração.

Esta aquisição de ações representou um incremento de participação à ITAUSA, sendo que a maior parte dos ativos e passivos identificados foi contabilizada na ITAUSA com base em critérios de similaridade das operações anteriormente registradas, antes do incremento de participação. Da mesma forma ocorreu para as receitas, despesas e o lucro líquido da ITAUSA.

NOTA 24 – BENEFÍCIOS PÓS EMPREGO

Nos termos do CPC 33 / IAS 19 – “Benefícios a Empregados”, apresentamos a seguir as políticas praticadas pelas controladas da ITAÚSA quanto aos benefícios a empregados, bem como os procedimentos contábeis adotados.

As controladas da ITAÚSA no Brasil fazem parte do grupo de patrocinadoras da Fundação Itaúsa Industrial (Fundação), entidade sem fins lucrativos, que tem como finalidade administrar planos privados de concessão de benefícios de pecúlios ou de renda complementares ou assemelhados aos da Previdência Social. A Fundação administra o Plano de Contribuição Definida – PAI – CD (“Plano CD”) e o Plano de Benefícios Definido - BD (“Plano BD”).

Os colaboradores contratados pelas empresas da Área Industrial e de Serviços contam com a opção de participar voluntariamente do Plano de Contribuição Definida – PAI – CD, administrado pela Fundação Itaúsa Industrial.

(a) Plano de Contribuição Definida – Plano CD

Este plano é oferecido a todos os colaboradores das patrocinadoras, e contava em 31 de dezembro de 2016 com 8.940 participantes (9.356 em 31 de dezembro de 2015).

No Plano CD – PAI (plano de aposentadoria individual) não há risco atuarial e o risco dos investimentos é dos participantes.

Fundo Programa Previdencial

As contribuições das patrocinadoras que permaneceram no plano em decorrência dos participantes terem optado pelo resgate ou pela aposentadoria antecipada, formaram o fundo programa previdencial, que de acordo com regulamento do plano, vem sendo utilizado para compensação das contribuições das patrocinadoras.

O montante registrado no balanço patrimonial na rubrica Outros Ativos Financeiros (Nota 6a) é de R\$ 117 (R\$ 119 em 31 de dezembro 2015). Foi reconhecido no resultado do período a despesa de R\$ 2 (R\$ 12 reconhecido no resultado do período de 31 de dezembro de 2015).

(b) Plano de Benefício Definido – Plano BD

É um Plano que tem como finalidade básica a concessão de benefícios que, sob a forma de renda mensal vitalícia, se destina a complementar, nos termos de seu regulamento, os proventos pagos pela Previdência Social. Este plano encontra-se em extinção, assim considerado por vedar o acesso de novos participantes.

O plano abrange os seguintes benefícios: a complementação de aposentadoria, por tempo de contribuição, especial, por idade, invalidez, renda mensal vitalícia, prêmio por aposentadoria, pecúlio por morte.

Foi aprovada pela Superintendência Nacional de Previdência Complementar (Previc) em 04/07/2016, conforme Portaria nº 306, publicada no DOU de 05/07/2016, a destinação de parte da reserva especial do Plano de Benefício Definido, administrado pela Fundação Itaúsa Industrial, às patrocinadoras e participantes do plano. Nos termos do pedido aprovado, caberá às subsidiárias da Itaúsa a devolução de R\$ 16, a valores de junho/2016.

O recebimento do valor descrito será efetuado em 36 (trinta e seis) parcelas mensais e consecutivas no último dia útil de cada mês, iniciando-se em julho/2016, já atualizado de acordo com retorno dos investimentos do respectivo Plano de Benefício Definido até o mês anterior ao crédito.

Em 31 de dezembro de 2016, o saldo registrado no balanço patrimonial da rubrica Outros Ativos Financeiros (Nota 6a) era de R\$ 14, a ser realizado em 30 (trinta) parcelas mensais.

Principais Premissas Utilizadas na Avaliação Atuarial dos Planos de Aposentadoria

	31/12/2016	31/12/2015
Taxa de Desconto	11,14% a.a.	12,60% a.a.
Tábua de Mortalidade ⁽¹⁾	AT-2000	AT-2000
Rotatividade	Nula	Nula
Crescimento Salarial Futuro	7,23 % a.a.	7,38 % a.a.
Crescimento Benef. Previd. Social / Planos	4,85 % a.a.	5,00 % a.a.
Inflação	4,85 % a.a.	5,00 % a.a.

(1) As tábuas de mortalidade adotadas correspondem àquelas divulgadas pela SOA – “Society of Actuaries”, entidade americana correspondente ao IBA – Instituto Brasileiro de Atuária, que refletem um aumento de 10% nas probabilidades de sobrevivência em relação às respectivas tábuas básicas; A expectativa de vida em anos pela tábua de mortalidade AT-2000 para os participantes assistidos com 55 anos é de 27 e de 31 para homens e mulheres, respectivamente.

NOTA 25 – INFORMAÇÕES POR SEGMENTO

De acordo com as normas vigentes, um segmento operacional pode ser entendido como um componente de uma entidade:

- (a) Que opera em atividades das quais poderá obter receitas e incorrer em despesas (incluindo receitas e despesas relacionadas a operações com outros componentes da mesma entidade).
- (b) Que os resultados operacionais sejam regularmente revisados pelo principal responsável da entidade pelas decisões operacionais relacionadas à alocação de recursos ao segmento e à avaliação de seu desempenho.
- (c) Para as quais as informações financeiras individualizadas estejam disponíveis.

Os segmentos operacionais da ITAÚSA foram definidos de acordo com os relatórios apresentados ao Comitê Executivo para a tomada de decisão. Desta forma, os segmentos estão divididos em Área de Serviços Financeiros e Área Industrial.

A ITAÚSA é uma holding e suas controladas são: Duratex, Elekeiroz e Itaotec, que atuam na área industrial, e o Itaú Unibanco Holding, que atua na área financeira e sobre a qual temos controle conjunto.

As controladas da Itaúsa têm autonomia para definir seus padrões diferenciados e específicos na gestão e segmentação dos seus respectivos negócios.

• Área Financeira

O Itaú Unibanco Holding é uma instituição bancária que oferece, diretamente ou por intermédio de suas subsidiárias, uma ampla gama de produtos de crédito e outros serviços financeiros a uma base diversificada de clientes pessoas físicas e jurídicas, no Brasil e no Exterior.

A ITAÚSA exerce controle compartilhado nos negócios do Itaú Unibanco Holding. As informações das controladas em conjunto foram contabilizadas pelo método de equivalência patrimonial e não foram consolidadas.

As demonstrações contábeis consolidadas do Itaú Unibanco Holding de 31 de dezembro de 2016 podem ser acessadas no site <https://www.itau.com.br/relacoes-com-investidores/>.

• Área Industrial

No segmento industrial temos uma diversidade entre as empresas, por esse motivo segregamos a informação por empresa. Abaixo uma breve descrição dos produtos fabricados pelas empresas:

I) Duratex: fabrica metais sanitários, louças sanitárias e seus respectivos acessórios e chuveiros elétricos, negociados sob as marcas Deca e Hydra, que se destacam pela ampla linha de produtos, pelo design arrojado e pela qualidade superior; e fabrica painéis de madeira feitos a partir de pinus e eucalipto, amplamente utilizados na fabricação de móveis, com destaque para a chapa de fibra, o painel de aglomerado e os painéis de média, alta e super densidade, mais conhecidos como MDF, HDF e SDF, a partir dos quais, são fabricados pisos laminados (Durafloor) e revestimentos para teto e parede.

II) Elekeiroz: atua no mercado químico e tem por objetivo a industrialização e comercialização de produtos químicos e petroquímicos em geral, inclusive de tais produtos de terceiros, importação e exportação. A Companhia conta com uma capacidade de produção de produtos químicos de mais de 700 mil toneladas anuais nas suas unidades industriais, que são destinados fundamentalmente para o setor industrial, especialmente construção civil, vestuário, automotivo e alimentício.

III) Itaotec: tem como principal atividade a participação em sociedades no Brasil e no exterior, em especial naquelas que atuam na fabricação e comercialização de equipamentos de automações bancária e comercial e na prestação de serviços.

	Janeiro a Dezembro	ÁREA DE SERVIÇOS FINANCEIROS	ÁREA INDUSTRIAL			CONSOLIDADO ITAÚSA ⁽²⁾
		Itaú Unibanco Holding	Duratex ⁽¹⁾	Elekeiroz	Itautec	
Ativos Totais	2016	1.353.241	9.341	434	136	59.020
	2015	1.276.415	9.008	763	219	54.830
Receitas Operacionais ⁽³⁾	2016	208.274	3.910	771	8	13.266
	2015	173.428	3.963	894	28	13.942
Lucro Líquido	2016	23.263	26	(344)	(15)	8.216
	2015	25.740	192	(11)	(19)	8.994
Patrimônio Líquido (PL)	2016	122.582	4.571	111	56	50.679
	2015	112.252	4.616	455	77	47.871
Rentabilidade Anualizada sobre o Patrimônio Líquido Médio (%) ⁽⁴⁾	2016	20,1%	0,6%	-93,0%	-23,5%	16,6%
	2015	24,8%	4,1%	-2,4%	-21,1%	20,0%
Geração Interna de Recursos ⁽⁵⁾	2016	97.507	932	(24)	(13)	891
	2015	56.881	919	31	1	974

(1) O Lucro Líquido, o Patrimônio Líquido e o ROE da Duratex correspondem aos valores das Demonstrações Consolidadas.

(2) O Consolidado Itaúsa inclui a consolidação de 100% das empresas controladas e apresenta valores líquidos das eliminações de consolidação e dos resultados não-realizados de operações intercompanhias. Os valores do Itaú Unibanco Holding S.A não foram consolidados e estão sendo avaliados pelo método de equivalência patrimonial.

(3) As Receitas Operacionais foram obtidas conforme segue:

- Itaú Unibanco Holding: Receita de Juros e Rendimentos, Receita de Dividendos, Ganho (Perda) Líquido com Investimentos em Títulos e Derivativos, Receita de Prestação de Serviços, Resultado de Operações de Seguros, Previdência e Capitalização antes das Despesas com Sinistros e de Comercialização e Outras Receitas.
- Duratex, Elekeiroz e Itautec: Vendas de Produtos e Serviços.
- Consolidado Itaúsa: Vendas de Produtos e Serviços e Resultado de Participação em Associadas e Entidades Controladas em Conjunto.

(4) Representa a relação entre o lucro líquido do período e o patrimônio líquido médio (dez'15 + mar + jun + set + dez) / 5.

(5) Refere-se aos recursos provenientes das operações obtidos pela Demonstração dos Fluxos de Caixa.

Obs. O Lucro Líquido, o Patrimônio Líquido e o ROE do Itaú Unibanco correspondem aos valores atribuíveis aos acionistas controladores. A partir do 2º trimestre de 2016, o Itaú CorpBanca passou a ser consolidado nas demonstrações contábeis do Itaú Unibanco.

NOTA 26 – PARTES RELACIONADAS

As operações realizadas entre partes relacionadas são efetuadas a valores, prazos e taxas médias usuais de mercado, vigentes nas respectivas datas, e em condições de comutatividade.

As operações entre as empresas incluídas na consolidação foram eliminadas nas demonstrações consolidadas e consideram, ainda, a ausência de risco.

As operações com tais partes relacionadas caracterizam-se basicamente por:

a) Partes Relacionadas

	Consolidado			
	Ativo/(Passivo)		Receitas/(Despesas)	
	31/12/2016	31/12/2015	01/01 a 31/12/2016	01/01 a 31/12/2015
Aplicações Financeiras	126	224	15	20
Itaú Unibanco S.A.	126	224	15	20
Clientes	37	43	190	192
Partes Relacionadas de Controladas (*)	37	43	190	192
Receitas (Despesas) de Prestação de Serviços	-	-	(6)	(2)
Itaú Corretora S.A.	-	-	(2)	(1)
Itaú Unibanco S.A.	-	-	(4)	1
Itaú Seguros	-	-	-	(2)
Total	163	267	199	210

(*) Referem-se à operações de venda de mercadorias da Duratex S.A. para Leo Madeiras Maqs. e Fer. S.A., Fibria Celulose e Leroy Merlin Cia. Bras. de Bricolagem (a Leroy Merlin deixou de ser parte relacionada a partir de 29/07/2016), além de custos com arrendamento rural com a Ligna Florestal Ltda.

Além das operações acima discriminadas, a ITAÚSA e partes relacionadas em associadas e entidades controladas em conjunto, como parte integrante do Convênio de Rateio de Custos Comuns, registraram em Despesas Gerais e Administrativas R\$ 4 (R\$ 6 de 01/01 a 31/12/2015) em função da utilização da estrutura comum.

Em 31 de dezembro de 2016 não houve a necessidade de constituição de provisão para créditos de liquidação duvidosa envolvendo operações com partes relacionadas.

b) Garantias Prestadas

Além dessas transações, existem garantias prestadas pela ITAÚSA, representadas por operações de avais, fianças e outras, conforme abaixo:

	31/12/2016	31/12/2015
Duratex S.A.	211	330
Elekeiroz S.A.	138	110
Itautec S.A.	19	33
Total	368	473

c) Remuneração do Pessoal-Chave da Administração

A remuneração dos executivos da administração da Itaúsa e de suas controladas foi:

	01/01 a 31/12/2016	01/01 a 31/12/2015
Remuneração	33	29
Participações no Lucro	10	15
Opções de Ações	5	6
Total	48	50

NOTA 27 – GERENCIAMENTO DE RISCOS FINANCEIROS

I) Fatores de Riscos Financeiros

Para entender os riscos inerentes à atividade da ITAÚSA, é preciso primeiro saber que o propósito da entidade é a gestão de participações societárias. Assim sendo, fica evidente que os riscos aos quais a ITAÚSA está sujeita são os riscos geridos pelas suas controladas e coligadas.

Quanto ao risco de liquidez, a previsão de fluxo de caixa da ITAÚSA é realizada pela Administração que monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez para assegurar que ela tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais, principalmente o pagamento de dividendos e juros sobre capital próprio e liquidação de outras obrigações assumidas.

O excesso de caixa da ITAÚSA é investido em títulos públicos e em cotas de fundos de investimentos.

Na data do relatório, a ITAÚSA mantinha Caixa e Equivalentes de Caixa no valor de R\$ 666 (R\$ 802 em 31/12/2015), que se espera gerar prontamente entradas de caixa para administrar o risco de liquidez.

Com o propósito de manter os investimentos em níveis aceitáveis de risco, novos investimentos ou aumentos de participação são discutidos em reunião conjunta da Diretoria Executiva e o Conselho de Administração da ITAÚSA.

Abaixo apresentamos os principais riscos das controladas ITAÚSA:

a) Risco de Mercado

(i) Risco Cambial

Variações nas taxas de câmbio podem resultar na redução dos valores dos ativos ou aumento dos passivos. O risco cambial decorre de operações comerciais futuras, ativos e passivos reconhecidos e investimentos líquidos em operações no exterior.

Em função de seus procedimentos de gerenciamento de riscos, que objetivam minimizar a exposição cambial, são mantidos mecanismos de “*hedge econômico*” que visam proteger a maior parte de sua exposição cambial.

(ii) Operações com derivativos

Nas operações com derivativos não existem verificações, liquidações mensais ou chamadas de margem, sendo o contrato liquidado em seu vencimento, estando contabilizado a valor justo, considerando as condições de mercado, quanto a prazo e taxas de juros.

Abaixo os tipos de contratos existentes nas controladas:

- Contrato de *SWAP* US\$ x CDI: esse tipo operação tem o objetivo de transformar dívidas denominadas em Dólares em dívidas indexadas ao CDI;
- Contrato de *SWAP* Pré x CDI: esse tipo operação tem o objetivo de transformar dívidas com taxas pré fixadas de juros em dívidas indexadas ao CDI;
- Contrato de *NDF (Non Deliverable Forward)*: esse tipo de operação tem objetivo zerar a exposição cambial. Nesta operação o contrato é liquidado no seu respectivo vencimento, considerando-se a diferença entre a taxa de câmbio a termo (*NDF*) e a taxa de câmbio do fim do período (*Ptax*);
- O valor justo dos instrumentos financeiros foi calculado utilizando-se a precificação feita por meio do valor presente estimado, tanto para a ponta passiva quanto para a ponta ativa, onde a diferença entre as duas gera o valor de mercado do *SWAP*.

A tabela a seguir apresenta o valor justo dos instrumentos financeiros derivativos:

	Valor de Referência	Valor Justo	Efeito Acumulado	
	31/12/2016	31/12/2016	Valor a Receber	Valor a Pagar
Contratos de Swaps	-	94	98	(4)
Posição Ativa	959	1.120	98	(4)
Moeda Estrangeira (USD)	901	1.062	98	(3)
Taxa Pré-Fixada	58	58	-	(1)
Posição Passiva	(959)	(1.026)	-	-
CDI	(959)	(1.026)	-	-
Contratos de Futuro (NDF)	27	27	-	-
Compromisso de Venda	27	27	-	-
NDF	27	27	-	-

	Valor de Referência	Valor Justo	Efeito Acumulado	
	31/12/2015	31/12/2015	Valor a Receber	Valor a Pagar
Contratos de Swaps	-	366	367	-
Posição Ativa	1.179	1.588	367	-
Moeda Estrangeira (USD)	1.009	1.413	367	-
Taxa Pré-Fixada	170	175	-	-
Posição Passiva	(1.179)	(1.222)	-	-
CDI	(1.179)	(1.222)	-	-
Contratos de Futuro (NDF)	61	62	-	-
Compromisso de Venda	61	62	-	-
NDF	61	62	-	-

As perdas ou ganhos nas operações listadas no quadro foram compensados nas posições em juros e moeda estrangeira, ativas e passivas, cujos efeitos já estão expressos nas demonstrações contábeis.

Análise de Sensibilidade

Abaixo segue demonstrativo de análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros, incluindo derivativos, que descreve os riscos que podem gerar prejuízos materiais para ITAÚSA e suas controladas, com um Cenário Provável (Cenário Base) e mais dois cenários, nos termos determinados pela instrução CVM nº 475/08 representando 25% e 50% de deterioração da variável de risco considerada.

Para as taxas das variáveis de risco utilizadas no Cenário Provável, foram utilizadas as cotações da BM&FBOVESPA / Bloomberg para as respectivas datas de vencimento.

Risco	Instrumento/Operação	Descrição	Cenário Provável	Cenário Possível	Cenário Remoto
Taxa de Juros	Swap - PRÉ / CDI	Aumento CDI	(2)	(3)	(4)
	Objeto de Hedge: empréstimo em taxas pré-fixadas		2	3	4
	Swap - US\$ / CDI (Res. 4131)	Queda US\$	(18)	(312)	(606)
	Objeto de Hedge: dívida em moeda estrangeira (US\$)	(Aumento US\$)	18	312	606
	NDF (US\$)	Queda US\$	-	(5)	(14)
Cambial	Objeto de Hedge: dívida em moeda estrangeira (US\$)	(Aumento US\$)	-	5	14
	Exportações a receber	(Queda US\$)	-	(4)	(9)
		Aumento US\$	-	4	9
	BNDES - Crédito Rotativo	Queda US\$	(2)	3	6
		(Aumento US\$)	-	(3)	(6)
	Fornecedores Exterior	Queda US\$	-	2	5
		(Aumento US\$)	-	(2)	(5)
Total			(2)	-	-

(iii) Risco do fluxo de caixa ou valor justo associado com taxa de juros

O caixa aplicado tem rendimento indexado à percentual da variação do CDI, com resgate garantido pelos bancos emissores de acordo com as taxas contratadas. Não há outros ativos significativos cujo resultado seja afetado diretamente pelas mudanças de taxas de juros do mercado.

Para o passivo, o risco de taxa de juros decorre de empréstimos de longo prazo. Tais empréstimos, em sua maioria, são indexados à Taxa de Juros de Longo Prazo (“TJLP”), taxa que visa estimular os investimentos de longo prazo para o setor produtivo e que, historicamente, é inferior às taxas de financiamentos praticadas pelo mercado.

O risco dessas taxas de juros contratadas é acompanhado desde o início do financiamento, sendo política acompanhar as oscilações e projeções do mercado de juros, analisando eventual necessidade ou oportunidade de contratar-se *hedge* para essas operações.

b) Risco de Crédito

A política de vendas está diretamente associada ao nível de risco de crédito que está disposta a se sujeitar no curso de seus negócios. A diversificação de sua carteira de recebíveis, a seletividade de seus clientes, assim como o acompanhamento dos prazos de financiamentos de vendas e limites individuais, são procedimentos adotados a fim de minimizar inadimplências ou perdas na realização das Contas a Receber.

No que diz respeito às aplicações financeiras e aos demais investimentos, temos como política trabalhar com instituições de primeira linha e não ter investimentos concentrados em um único grupo econômico.

c) Risco de Liquidez

É o risco da ITAÚSA e suas controladas não dispor de recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos. Para administrar a liquidez do caixa em moeda nacional e estrangeira, são estabelecidas premissas de desembolsos e recebimentos futuros, sendo monitoradas diariamente pela área de tesouraria.

O quadro abaixo demonstra os vencimentos dos passivos financeiros e as obrigações com fornecedores na data das demonstrações contábeis:

31/12/2016	Menos de 1 ano	Entre 1 e 2 anos	Entre 3 e 5 anos	Acima de 5 anos
Empréstimos e Financiamentos/Debêntures	780	1.636	1.292	4
Fornecedores e Outras Obrigações	298	1	-	34
Total	1.078	1.637	1.292	38

31/12/2015	Menos de 1 ano	Entre 1 e 2 anos	Entre 3 e 5 anos	Acima de 5 anos
Empréstimos e Financiamentos/Debêntures	676	1.180	1.235	7
Fornecedores e Outras Obrigações	441	3	-	29
Total	1.117	1.183	1.235	36

II) Estimativa do valor justo

Pressupõe-se que os saldos de caixa e equivalente de caixa, depósitos vinculados, contas a receber de clientes, contas a pagar aos fornecedores, pelo valor contábil menos a perda (*impairment*) e os empréstimos, financiamentos e debêntures, estejam próximo de seus valores justos. O valor justo dos demais ativos e passivos financeiros para fins de divulgação é estimado mediante desconto dos fluxos de caixa contratual futuros pela taxa de juros vigente no mercado, que está disponível para ITAÚSA e suas controladas para instrumentos financeiros similares.

As demonstrações contábeis estão em conformidade com o CPC 40 / IFRS 7 – “Instrumentos financeiros: evidênciação” para instrumentos financeiros mensurados no balanço patrimonial pelo valor justo, o que requer divulgação dessas mensurações pelo nível da seguinte hierarquia:

- Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos;
- Nível 2: informações, além dos preços cotados, incluídas no nível 1, que são adotadas pelo mercado para o ativo ou passivo, seja diretamente (ou seja, como preços) ou indiretamente (ou seja, derivados dos preços);

- Nível 3: inserções para os ativos ou passivos que não são baseadas nos dados adotados pelo mercado (ou seja, inserções não-observáveis).

A seguir demonstramos os instrumentos financeiros consolidados por nível:

	Nível	31/12/2016	31/12/2015
Ativos ⁽¹⁾		5.119	4.628
Caixa e Equivalentes de Caixa	1	50	80
Caixa e Equivalentes de Caixa	2	2.384	2.094
Ativos Financeiros Mantidos para Negociação - Letra Financeira Subordinada	2	61	61
Ativos Financeiros Mantidos para Negociação - Letra Financeira do Tesouro	1	249	221
Contas a Receber de Clientes	2	934	996
Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio	2	1.004	835
Depósitos Judiciais em Garantia de Contingências	2	99	104
Outros Ativos Financeiros	2	338	237
Passivos		6.077	5.139
Empréstimos / Financiamentos / Debêntures	2	3.712	3.098
Fornecedores / Outras Obrigações	2	333	473
Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio	2	2.032	1.568

(1) O valor justo dos investimentos controlados em conjunto não consolidados estão divulgados na nota 8 IIa.

NOTA 28 – ATIVO MANTIDO PARA VENDA

Nesta rubrica estão classificados os investimentos da Itaotec S.A. na Oki Brasil, nos quais a Itaotec tem a intenção em exercer a opção de venda (*put option*) em prazo determinado, no montante de R\$ 20 (R\$ 41 em 31 de dezembro de 2015).

NOTA 29 – PROPRIEDADE PARA INVESTIMENTO

Propriedades para Investimento	Terrenos	Edifícios	Instalações	Total
Saldo Contábil, líquido em 31/12/2015	2	28	-	30
Movimentações de 01/01 a 31/12/2016	-	(2)	-	(2)
Depreciação	-	(2)	-	(2)
Saldo em 31/12/2016				
Custo	2	52	2	56
Depreciação Acumulada	-	(26)	(2)	(28)
Saldo Contábil, líquido	2	26	-	28

Em 31 de dezembro de 2016 a receita de aluguel das propriedades para investimento totalizou R\$ 5 (R\$ 6 em 31/12/2015). Este imóvel, situado na cidade de Jundiaí, estado de São Paulo (terreno, edifício e instalações), está alugado pela subsidiária Itaotec à Oki Brasil Ind. Com. Produtos Tecnologia em Automação S.A.

NOTA 30 – EVENTO SUBSEQUENTE

Aumento de Capital e Cancelamento de Ações em Tesouraria - ITAÚSA

O Conselho de Administração da Itaúsa deliberou, em 13/02/2017:

- Aumento de capital no montante de R\$ 740, com emissão de 121.311.478 novas ações, sendo 46.341.899 ações ordinárias e 74.969.579 ações preferenciais.
- Cancelamento de 26.819.000 ações ordinárias escriturais de emissão própria existentes em tesouraria, sem redução do valor do capital social, mediante absorção de R\$ 204 consignados na Reserva de Lucros – Reserva para Reforço do Capital de Giro.

Exercício de Opção (*put option*) – ITAUTEC S.A.

Em 11 de janeiro de 2017 a Itautec S.A. exerceu a opção de venda (*put option*) das 763.740 ações da Oki Brasil pelo montante de R\$ 53, recebidos na mesma data. Em consequência, a Itautec passou a deter 1.717.650 ações (11,2% do capital da Oki Brasil).

Parte do montante recebido foi utilizada para liquidação dos dois empréstimos de curto prazo junto ao Banco Alfa, ocorrida na mesma data, não havendo mais nenhuma operação de empréstimo de curto prazo em aberto.

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos
Acionistas, Conselheiros e Administradores da
Itáusa - Investimentos Itaú S.A.
São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da **Itáusa - Investimentos Itaú S.A.** (“**Companhia**”), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da **Itáusa - Investimentos Itaú S.A.** em 31 de dezembro de 2016, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (“CFC”) e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Investimento no Itaú Unibanco Holding S.A.

O investimento em conjunto no Itaú Unibanco Holding S.A. (“IUH”) representa 88% do total do ativo e 105% do total do resultado da Companhia. Ainda em relação aos saldos consolidados, o investimento representa 76% do total do ativo e 104% do total do resultado, no qual é auditado por outros auditores independentes (“auditor do IUH”), e efetuamos os trabalhos de auditoria de grupo, como foco na avaliação dos principais assuntos de auditoria, levantados pelo auditor do IUH que foram julgados na ocasião de seus trabalhos. Efetuamos a leitura deles e a avaliação crítica destes trabalhos de asseguarção razoável, com o objetivo de obter conforto de auditoria sobre os trabalhos deste auditor do IUH.

O IUH é uma *holding* financeira que atua nas diversas modalidades bancárias, bem como em atividades de seguros, previdência e capitalização. O IUH realiza um volume expressivo de operações em todas essas modalidades e, em decorrência desse fato é altamente dependente de seu ambiente de tecnologia da informação para processamento dessas operações.

Adicionalmente as demonstrações contábeis do IUH apresentam estimativas contábeis críticas relacionadas a operações que requerem elevado nível de julgamento para apuração dos saldos contábeis. Essas estimativas contábeis críticas, levantadas pelo auditor do IUH como principais assuntos de auditoria, são:

- Provisão para crédito de liquidação duvidosa;
- Instrumentos financeiros e derivativos - nível 3;
- Créditos tributários;
- Ágio; e
- Provisão para passivos contingentes.

Considerando o exposto acima entendemos que a avaliação do auditor do IUH sobre essas estimativas contábeis críticas, bem como o ambiente de tecnologia da informação, está adequada e são áreas de foco de auditoria da IUH.

Resposta da auditoria ao assunto

Os procedimentos de auditoria realizados pelo auditor do IUH em relação às estimativas contábeis críticas incluíram comunicação com os demais auditores das investidas e seus especialistas, com o objetivo de discutir os riscos de auditoria identificados, o enfoque, alcance e época dos trabalhos. Revisamos seus papéis de trabalho e discutimos os resultados alcançados. Em relação aos principais assuntos de auditoria identificados, discutimos com o auditor do IUH e a administração da Companhia e avaliamos o impacto nas demonstrações contábeis.

Em relação às estimativas contábeis críticas levantadas como principais assuntos de auditoria pelo auditor do IUH, consideramos a revisão dos seus papéis de trabalho e as conclusões quanto a:

- Realização de testes sobre o desenho e a operação dos controles para registro, mensuração, baixa e divulgação das operações;
- Análise, quando aplicável, da razoabilidade da aplicação de determinadas premissas e julgamento da administração do IUH, bem como foi realizada a integridade e completude das bases de dados e os modelos de cálculos envolvidos para apuração dos saldos; e
- Revisão dos testes detalhados relacionados à existência, valor correto, integridade e registro no momento correto das operações, em conjunto com os seus especialistas.

Em relação ao ambiente de tecnologia da informação, consideramos a revisão dos seus papéis de trabalho e as conclusões quanto a:

- Revisão da avaliação do ambiente de tecnologia da informação, incluindo os controles automatizados dos sistemas aplicativos relevantes para a elaboração das demonstrações contábeis; e
- Revisão da avaliação, se os procedimentos executados envolveram a combinação de testes de controles relevantes, e quando necessário, testes dos controles compensatórios e a execução de testes de detalhes sobre certos aspectos relacionados à segurança da informação, incluindo gestão de acessos e segregação de função.

Consideramos que a avaliação dos critérios e das premissas adotadas pela administração para a determinação dessas estimativas críticas produzem valores que estão dentro de intervalos aceitáveis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as IFRS emitidas pelo IASB, realizadas pelo auditor do IUH. Adicionalmente, a combinação dos testes sobre os controles e outros testes de detalhes realizados pelo auditor do IUH, os possibilitou estabelecer um adequado nível de confiança no ambiente de tecnologia do IUH para o propósito de nossa auditoria da Companhia.

Investimento na Controlada Duratex S.A.

O investimento na controlada Duratex S.A. (“Duratex”) representa 3% do total de ativos nas demonstrações contábeis individuais da Companhia e é a subsidiária que representa a maior empresa individual incluída no processo de consolidação, no qual é auditado por outros auditores independentes (“auditor da Duratex”), e efetuamos os trabalhos de auditoria de grupo, como foco na avaliação dos principais assuntos de auditoria, levantados pelo auditor da Duratex que foram julgados na ocasião de seus trabalhos. Efetuamos a leitura deles e a avaliação crítica destes trabalhos de asseguarção razoável, com o objetivo de obter conforto de auditoria sobre os trabalhos deste auditor da Duratex.

As demonstrações contábeis da Duratex apresentam estimativas contábeis críticas relacionadas a operações que requerem elevado nível de julgamento para apuração dos saldos contábeis. Essas estimativas contábeis críticas, levantadas pelo auditor da Duratex como principais assuntos de auditoria, são:

- Valor recuperável dos ativos intangíveis - “Goodwill”;
- Mensuração do valor justo dos ativos biológicos; e
- Realização dos créditos tributários.

Devido às incertezas inerentes a esse tipo de estimativa, entendemos que a avaliação do auditor da Duratex sobre essas estimativas contábeis críticas está adequada e são áreas de foco de auditoria da Duratex.

Adicionalmente, a Duratex realiza vendas por meio de diversas unidades no mercado nacional e internacional. Devido a existência de diversas unidades e dependência de controles manuais entendemos que a avaliação do auditor da Duratex que há risco de reconhecimento de receita fora do período de competência e, por esse aspecto, ser essa uma área de foco na auditoria das demonstrações contábeis da Duratex.

Resposta da auditoria ao assunto

Os procedimentos de auditoria realizados pelo auditor da Duratex em relação às estimativas contábeis críticas incluíram comunicação com os auditores das investidas e seus especialistas, com o objetivo de discutir os riscos de auditoria identificados, o enfoque, alcance e época dos trabalhos. Revisamos seus papéis de trabalho e discutimos os resultados alcançados. Em relação aos principais assuntos de auditoria identificados, discutimos com o auditor da Duratex e avaliamos o impacto nas demonstrações contábeis da Companhia.

Em relação às estimativas contábeis críticas levantadas como principais assuntos de auditoria pelo auditor da Duratex, consideramos a revisão dos seus papéis de trabalho e as conclusões quanto a:

- Revisão dos trabalhos executados e as conclusões dos seus especialistas quanto a avaliação das premissas e metodologia usadas pela administração da Duratex; e
- Revisão das divulgações nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Companhia, se estão de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as IFRS emitidas pelo IASB.

Em relação ao reconhecimento de receita, consideramos a revisão dos seus papéis de trabalho e as conclusões quanto a:

- Realização dos testes de controles interno relacionados a identificação, movimentação de estoques e o registro de receitas de vendas dentro do período de competência;
- Realização do teste documental em base amostral de notas fiscais faturadas e entregues e notas fiscais faturadas e não entregues conforme período de competência; e
- Recalculo dos valores dos ajustes realizados pela Administração da Duratex para reverter os registros de receitas de vendas faturadas e não entregues dentro do período de competência.

Após aplicação desses procedimentos, consideramos que as premissas e as metodologias utilizadas para as estimativas contábeis assim como os controles estabelecidos para a adequada observação do correto período de reconhecimento da receita são adequados para mitigar os riscos associados de distorções relevantes nas demonstrações contábeis, realizadas pelo auditor da Duratex.

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado

As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016, elaboradas sob a responsabilidade da Administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e é consistente em relação às demonstrações contábeis individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis individuais e consolidadas

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou por erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração;
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza significativa em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manter em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada; e
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar consideravelmente nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente, e que, dessa maneira constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 13 de fevereiro de 2017.



BDO RCS Auditores Independentes SS
CRC 2 SP 013846/O-1

Jairo da Rocha Soares
Contador CRC 1 SP 120458/O-6

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Aos Administradores e Acionistas
Itaúsa – Investimentos Itaú S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis individuais da Itaúsa – Investimentos Itaú S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Examinamos também as demonstrações contábeis consolidadas da Itaúsa – Investimentos Itaú S.A. e suas controladas ("Consolidado"), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Opinião sobre as Demonstrações contábeis individuais

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis individuais acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Itaúsa – Investimentos Itaú S.A. em 31 de dezembro de 2016, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Opinião sobre as Demonstrações contábeis consolidadas

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Itaúsa – Investimentos Itaú S.A. e suas controladas em 31 de dezembro de 2016, o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais Assuntos de Auditoria

Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Considerando a atividade de holding desempenhada pela Companhia, os seus PAA são temas advindos dos investimentos em controladas e controladas em conjunto, a seguir apresentados. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa correspondente opinião e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.



Porque é um PAA**Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria****Controlada em conjunto – Itaú Unibanco Holding S.A. (“IUH”) – (Nota explicativa 8)**

O investimento em conjunto no IUH representa 88% do total do ativo e 105% do total do resultado da Companhia. Ainda em relação aos saldos consolidados, o investimento representa 76% do total do ativo e 104% do total do resultado.

O IUH é uma instituição financeira que atua nas diversas modalidades bancárias, bem como em atividades de seguros, previdência e capitalização. O IUH realiza um volume expressivo de operações em todas essas modalidades e devido ao histórico de aquisições e porte de suas operações, a sua estrutura de tecnologia é composta por mais de um ambiente com processos distintos e controles segregados.

Dessa forma é altamente dependente de seu ambiente de tecnologia da informação para processamento dessas operações.

Adicionalmente, a demonstrações contábeis do IUH apresentam estimativas contábeis críticas relacionadas a operações que requerem elevado nível de julgamento para registro e mensuração das transações e apuração dos saldos contábeis. Essas estimativas contábeis envolvem as seguintes contas:

- Provisão para créditos de liquidação duvidosa;
- Instrumentos financeiros e derivativos nível 3;
- Créditos tributários;
- Ágio;
- Provisão para passivos contingentes.

Em função do exposto acima, consideramos essas estimativas contábeis assim como o próprio ambiente de tecnologia da informação, como áreas de foco de auditoria

Nosso exame, também como auditores do IUH, abrangeu, entre outros, os seguintes principais procedimentos de auditoria:

-Em relação às estimativas contábeis críticas:

Testes sobre o desenho e a operação dos principais controles para registro, mensuração, baixa e divulgação das operações.

Com auxílio de nossos especialistas, analisamos, quando aplicável, a razoabilidade da aplicação de determinadas premissas e julgamentos da administração do IUH. Também, testamos a integridade e a totalidade das bases de dados e os modelos de cálculos envolvidos para apuração dos saldos.

Realizamos testes detalhados relacionados à existência, valor correto, integridade e registro no momento correto das operações, bem como realizamos confirmação de informações sobre a probabilidade de perda dos processos judiciais junto aos advogados IUH

Consideramos que os critérios e as premissas adotados pela administração para a determinação dessas estimativas críticas produzem valores que estão dentro de intervalos aceitáveis frente às normas contábeis.

-Em relação ao ambiente de tecnologia da informação:

Com o auxílio de nossos especialistas, efetuamos avaliação do ambiente de tecnologia da informação e dos controles automatizados dos sistemas aplicativos relevantes para a elaboração das demonstrações contábeis.

Os procedimentos executados envolveram a combinação de testes em controles relevantes e, quando necessário, testes dos controles compensatórios e a execução de testes de detalhes sobre certos aspectos relacionados à segurança da informação, incluindo gestão de acessos e segregação de função.

A combinação dos testes sobre os controles e outros testes de detalhes nos permitiram estabelecer um adequado nível de confiança de auditoria na operação dos sistemas do IUH para o propósito de nossa auditoria.

Investimento na Controlada – Duratex S.A. (Nota explicativa 8 I(a))

O investimento na controlada Duratex S.A. representa 3% do total de ativos nas demonstrações contábeis individuais da Companhia e é a subsidiária que representa a maior empresa individual incluída

Os procedimentos de auditoria em relação às estimativas contábeis críticas incluíram comunicação com os auditores da Duratex S.A. com o objetivo de discutir os riscos de auditoria

Porque é um PAA

no processo de consolidação.

As demonstrações contábeis da Duratex S.A. apresentam estimativas contábeis relacionadas a operações que requerem elevado nível de julgamento para registro e mensuração das transações apuração dos saldos contábeis. Em nosso entendimento, essas estimativas contábeis são:

- Valor recuperável dos ativos intangíveis – “Goodwill”;
- Mensuração do valor justo dos ativos biológicos; e
- Realização dos tributos diferidos.

Devido às incertezas inerentes a esses tipos de estimativas, as mesmas foram consideradas área de foco na auditoria das demonstrações contábeis das Itaúsa – Investimentos Itaú S.A.

Adicionalmente, a Duratex realiza vendas por meio de diversas unidades no mercado nacional e internacional. Devido à existência de diversas unidades e dependência de controles manuais, existe o risco de reconhecimento de receita fora do período de competência e, por esse aspecto, essa área também foi considerada área de foco em nossa auditoria das demonstrações contábeis consolidadas da Itaúsa – Investimentos Itaú S.A.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

identificados, o enfoque, alcance e época dos trabalhos. Também, revisamos seus papéis de trabalho e discutimos os resultados alcançados.

Especificamente em relação às estimativas contábeis críticas, consideramos:

- Os trabalhos executados e as conclusões dos especialistas dos auditores da Duratex S.A. quanto a avaliação das premissas e metodologia usadas pela administração da Duratex;
- As correspondentes divulgações nas demonstrações contábeis consolidadas da Itaúsa – Investimentos Itaú S.A.; e

Em relação ao reconhecimento de receita, questionamos e revisamos:

- Teste de controles internos relacionados a identificação, movimentação de estoques e o registro de receitas de vendas dentro do período de competência;
- Testes de documentos, em base amostral, de notas fiscais faturadas e comprovantes de entrega a fim de observar o correto período de competência; e
- Recálculo dos valores apurados pela Companhia para ajustar receitas de vendas faturadas e não entregues dentro do período de competência.

Após aplicação desses procedimentos, consideramos que as premissas e as metodologias utilizadas para as estimativas contábeis assim como os controles estabelecidos para a adequada observação do correto período de reconhecimento da receita são adequados para mitigar os riscos associados de distorções relevantes.

Outros assuntos

Demonstrações do Valor Adicionado

As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações contábeis individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as Demonstrações contábeis individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis individuais e consolidadas

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis individuais de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e das demonstrações contábeis consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeira (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de

auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as conseqüências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 13 de fevereiro de 2017

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5

Washington Luiz Pereira Cavalcanti
Contador CRC 1SP172940/O-6

ITAÚSA - INVESTIMENTOS ITAÚ S.A.

CNPJ 61.532.644/0001-15

Companhia Aberta

NIRE 35300022220

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Os membros do Conselho Fiscal da **ITAÚSA - INVESTIMENTOS ITAÚ S.A.** (Itaúsa) procederam ao exame das demonstrações contábeis do exercício findo em 31.12.2016, que foram revisadas pela BDO RCS Auditores Independentes S/S (BDO) na qualidade de auditores independentes, em atendimento aos requerimentos estatutários, inclusive no que se refere às normas emitidas pela Comissão de Valores Mobiliários. Em atendimento às práticas de Governança Corporativa, essas demonstrações contábeis foram também revisadas pela PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes (PwC), na qualidade de auditores independentes do Conglomerado, inclusive da empresa controladora da Itaúsa. Ambos os auditores independentes emitiram relatórios sem ressalvas.

Os Conselheiros Fiscais verificaram a exatidão de todos os elementos apreciados e, à vista das manifestações da BDO e PwC acima mencionadas, entendem que esses documentos refletem adequadamente a situação patrimonial, a posição financeira e as atividades desenvolvidas pela Itaúsa no período. São Paulo (SP), 13 de fevereiro de 2017.
(aa) Tereza Cristina Grossi Togni – Presidente; Alexandre Barenco Ribeiro, Flavio Cesar Maia Luz, José Maria Rabelo e Paulo Ricardo Moraes Amaral – Conselheiros.

ALFREDO EGYDIO SETUBAL
Diretor de Relações com Investidores

ITAÚSA - INVESTIMENTOS ITAÚ S.A.

CNPJ 61.532.644/0001-15

Companhia Aberta

NIRE 35300022220

ATA SUMÁRIA DA REUNIÃO DA DIRETORIA REALIZADA EM 13 DE FEVEREIRO DE 2017

DATA, HORA E LOCAL: em 13 de fevereiro de 2017, às 8:00 horas, na Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, 100, Torre Olavo Setubal, 9º andar, em São Paulo (SP).

PRESIDENTE: Alfredo Egydio Setubal, Diretor Presidente.

QUORUM: a totalidade dos membros eleitos.

DELIBERAÇÕES TOMADAS POR UNANIMIDADE: após exame das demonstrações contábeis referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016, a Diretoria deliberou, por unanimidade e em observância às disposições dos Incisos V e VI do Artigo 25 da Instrução CVM nº 480/09, alterada, declarar que:

a) reviu, discutiu e concorda com as opiniões expressas no relatório emitido pela BDO RCS Auditores Independentes S/S (BDO) na qualidade de auditores independentes, em atendimento aos requerimentos estatutários, inclusive no que se refere às normas emitidas pela Comissão de Valores Mobiliários. Em atendimento às práticas de Governança Corporativa, essas demonstrações contábeis foram também examinadas pela PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes (PwC), na qualidade de auditor independente do Conglomerado, inclusive da empresa controladora da Itaúsa; ambos os auditores independentes emitiram relatórios sem ressalvas; e

b) reviu, discutiu e concorda com as demonstrações contábeis relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2016.

ENCERRAMENTO: nada mais havendo a tratar e ninguém desejando manifestar-se, encerraram-se os trabalhos, lavrando-se esta ata que, lida e aprovada, foi por todos assinada. São Paulo (SP), 13 de fevereiro de 2017. (aa) Alfredo Egydio Setubal – Diretor Presidente; Roberto Egydio Setubal e Rodolfo Villela Marino – Diretores Vice-Presidentes.

ALFREDO EGYDIO SETUBAL
Diretor de Relações com Investidores